



Cadernos do IUM



ESTUDOS ESTRATÉGICOS DAS CRISES E DOS CONFLITOS ARMADOS

Coordenação: COR (Ref.) Marquês Saraiva, TCOR Marco Cruz,
TCOR Silva Costa e MAJ Reis Bento



Novembro 2021

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**ESTUDOS ESTRATÉGICOS
DAS CRISES E DOS CONFLITOS ARMADOS**

Coordenadores

Coronel CAV (Ref.) Luís Marquês Saraiva

Tenente-coronel GNR Marco Cruz

Tenente-coronel ENGEL Silva Costa

Major ENG Reis Bento

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Novembro de 2021

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Papers, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

- 1 – Comportamento Humano em Contexto Militar
Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAFS” para a configuração do constructo
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas
Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso
- 3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas comerciais
Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão
- 4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues
- 5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África
Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e Sensemaking
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar
- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves

- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueiro Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
- 25 – A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI. Atas do Seminário de 09 de maio de 2017
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 26 – O Processo de Planeamento de Operações na NATO: Dilemas e Desafio
Coordenador: Tenente-coronel de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 27 – Órgãos de Apoio Logístico de Marinhas da OTAN
Coordenador: Capitão-tenente de Administração Naval Duarte M. Henriques da Costa
- 28 – Gestão do Conhecimento em Contexto Militar: O Caso das Forças Armadas Portuguesas
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 29 – A Esquadra de Superfície da Marinha em 2038. Combate de alta Intensidade ou Operações de Segurança Marítima?
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues

- 30 – Centro de Treino Conjunto e de Simulação das Forças Armadas
Coronel Tirocinado de Transmissões Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro
- 31 – Avaliação da Eficácia da Formação em Contexto Militar: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenadores: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 32 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974).
Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-coronel de Administração Domingos Manuel Lameira Lopes
- 33 – O Direito Português do Mar: Perspetivas para o Séc. XXI
Coordenadora: Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação (2.^a edição, revista e atualizada)
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 34 – Coreia no Século XXI: Uma península global
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 35 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume I
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 36 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume II
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 37 – As Forças Armadas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
Coordenador: Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 38 – A Participação do Exército em Forças Nacionais Destacas: Casos do Kosovo, Afeganistão e República Centro-Africana. Vertente Operacional e Logística
Coordenador: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Major de Transmissões Luís Alves Batista
Major de Material Tiago José Moura da Costa

- 39 – Pensar a Segurança e a Defesa Europeia. Atas do Seminário 09 de maio de 2019
Coordenador: Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 40 – Os Desafios do Recrutamento nas Forças Armadas Portuguesas. O Caso dos Militares Contratados
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 41 – Inovação na Gestão de Recursos Humanos nas Forças Armadas Portuguesas: Os Militares em Regime de Contrato. Atas das Comunicações do *Workshop* de 28 de janeiro de 2019
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 42 – Sistemas de Controlo de Gestão: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenador: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
- 43 – Desafios Estratégicos para Portugal no Pós-Covid-19
Auditores Nacionais do Curso de Promoção a Oficial General 2019/2020
- 44 – Gestão Estratégica: Contributos para o Paradigma Estrutural da Marinha Portuguesa
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Sardinha Monteiro
- 45 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume I)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 46 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume II)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 47 – A Geopolítica dos *Chokepoints* e das *Shatterbelts* (Volume III)
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Marco António Ferreira da Cruz
- 48 – Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados
Coordenadores: Brigadeiro-general Lemos Pires
Tenente-coronel Ferreira da Cruz
Tenente-coronel Pinto Correia
Tenente-coronel Bretes Amador
- 49 – A Vulnerabilidade em Infraestruturas Críticas: Um Modelo de Análise
Tenente-coronel Santos Ferreira

50 – Função de Combate Proteção

Coordenadores: Coronel de Infantaria Paulo Jorge Varela Curro

Major de Cavalaria Rui Miguel Pinho Silva

Como citar esta publicação

Saraiva, L. E. M., Cruz, M. A. F., Costa, P. M. S., & Bento, J. P. C. R. (Coords.) (2021). *Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados*. Cadernos do IUM, 51. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira

Editor-chefe

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Primeiro-marinheiro Rodolfo Miguel Hortência Pereira
Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

Paginação, Pré-Impressão e Acabamento

Sumário Colorido
Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º esq.
2970-703 Sesimbra
Tel: (+351) 932 696 712
E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-54940-6-4
ISSN: 2183-2129
Depósito Legal: 484035/21
Tiragem: 90 exemplares

© Instituto Universitário Militar, novembro, 2021.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

PREFÁCIO	1
<i>Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira</i>	
NOTA INTRODUTÓRIA	3
<i>Coronel de Cavalaria (Ref.) Luís Eduardo Marquês Saraiva</i>	
<i>Tenente-coronel da GNR Marco António Ferreira da Cruz</i>	
<i>Tenente-coronel de ENGEL Pedro Miguel da Silva Costa</i>	
<i>Major de Engenharia João Pedro C. dos Reis Bento</i>	
PARTE I – SISTEMA INTERNACIONAL	7
1. A ÍNDIA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO MUNDIAL	9
<i>Major de Infantaria da GNR António Marcelino da Silva</i>	
2. A GEOPOLÍTICA DO ALARGAMENTODA UE: RISCOS E IMPERATIVOS	31
<i>Major da GNR Paulo Roberto Pires Silveiro</i>	
PARTE II – ESTRATÉGIA	49
1. OS EUA E O IRÃO. OPÇÕES DE RESPOSTA MILITAR	51
<i>Major GNR Infantaria Orlando Filipe Abelha de Garcia Pereira Libório</i>	
PARTE III – CONFLITUALIDADE	67
1. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: AMEAÇA PARA A BALANÇA DE PODER NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO	69
<i>Major de Cavalaria José Manuel Costa da Silva Barradas</i>	
2. OS NACIONALISMOS E A VIOLÊNCIA	89
<i>Major de Infantaria Nelson Miguel Gonçalves Ferreira</i>	
3. AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NA CRISE DAS MIGRAÇÕES: DESAFIOS SECURITÁRIOS PARA A EUROPA	107
<i>Major da Guarda Nacional Republicana Ana Patrícia Cardoso Lopes</i>	

PARTE IV – NOVOS DESAFIOS	127
1. A COMPUTAÇÃO QUÂNTICA E A GUERRA FUTURA	129
<i>Major de Transmissões Tiago Filipe Abreu Moura Guedes</i>	
2. AS ARMAS HIPERSÓNICAS E A GUERRA FUTURA	149
<i>Major de Material Júlio Alexandre Couto Carilho</i>	
 POSFÁCIO DE COORDENADORES	 171

PREFÁCIO

A presente publicação, correspondente à sétima edição dedicada aos Estudos Estratégicos, resulta do trabalho de análise e investigação produzido pelos auditores do Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/2020, e da coordenação pelos docentes da Área de Estudo das Crises e dos Conflitos Armados deste Instituto.

O contexto em que a mesma se realiza releva a importância dos artigos de reflexão que dela fazem parte, em consonância, aliás, com as linhas de investigação prioritárias do IUM, na medida em que são analisadas as dialéticas entre os principais atores do Sistema Internacional (SI) e uma parte significativa das ameaças que afetam a segurança global, cujo cenário de pandemia de COVID19 veio acelerar e aprofundar.

Os Estudos Estratégicos constituem um dos pilares fundamentais da docência deste Instituto sendo, conseqüentemente, um dos objetos de estudo principais de que se ocupam as Ciências Militares. O seu contributo para a compreensão da conflitualidade geral, e para o estudo da guerra, em particular, assumiu especial relevância durante todo o período pós Segunda Guerra Mundial. Porém, ao longo das últimas décadas, com o fim da Guerra Fria e em razão da alteração do contexto securitário e da afirmação de outras ciências sociais, que acabaram por assumir um maior protagonismo na procura de explicar a realidade social e a relação entre atores do SI, esta disciplina ficou, por ausência da comunidade académica, quase exclusivamente reservada ao contexto Universitário Militar.

Tendo na sua base os princípios teóricos da Estratégia e nos estudos de segurança o seu enquadramento principal, os Estudos Estratégicos constituem um campo de conhecimento que se dedica ao estudo, de forma sistemática e aprofundada, do fenómeno da guerra e da aplicação do instrumento militar. Dada a sua natureza multidisciplinar, a análise destes fenómenos solicita o recurso a outras ciências sociais, em particular da história, da geopolítica e da ciência política, que procedem não apenas ao seu enquadramento temporal e concetual, mas também à sua necessária adaptação ao contexto internacional e às novas ameaças.

Em resultado desta contextualização, passaram a incluir-se novas dimensões do espectro conflitual, em particular o espacial, o virtual e o informacional. Além disso, a aplicação do instrumento militar foi alargada a outras atividades, que passaram a ser muito para além da guerra e cobrindo um espectro mais alargado de ameaças. Desse modo, para além da participação na resposta às ameaças híbridas e às ciberameaças, verifica-se também o envolvimento das Forças Armadas e Forças de Segurança na Pandemia da COVID-19, exigindo assim uma intervenção

diferenciada num ambiente multidomínio.

Neste sentido, considero que esta publicação constitui uma demonstração da vitalidade do ensino superior universitário militar e da qualidade da sua investigação académica, demonstrada pela relevância dos temas tratados no âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto, que constitui a parte curricular do Mestrado em Ciências Militares – Segurança e Defesa (2.º Ciclo).

Por último, felicitam-se os autores dos textos e os coordenadores da obra pelos seus relevantes contributos, relevando-se a qualidade das análises, que permite perceber parte dos numerosos desafios securitários que se apresentam, e sobretudo, identificar as circunstâncias em que o instrumento militar pode ser usado para fazer face às ameaças. Deseja-se que esta publicação contribua para um enriquecimento do leitor numa área de conhecimento primordial para as Ciências Militares.

Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira
Comandante do Instituto Universitário Militar

NOTA INTRODUTÓRIA

Luís Eduardo Marquês Saraiva
Coronel de Cavalaria na Reforma

Marco António Ferreira da Cruz
Tenente-coronel da GNR

Pedro Miguel da Silva Costa
Tenente-coronel de ENGEL

João Pedro C. dos Reis Bento
Major de Engenharia

Este sétimo volume de Estudos Estratégicos prossegue uma ainda jovem, mas já consolidada tradição de tornar públicos os trabalhos de investigação sobre Estratégia levados a cabo pelos auditores do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) constituindo uma relevante prova da capacidade de investigação científica adquirida durante a frequência deste Curso, correspondente à parte curricular de Mestrado em Ciências Militares – Segurança e Defesa (2.º Ciclo).

As presentes reflexões emergem de uma seleção e desenvolvimento de temas centrais associados aos trabalhos realizados, no âmbito da Unidade Curricular de Estudos Estratégicos, pelos Oficiais oriundos das Forças Armadas Portuguesas (Armada, Exército e Força Aérea) e da Guarda Nacional Republicana, assim como de Oficiais das Forças Armadas e Forças de Segurança de países amigos, Auditores do CEMC 2019/20.

A contínua análise dos movimentos estratégicos dos principais atores do sistema internacional, olhando quer para a evolução dos respectivos pensamentos estratégicos, quer para as declarações dos seus líderes políticos e militares, constitui a fonte primária do analista e pensador dos Estudos Estratégicos, procurando, dessa forma, construir uma imagem, tanto quanto possível, nítida das questões estratégicas mais relevantes e, de onde possa tentar deduzir uma resposta racional. É isto que os textos presentes nesta obra pretendem obter: (i) uma ponderação cuidada dos elementos presentes atualmente na cena internacional; (ii) um permanente buscar de soluções para questões estratégicas ou propostas de interpretação pela política, de reais intenções de emprego de princípios estratégicos. Intenções estas que só podem ser descortinadas pela análise cuidada de documentos estratégicos ou de análise de discursos dos líderes das potências, envolvidas naquilo que se costuma denominar a “Guerra ou a Paz”. Considera-se assim, que a temática dos Estudos Estratégicos é central para a formação dos futuros Oficiais de Estado-Maior, na medida em que abarca e sintetiza os

conhecimentos adquiridos nas diversas Unidades Curriculares da área genérica do Estudo das Crises e dos Conflitos Armados.

Muitos dos trabalhos publicados em volumes anteriores têm sido alvo da atenção do mundo acadêmico, sendo mesmo utilizados em instituições de ensino superior civil como referências em Unidades Curriculares de três ciclos de Bolonha: licenciatura, mestrado e doutoramento, ligadas à estratégia, à segurança internacional, ou de uma forma mais geral nos Cursos do âmbito das Ciências Sociais, tais como Relações Internacionais, Ciência Política entre outros.

De entre os trabalhos realizados no âmbito da Unidade Curricular foram selecionados oito para levar à estampa, com base na atualidade dos temas abordados e na qualidade das reflexões realizadas, distribuídos da seguinte forma, por domínios e sub-áreas: (i) Sistema Internacional, Geopolítica – 2; (ii) Estratégia, Estratégia Contemporânea – 1; (iii) Conflitualidade, Novas Ameaças – 1; Nova Conflitualidade – 1; Atores não-Estatais – 1, e (iv) Novos Desafios, Tecnologia e Guerra – 2.

De forma concreta, na primeira parte, Sistema Internacional, António Silva, em **“A Índia no contexto geopolítico mundial”** propõe-se discorrer sobre o papel da Índia no contexto geopolítico contemporâneo, recorrendo à interpretação do seu comportamento na região do Médio-Oriente, onde procura aumentar a sua influência e assim dirimir os riscos securitários externos, advenientes particularmente do Eixo Sino-Paquistanês. Neste desiderato, a presente investigação constata que a Índia, atento o seu pensamento estratégico e relações regionais, se posiciona como o principal ator do Sistema Internacional para mediar a crescente conflitualidade no Médio-Oriente.

Em **“A Geopolítica do alargamento da UE: riscos e imperativos”**, Paulo Silveiro propõe-se analisar os objetivos geopolíticos do alargamento da UE, a curto prazo, para os países dos Balcãs Ocidentais, identificando os principais objetivos e riscos no domínio da segurança associados às relações entre a UE e a Rússia. Conclui que, com o alargamento, a UE consegue continuar a exercer pressões positivas que se traduzem em maior desenvolvimento, estabilização e democratização dos novos membros e por consequência, o ambiente externo também estabiliza contribuindo para a paz e segurança na região.

Na parte dedicada à Estratégia (parte II), Orlando Libório, em **“Os EUA e o Irão. Opções de Resposta Militar”**, identifica o leque de possibilidades de intervenção dos EUA no que concerne ao antagonismo que mantêm com o Irão. Conclui que apenas as Opções de Resposta Militar menos cinéticas possuem validade estratégica (adequabilidade, aceitabilidade, exequibilidade), sendo que o desenvolvimento de táticas de guerra assimétrica por parte do Irão é o fator que

mais contribui para a reprovação das Opções de Resposta Militar no filtro das provas da estratégia.

Na abertura da Parte III – Conflitualidade, José Barradas, em **“Alterações climáticas: ameaça para a balança de poder na região da Ásia-Pacífico”**, caracteriza as dinâmicas associadas às alterações climáticas na região da Ásia-Pacífico e os seus contributos para a conflitualidade na região, concluindo que, com um rápido crescente poder económico, esta região, com maior expressividade para a China, poderá vir a tornar-se a maior vítima das suas próprias ambições.

Nelson Ferreira, em **“Os Nacionalismos e a violência”**, identifica os principais desafios securitários decorrentes do reforço dos nacionalismos étnicos, com especial destaque para a região da Europa Oriental. Apesar do esforço da comunidade internacional para a contenção dos conflitos étnicos, enfatiza que os interesses dos diversos atores internacionais contribuíram para a destabilização do ambiente de segurança que tem sido constantemente desenvolvido, emancipando os nacionalismos étnicos latentes, colocando desafios securitários decorrente deste fenómeno.

A Parte III é encerrada por Ana Lopes em **“As organizações criminosas na crise das migrações: desafios securitários para a Europa”**, que analisa os desafios securitários decorrentes dos movimentos secundários de migrantes na UE, resultado da crise das migrações que tem assolado a Europa na última década, e sua exposição a organizações criminosas. O estudo, centrado nas atividades que têm impacto na Europa, destaca que a UE enfrenta assim um conjunto de desafios securitários diversificado, quer ao nível da segurança comum, quer ao nível da segurança humana, que urge solucionar, recorrendo para tal a mecanismos como a EUROPOL, a EUROJUST e a FRONTEX, que se pretendem cada vez mais reforçados mas, fundamentalmente, que os Estados-Membros cumpram rigorosamente as políticas de asilo da UE, possibilitando assim uma melhor coordenação neste âmbito.

Na última parte (IV – Novos Desafios), Tiago Guedes com o tema **“A computação quântica e a guerra futura”**, centra o artigo nas capacidades que a Computação Quântica pode disponibilizar e enfrentar em contexto militar, correlacionando estes efeitos com a caracterização de guerras futuras. A computação quântica tem desenvolvido capacidades consideradas disruptivas que previsivelmente e potencialmente alterarão o balanço de poder, concluindo que se por um lado se constituem como uma capacidade inovadora, por outro lado essa capacidade posta-se como uma ameaça quando observada pelo flanco oposto.

Finalmente, Júlio Carilho, em **“As armas hipersónicas e a guerra futura”**, propõe-se analisar o impacto conferido pelas armas hipersónicas na

guerra e na conflitualidade futura, recorrendo a um estudo de caso comparativo entre os programas de desenvolvimento tecnológico destes novos sistemas, por parte dos Estados Unidos da América, da Federação Russa e da China. Neste contexto observa que é necessário um entendimento tripartido que, por um lado, regule o desenvolvimento e o emprego desta tecnologia, associada à sua capacidade nuclear, assim como, vede o seu acesso a atores que possam fazer destas armas um uso indesejado. Termina afirmando que, pese embora o facto de serem necessárias medidas de controlo para o seu emprego, constata-se que esta capacidade, isoladamente, não terá um papel determinante num futuro, que se prevê marcado pela subversão e pela luta pelo domínio da informação.

As oito reflexões aqui apresentadas constituem, estamos convictos, a confirmação da centralidade da relevância dos Estudos Estratégicos, especialmente na sua utilidade como ferramenta para, não só, esclarecer as dinâmicas do sistema internacional e as relações entre os actores, mas especialmente para ajudar aos processos de tomada de decisão sobre as grandes questões de Segurança e Defesa, não esquecendo a vocação dos Estudos Estratégicos para apoio aos processos de planeamento estratégico relativos às Forças Armadas. É relevante reafirmar, tal como realizado em edições anteriores, que esta obra consolida a relevância do IUM como referência Nacional na criação e difusão do saber nas áreas da Segurança e Defesa, desde logo como condição essencial, para a preparação dos Quadros Superiores das Forças Armadas Portuguesas, da Guarda Nacional Republicana e das Forças Armadas e Forças de Segurança de países amigos para o desempenho dessas funções de grande responsabilidade, tanto no Quadro Nacional como nos diversos quadros internacionais que se projectem.

Por último um apontamento a encerrar esta nota introdutória: - a todos os autores, incluindo os que não tiveram oportunidade de publicar os seus trabalhos, resta-nos agradecer o importante contributo que deram para a continuação da afirmação do IUM, desejando-se que a publicação destes artigos constitua um estímulo para continuarem a trabalhar a temática dos Estudos Estratégicos e assim contribuir para o desenvolvimento da estratégia em geral, no âmbito das Ciências Militares.

A todos os leitores, votos de uma agradável e profícua leitura.

PARTE I
SISTEMA INTERNACIONAL

1. A ÍNDIA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

António Marcelino da Silva

Major de Infantaria da GNR
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/20
Lisboa, Portugal

RESUMO

O Médio-Oriente representa um pilar fundamental da política externa Indiana, particularmente enquanto sua primordial fonte de recursos energéticos, imprescindíveis para o crescimento sustentado, bem como para a edificação de capacidades militares, que permitam dirimir os riscos securitários externos, advenientes particularmente do Eixo Sino-Paquistanês. Também a forte diáspora do Subcontinente, presente na região, reforça os interesses indianos na mesma, concretamente na sua segurança. A crescente conflitualidade no Médio-Oriente, marcada por questões religiosas, mas também por fortes interesses estratégicos de Potências Externas, com o pináculo na recente morte do General Soleimani, que veio a resultar no exponenciar da atrição entre o Irão e os EUA, constitui-se um risco para a salvaguarda dos interesses indianos na “Ásia Ocidental”, bem como para o seu prestígio e relevância, enquanto potência regional de primeira linha, com estreitas relações bilaterais, transversais em todo o espectro do Médio-Oriente. Compreender como se posicionará a Índia face a esta recrudescente conflitualidade, optando pela atitude histórica que a caracteriza de neutralidade e “não intervencionismo”, ou, por outro lado, adotando uma postura mais assertiva, designadamente como mediadora da mesma, será uma das mais relevantes questões geopolíticas da atualidade, centrando-se nela o presente trabalho. Através de uma investigação de tipo qualitativo, assente na pesquisa bibliográfica, constatou-se que a Índia, atento o seu pensamento estratégico e relações regionais, se posiciona como o principal ator do Sistema Internacional para mediar o conflito, assumindo um papel geopolítico cada vez mais relevante no Médio-Oriente.

Palavras-chave: Índia, Médio-Oriente, Neutralidade, Pensamento Estratégico, Conflitualidade, Diáspora, Recursos Energéticos.

ABSTRACT

The Middle East represents a fundamental pillar of Indian foreign policy, particularly as a primary source of energy resources, essential for its sustained

growth, as well as for building military capabilities, in order to manage the external security risks, coming mainly from the Sino-Pakistani Axis. Also, the strong Indian diaspora present in the region reinforces the Indian interests in it, specifically regarding their safety. The growing conflict in the Middle East, marked by religious issues, but also by strong strategic External Powers interests, with its pinnacle on General Soleimani's death, resulted in increased attrition between Iran and the US, poses a risk to Indian interests in its "Western Asia", as well as to its prestige and relevance, as a top-tier regional power, with close bilateral relations, cross-cutting across all the Middle Eastern spectrum. Understanding how will India position itself, in the face of this recrudescing conflict, opting for its historical attitude of neutrality and "non-interventionism", or, on the other hand, adopting a more assertive stance, namely as a mediator, is proving to be one of the most relevant geopolitical modern issues, and the center of this paper. Through a qualitative investigation, based on bibliographic research, it was stated that India, considering its strategic thinking and regional relations, positions itself as the main actor, in the International System, to serve as mediator in the conflict, assuming its increasingly relevant geopolitical role in the Middle East.

Keywords: *India, Middle East, Neutrality, Strategic Thinking, Conflict, Diaspora, Energy Resources.*

1. INTRODUÇÃO

Para Kumaraswamy, Quamar, e Singh (2018) o Médio-Oriente não se trata de apenas mais um bloco geopolítico de Estados, mas a chave para a história de crescimento indiano, estando o desenvolvimento sustentável da sua economia, progresso social e ascendência política intimamente ligado às relações estabelecidas com aquela região. Este pequeno introito destaca a importância geopolítica do Médio-Oriente para Nova Deli, sendo esta importância encarada como uma realidade biunívoca. A dependência energética, bem como a sua reconhecida diáspora laboral na região, e até o fornecimento de armamento e equipamento militar por Israel, apontam também o Médio-Oriente como indissociável para a prossecução dos objetivos securitários indianos, nomeadamente no controlo do Eixo Sino-Paquistanês.

A importância desta temática teve um exponencial aumento face ao crescimento das tensões entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Irão, após a recente morte do General Soleimani, e da consequente resposta persa, atacando bases utilizadas pelos americanos no Iraque, levando ao apelo internacional para

o “esfriamento” da conflitualidade (ao qual a Índia aderiu), bem como diversos apelos por parte do “mundo árabe” (incluindo do próprio Irão), para que Nova Deli assumisse o papel mediador no mesmo, atenta a sua histórica posição de não-alinhamento, e boas relações políticas, transversais na região.

Face ao expandido, o objeto de estudo do presente artigo, centrar-se-á no Pensamento Estratégico Indiano e nas Relações estabelecidas entre a Índia e o Médio-Oriente, sendo delimitado ao pós-Guerra Fria e às relações estabelecidas com os Estados signatários do Conselho de Cooperação para o Golfo (CCG), Irão e Israel.

O Objetivo Geral (OG) da Investigação consistirá em “Analisar o papel geopolítico da Índia como potência estabilizadora no Médio-Oriente”.

Decorrente deste OG, foram aclarados os seguintes Objetivos Específicos (OE):

– Objetivo Específico n.º 1 (OE1): Compreender o pensamento estratégico Indiano.

– Objetivo Específico n.º 2 (OE2): Identificar os interesses Indianos no Médio-Oriente.

– Objetivo Específico n.º 3 (OE3): Caracterizar as relações da Índia com o Médio Oriente (CCG, Irão e Israel).

A problemática da investigação será antemurada na Questão Central (QC): “Em que medida a Índia se pode constituir como elemento estabilizador no Médio-Oriente?”

Com vista à resposta integrada à QC, foram definidas três questões derivadas (QD):

– Questão Derivada n.º 1 (QD1): Em que se funda o Pensamento Estratégico Indiano?

– Questão Derivada n.º 2 (QD2): Quais os interesses indianos no Médio-Oriente?

– Questão Derivada n.º 3 (QD1): Quais as relações da Índia com os principais atores no Médio-Oriente (CCG, Irão e Israel)?

A estrutura do artigo terá como elemento inicial, para além da presente Introdução, a definição do “Estado da Arte” sobre a temática abordada, seguindo-se os incontornáveis Enquadramentos Concetual e Metodológico. No quinto capítulo avançar-se-á com a investigação produzida com base no modelo de análise estabelecido, cabendo as implicações desta investigação ao sexto capítulo. O artigo terminará com as correspondentes conclusões.

2. ESTADO DA ARTE

O rápido crescimento da Índia, enquanto potência regional, particularmente no princípio do Milénio, tornou o seu pensamento estratégico e geopolítico uma

das mais prolíferas fontes de debate acadêmico e científico. Neste ponto, destaca-se o estudo basilar de George Tanham (1992) – *Indian Strategic Thought: An Interpretative Essay* - que defende que a natureza endêmica da cultura e sociedade indiana se revestem como grandes limitações para a criação de uma verdadeira cultura e pensamento estratégico. Todavia, nem todos os autores aderem a este construto, ao passo, sustentando que, efetivamente, existem dinâmicos pensamento e cultura estratégica no Subcontinente, assentes em seis grandes Escolas de Pensamento, de onde se destaca o Idealismo Nehruviano, alicerçado numa cultura de “não alinhamento” (Kapur & Mukherjee, 2018; Purushothaman, 2012; Vineeth, 2014). Este pensamento estratégico, de acordo com muita da literatura consultada, tem-se moldado *pari passu* com a evolução das ameaças securitárias que pendem sobre a Índia, alicerçadas na ação do Eixo Sino-Paquistanês (Adhikari et al., 2008; Dar, 2017; Rajagopalan, 2012; Tharoor, 2013).

Bastante densificado na literatura internacional encontram-se os interesses indianos no Médio-Oriente, escorados numa crescente dependência energética da zona e na salvaguarda da elevada diáspora, que labora naquela região do globo, bem como na necessidade de estabelecer relações estratégicas, que contribuam para dirimir a ameaça Sino-Paquistanesa (Joshi, 2015; Kemp, 2010; Kumaraswamy et al., 2018; Pethiyagoda, 2017, 2018). É também de relevar que a complexidade e conflitualidade atual e histórica que define o Médio-Oriente, bem escarpada nos estudos de Wahab (2019), bem como nos de Selvik e Stenslie (2011) e de Jägerskog, Schulz, e Swain (2019), colide com os interesses indianos *supra* referidos, dificultando o estreitamento das imprescindíveis relações bilaterais.

Estas relações bilaterais com os atores regionais presentes no Médio-Oriente, e com os próprios EUA, têm sido também alvo de uma plêiade de estudos académicos e científicos, que, de forma sistematizada, apresentam, para além do contexto histórico em que estas se fundam, as grandes linhas estratégicas que as definem no ténue equilíbrio regional e mundial. Nestas relações bilaterais, atenta a delimitação desta investigação, evidenciaram-se as relações entre a Índia e o CCG, as relações Indo-Iranianas e as relações Indo-Israelitas (Kumaraswamy & Quamar, 2019; Pethiyagoda, 2017, 2018; Purushothaman, 2012; Quamar, 2019; Sokolski, 2007).

Se por um lado o papel pacificador da Índia na questão Israelo-palestiniana, foi densificado por um conjunto de autores, dos quais se destaca Kumaraswamy (2013), este nível de profundidade académico não se verificou na análise deste eventual papel no contexto da própria conflitualidade no Médio-Oriente, não obstante diversos responsáveis políticos regionais, bastas vezes terem apelado a Nova Deli nesse sentido.

No atual contexto de agudizar da crise entre o Irão e os EUA (a que se

juntam os Estados do CCG e Israel), após a morte do General Soleimani, analisar este potencial papel estabilizador indiano, afigura-se como uma incontornável oportunidade de densificar esta temática, que, em boa verdade, se reveste da maior importância política e militar hodierna.

3. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Com vista ao desenvolvimento da presente investigação, torna-se fundamental a clarificação dos conceitos de Médio-Oriente, CCG, Estratégia, Pensamento Estratégico, e Interesses Nacionais dos Estados.

Em primeiro lugar, quanto ao Médio-Oriente, este corresponderá, segundo Scharnweber (2015), ao território delimitado a Oeste pelo Egito, Irão a Este, Península Arábica a Sul e Turquia a Norte.

Concretizando o CCG, este foi estabelecido por acordo estabelecido em 1981, em Riade, entre a Arábia Saudita, Bahrain, Kuwait, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos (EAU), atentas as suas relações privilegiadas, proximidade geográfica, sistemas políticos idênticos e baseados na crença islâmica, bem como no destino comum e objetivos partilhados entre ambos os Estados (Ministério dos Negócios Estrangeiros Indiano [MNEI], 2013).

Já quanto ao conceito de Estratégia, adere-se ao definido por Silva Ribeiro (2009), que a define como “[...] a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo”.

Por Pensamento Estratégico seguir-se-á a concretização definida por Wolters, Grome, e Hinds (2013), que o define como o pensamento que emprega a sabedoria de um líder – adquirida com a experiência e educação – para o auxiliar na seleção dos caminhos e meios necessários, para apoiar o cumprimento de metas políticas nacionais; selecionar a estratégia militar, ou sejam, os caminhos e meios necessários para alcançar os objetivos (fins) da Estratégia de Segurança Nacional; bem como para planear e executar campanhas e operações que desenvolvam essa Estratégia.

No que concerne aos Interesses Nacionais, aderir-se-á a concretização de Hans Morgenthau (1949), que defende que o seu significado consiste na sobrevivência – na proteção física, política e cultural contra invasões de outras Nações-Estado. Para este eminente autor, os Interesses Nacionais podem ser definidos como as vindícias, objetivos, exigências e interesses que uma Nação tenta em permanência preservar, de forma à sua proteção, defesa e garantia, nas relações com outras Nações.

4. METODOLOGIA

Com vista ao desenvolvimento do presente artigo, foi adotada uma estratégia de investigação ancorada no raciocínio dedutivo, com recurso a uma estratégia qualitativa, sendo a recolha de dados assente na pesquisa bibliográfica de diferentes fontes documentais (primárias e secundárias), assumindo o desenho de pesquisa a natureza de estudo de caso (Santos & Lima, 2019).

5. INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo pretende-se apresentar a investigação conduzida, na caracterização do Pensamento Estratégico Indiano, e na densificação dos interesses e relações da Índia no Médio-Oriente.

5.1. O PENSAMENTO ESTRATÉGICO INDIANO

O pensamento estratégico indiano tem sido alvo de grande debate político e académico, particularmente com o crescimento verificado por este Estado nos recentes anos. A primeira questão que se tem colocado é se, efetivamente, existe verdadeiramente um pensamento ou cultura estratégica indiana. Tanham (1992), um autor de referência em assuntos indianos, veio sustentar que tal pensamento era inexistente, fruto de um conjunto de fatores políticos, religiosos e culturais, endémicos à Índia.

Porém, outros autores vêm defender que este país apresenta uma crescente cultura estratégica, de facto, assente num conjunto de escolas de pensamento, de onde se destaca a Escola do “Idealismo Nehruviano”¹, que no contexto da Guerra Fria, se alicerçou na defesa de uma política de não alinhamento, Assente em cinco princípios indicados na Figura 1, tendo como objetivo último a manutenção da sua autonomia estratégica (Kapur & Mukherjee, 2018; Purushothaman, 2012).

¹ Iniciada por Nehru, o primeiro Chefe de Estado indiano.

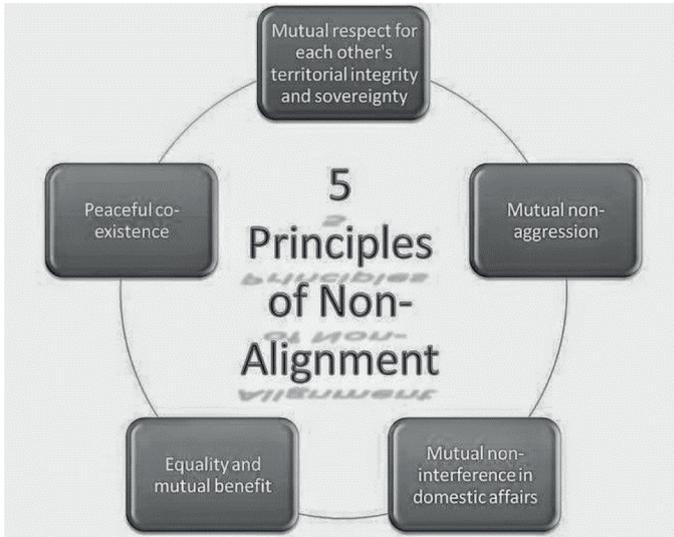


Figura 1 – Princípios do “Não Alinhamento”

Fonte: Vineeth (2014).

Contudo, a globalização e um contexto internacional em crescente mudança, com particulares riscos securitários para o País, com destaque para a assertividade militar paquistanesa e o crescimento, sem precedentes, da China à escala global², implicaram um realinhamento estratégico indiano (Rajagopalan, 2012; Xavier, 2013). Do passado mantém-se a prossecução da autonomia estratégica, apesar de esta passar a ser desenvolvida com base em políticas de maior afirmação e assertividade regional, bem como num sistema multilateral de relações internacionais, como forma de contrariar, e eventualmente dirimir, os referidos riscos securitários de matriz sino-paquistanesa (Adhikari et al., 2008).

Esta atitude de multilateralismo nas relações internacionais, e a tentativa de controlar a assertividade paquistanesa e o crescimento global chinês, tem redundado num estreitar de relações com parceiros improváveis como os EUA ou Israel, mas também reforçado os laços históricos com outros parceiros do Médio-Oriente, como o Irão ou o CCG (dominado pela Arábia Saudita). Não obstante este sucesso presente, a ignição da conflitualidade EUA-Irão, decorrente da morte do General Soleimani, lança dúvidas sobre a continuidade do multilateralismo estratégico indiano, trazendo à liça as críticas que defendem que a Índia está demasiado comprometida política e culturalmente com a ideologia de “não alinhamento”, para poder desempenhar um papel verdadeiramente estratégico no

² Naturalmente, sendo incontornável referir a proximidade nas relações sino-paquistanesas.

contexto regional (Pethiyagoda, 2017).

Para estas dúvidas concorre o próprio Pensamento Estratégico Nuclear da Índia, para quem, segundo Einhorn e Sidhu (2017), o armamento nuclear desempenha um papel muito limitado na sua estratégia, apostando numa doutrina de “No First Use”, essencialmente com a finalidade de “retaliação assegurada”, particularmente dirigida ao Paquistão.

Destarte, e apesar de todas estas questões, a Índia tem instrumentos estratégicos que lhe garantem a possibilidade de um papel regional decisivo, um reconhecido Soft Power (alavancado por uma forte tradição cultural islâmica e pelo seu acérrimo combate ao terrorismo), uma diáspora com elevada capacidade técnica e Amizades Mútuas³ (Pethiyagoda, 2017).

5.2. OS INTERESSES INDIANOS NO MÉDIO-ORIENTE

O crescente investimento político e económico indiano, no sentido de se posicionar no topo da hierarquia do Sistema Internacional, tem vindo a aumentar a dimensão estratégica da dependência de Nova Deli da energia do Golfo Pérsico, levando a que, muitos autores vejam as suas expectativas, no que tange ao poder estratégico indiano, aumentadas (Pethiyagoda, 2017). Contudo, um dos veículos primários para o referido recrudescimento do poder indiano, e da sua influência, reside na capacidade de projetar poder militar através do Oceano Índico, Ásia, e mesmo para lá destas zonas do globo. Dessarte, dois dos antigos Primeiros-Ministros Indianos instaram a Índia a olhar para lá do seu “quintal” geopolítico. Tal desiderato estratégico, contudo, exige um considerável número de recursos, concretamente energéticos, sendo inverosímil de alcançar, sem que se garanta a segurança dos seus fornecedores (Pethiyagoda, 2017).

Neste ponto, as importações de petróleo e gás natural afiguram-se como vitais, dada a inexistência interna, em quantidades sustentáveis, destes produtos, bem como os custos inerentes a uma eventual produção nacional. Estatisticamente, a Índia subiu de um rácio de importação de petróleo (percentagem do petróleo importado face ao consumido) de 42% em 1990, para 71%, em 2012, prevendo-se que este valor venha ainda a aumentar, ganhando o Médio-Oriente, neste capítulo, destaque estratégico (Pethiyagoda, 2017), conforme se infere da Figura 2.

³ Da Rússia aos EUA.

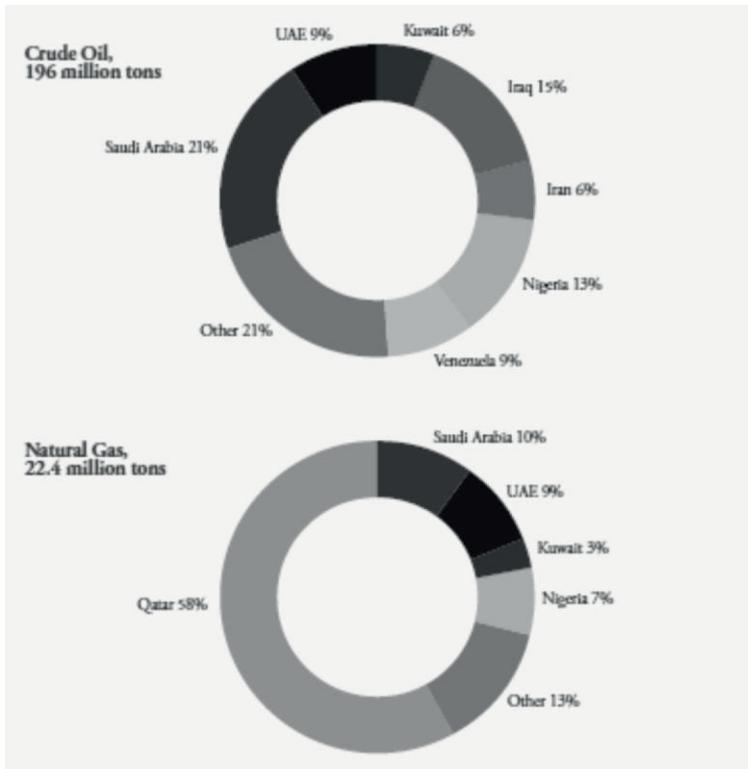


Figura 2 – Importações indianas de petróleo e gás natural, por Estado (2015)

Fonte: Pethiyagoda (2017, p. 7).

Da análise da referida Figura 2, rapidamente se infere que a Índia apresenta uma maior dependência energética do Médio-Oriente do que de qualquer outra região do mundo.

Pese embora a importância das trocas comerciais de âmbito energético, acresce que a hodierna pandemia veio trazer grandes dificuldades às refinarias indianas, por força da abrupta queda do valor do barril de crude no mercado internacional que veio pressionar à venda destes ativos em *stock*, a preços muito baixos, não tendo, contudo, a forte carga fiscal imposta por Nova Deli às importações deste produto sido aligeirada, aproximando estas empresas da rotura financeira (Saxena, 2020).

Porém, não só a dependência energética se consubstancia motivo dos interesses estratégicos indianos no Médio-Oriente. Também a presença de uma significativa diáspora, verificável na Figura 3, essencialmente disseminada

no mercado de trabalho, é uma preocupação para os governos de Nova Deli⁴ (Kumaraswamy et al., 2018; Pethiyagoda, 2017). Paradoxalmente, e conforme antemura Pethiyagoda (2017), estes ativos humanos (e consequentemente financeiros), conforme a história de conflitualidade regional tem mostrado⁵, podem rapidamente converter-se num risco, quando equacionados os custos de expatriação. Esta diáspora, existente na região, é também politicamente muito relevante para os Estados do Sul da Índia, designadamente Kerala, onde tem reconhecida influência, levando a que os partidos nacionais façam da sua segurança uma constante bandeira nos seus discursos políticos (Pethiyagoda, 2017).

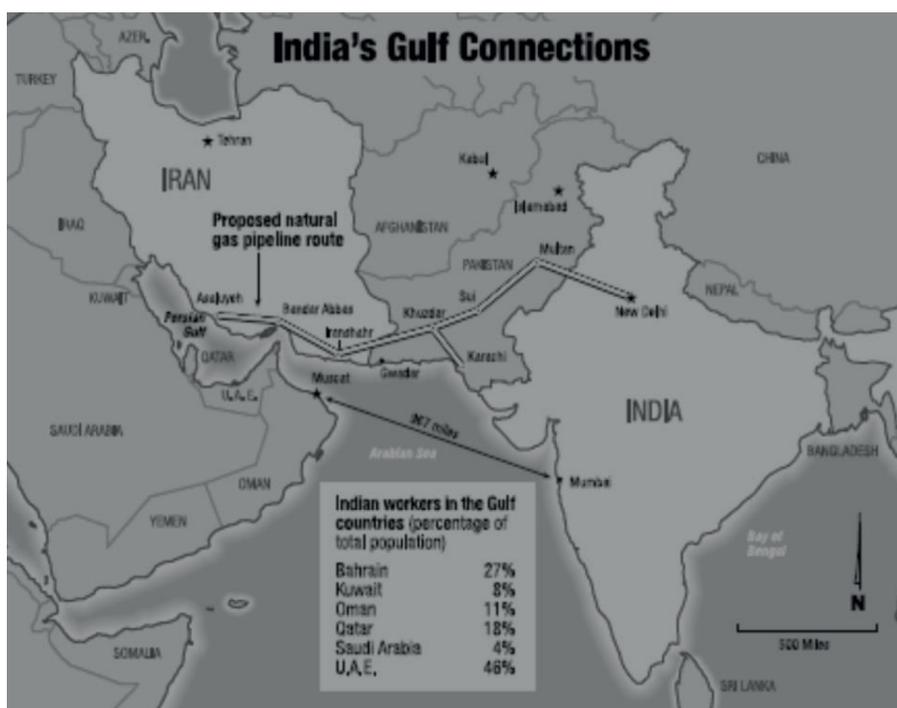


Figura 3 – Diáspora indiana no Médio-Oriente

Fonte: Kemp (2010, p. 26).

Acontece, contudo, que o Médio Oriente é uma região mundial assolada por conflitos internos e externos⁶, aquilatados por credos religiosos⁷, com particular

⁴ Estimando-se que existam naquela região cerca de 8,7 milhões de indianos (Kumaraswamy et al., 2018; Pethiyagoda, 2017).

⁵ Com o exemplo paradigmático da retirada de 110.000 indianos no Iraque e Kuwait, em 1990.

⁶ Cujas causas são profusamente desenvolvidas nas obras de Wahab (2019) e de Jägerskog et al. (2019).

⁷ Sunismo e Xiismo, que têm redundado num verdadeiro antagonismo religioso e político.

veemência após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e mais recentemente, após a queda dos regimes na propalada “Primavera Árabe”, a que acresce a conflitualidade entre a Arábia Saudita e o Irão, com a decorrente corrida às armas (Pethiyagoda, 2017). Para além destas causas endémicas, também as recentes divisões no interior do próprio CCG, com o boicote político e diplomático ao Qatar, muito promovido pela Arábia Saudita, tem feito exponenciar o clima de conflitualidade, aumentando dessa forma o risco para os interesses indianos, mas também criando oportunidades para potências como a Índia, desenvolverem novos papéis e influências regionais (Kumaraswamy et al., 2018; Pethiyagoda, 2017).

Neste ponto particular, os efeitos da atual pandemia (COVID-19) no incremento do desemprego dos cidadãos indianos nesta zona do globo, com a consequente vulnerabilidade e fragilidade social daí adveniente, tem-se constituído um dossier político de difícil resolução, apresentando um grande dilema no que tange à saúde pública indiana, quando se equaciona o regresso ao país de centenas de milhar de indianos da sua diáspora, alguns provenientes de Estados com graves focos pandémicos (Zeenews, 2020).

Uma outra questão que releva aos interesses indianos no Médio-Oriente, e consequentemente à sua estratégia para a região, consiste, para Pethiyagoda (2017), na crescente multilateralidade entre os atores externos, com interesses na região alargada, o que implica uma nova dinâmica de Nova Deli no estreitamento das relações com os Estados regionais, garantindo os seus próprios interesses e a sua crescente influência. Neste particular, importa referir a redução da presença regional dos EUA, motivada pelo dirimir da dependência energética do petróleo do Golfo⁸ e pela assertividade chinesa na Ásia-Pacífico (Pethiyagoda, 2017). Também o ressurgimento da Rússia, muito em apoio do regime sírio⁹, onde detém a sua base direcionada para o Mediterrâneo, contribui decisivamente para recrudescer as preocupações indianas no Médio-Oriente¹⁰ (Pethiyagoda, 2017).

Pethiyagoda (2017) destaca ainda a presença chinesa, como influenciadora dos interesses indianos, na região¹¹.

⁸ Nomeadamente face à existência e exploração das suas reservas de xisto.

⁹ De forma a garantir as relações com o seu principal parceiro regional.

¹⁰ Este ressurgimento russo manifesta-se também, no contrapeso que garante aos Estados locais, no sentido de evitar as mudanças de regime, promovidas pelo Ocidente.

¹¹ O Médio-Oriente é para Pequim uma parte importante das suas rotas comerciais. Em termos económicos, a China é o principal Estado importador de petróleo na região. Também a construção, em 2016, da sua primeira base militar fora do território chinês, no Djibouti, veio confirmar os seus reais interesses na região alargada (Pethiyagoda, 2017)

5.3. AS RELAÇÕES DA ÍNDIA COM O MÉDIO-ORIENTE

Segundo sustenta Kemp (2010), o Subcontinente Indiano sempre estabeleceu, ao longo dos séculos, estreitos laços comerciais com o Médio-Oriente, conseguindo a Índia, ainda na atualidade, cultivar boas relações de trabalho com todos os Estados que integram a região, incluindo Israel. Dessarte, apesar do enfoque dado às relações comerciais, o referido autor, defende também que a Índia tem tido também um papel militar na região, ainda que modesto, participando ativamente em diversas Missões de Paz. Quedemo-nos então sobre as relações estabelecidas entre a Índia e os mais relevantes atores geopolíticos regionais: O CCG (encabeçado pela Arábia Saudita), o Irão e Israel.

Quanto aos Estados signatários do CCG (com destaque para a Arábia Saudita), partilham do interesse estratégico indiano de pacificação do Médio-Oriente. De certo modo, para além dos interesses *supra* escalpelizados, o estreitamento das suas relações com o Subcontinente Indiano (*vide* Figura 4), pode constituir-se uma forma de contrabalançar o reforço do posicionamento regional iraniano, por conta das relações de Teerão com Moscovo (Kumaraswamy & Quamar, 2019; Sidhu, 2016).



Figura 4 – Relações Diplomáticas Indo-Sauditas

Fonte: Bhatia (2016).

Também a continuada aproximação indiana aos Estados do CCG pode vir a dirimir alguma tensão no histórico conflito com o Paquistão, fruto dos laços que este último detém com os Estados de matriz Islâmica do Médio-Oriente, que, de certa forma, sempre se constituiu um obstáculo na aproximação entre a Índia e a região, em matérias securitárias (Kumaraswamy & Quamar, 2019). Ora, um reforço destes laços em matérias securitárias, poderá também, segundo Pethiyagoda (2017), redundar

numa escala, nos esforços conjuntos contra o terrorismo, bem como aumentar a carteira de clientes da Índia, no que tange a armamento e equipamento militar, abrindo boas perspectivas para o desenvolvimento da sua indústria neste campo.

Em boa verdade, nem o atual contexto pandémico veio esfriar as relações entre a Índia e o GCC, tendo Nova Deli, apesar dos desafios internos por este gerados, vindo reforçar a cooperação e o apoio a estes Estados, no combate à COVID-19, concretamente através do fornecimento de medicamentos e cedência de clínicos indianos, justificando Modi este apoio com um antigo ditado sânscrito “o mundo é a nossa família” (Ningthoujam, 2020).

Já quando se debruça sobre as relações Indo-Iranianas, apesar dos comuns laços históricos e culturais, e dos robustos laços políticos, entre 1990 e os tempos coevos¹², com ênfase para o acordo de reforço desses laços, estabelecido em 2016, entre Modi e Rouhani (Pethiyagoda, 2017; Quamar, 2019), os desafios presentes agigantam-se, face ao contexto de conflitualidade entre o Irão e os EUA (Quamar, 2019).

Não obstante politicamente a Índia e o Irão terem apresentado os seus diferendos, concretamente na falta de apoio desta ao programa nuclear iraniano¹³, os laços políticos, e particularmente económicos¹⁴, conforme se infere do Quadro 1, nunca foram colocados em causa, sendo exemplos paradigmáticos dos mesmos a disponibilização do depósito de gás natural Farzad-B à companhia petrolífera estatal indiana, o desenvolvimento e operacionalização do Porto de Chabahar e o apoio a um papel mais ativo do Irão na região, defendido por altos representantes do Estado Indiano, como o antigo embaixador K. C. Singh (Deo, 2020; Pethiyagoda, 2017).

Quadro 1 – Balança Comercial Indo-Iraniana (em milhões de dólares)

	2013 - 14	2014 - 15	2015 - 16	2016 - 17	2017 - 18	2018 - 19 (April - February)
India's Exports to Iran	4,971.35	4,175.06	2,718.51	2,379.61	2,652.37	2,916.46
India's Imports from Iran	10,307.16	8,955.02	6,278.75	10,506.51	11,111.52	12,724.19
Total bilateral Trade	15,278.51	13,130.08	9,060.26	112,886.12	13,763.89	15,640.65
Share in India's Total Trade	2.00	1.73	1.41	1.95	1.79	2.69

Fonte: Quamar (2019).

¹² Onde o Irão e a Índia chegaram a produzir o “*Road Map to Strategic Cooperation*”, em 2000, participando inclusive em exercícios navais conjuntos no Mar da Arábia (Kemp, 2010).

¹³ Concretamente na posição assumida de transferir a questão nuclear iraniana da Agência Internacional para Energia Atómica para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (Sikri, 2009).

¹⁴ Sendo o Irão o segundo maior exportador de petróleo para a Índia.

Todavia, a recente tensão, entre o Irão e os EUA, veio lançar um dilema à Índia, tendo esta optado por não afrontar a potência hegemónica, que não veio a excepcionar as importações indianas de produtos petrolíferos daquele país persa, no âmbito do embargo decretado, com custos internos consideráveis¹⁵. Porém, e apesar do descontentamento persa com esta posição indiana¹⁶, as relações políticas e diplomáticas, entre os dois países, ainda permanecem fortes (Deo, 2020; Pethiyagoda, 2018), até porque, nas palavras do Ministro Iraniano Mohammad Zarif, os dois países não misturam política nos negócios energéticos (LiveMint, 2020).

Apesar da “zona cinzenta” em que se encontram as relações Indo-Iranianas, Nova Deli não deixou de garantir o apoio a este país, um dos mais flagelados pela atual pandemia, com apoio médico e científico, particularmente na testagem e despistagem do vírus (Telangana Today, 2020).

Paradoxalmente, as relações entre a Índia e outro principal ator regional – Israel – têm seguido um rumo contrário das estabelecidas entre esta e o Irão, partindo de uma recusa de aceitação do Estado de Israel¹⁷, e de condenação daquele país na gestão da questão palestiniana, evoluindo até às presentes parcerias, em vários domínios, com destaque para o militar, sendo Nova Deli a principal compradora de armamento e equipamento israelita, e Israel o segundo maior fornecedor do mesmo à Índia, a seguir à Rússia (Sikri, 2009; Spyer, 2017). Spyer (2017) destaca ainda a cooperação de ambos os países (*vide* Figura 5) no combate ao terrorismo e na investigação e desenvolvimento tecnológico, nos campos da agricultura, gestão hídrica e indústria aeroespacial.



Figura 5 – Netanyahu e Modi

Fonte: LatestLY (2019).

¹⁵ Na medida em que o fim das importações do petróleo iraniano, em 2019, implicou um aumento de 4% no preço dos combustíveis no país, tendo também um impacto direto na desvalorização da rúpia (Deo, 2020).

¹⁶ Que motivou uma quebra das exportações petrolíferas para a Índia de 17.000 milhões de dólares, em 2008, para apenas 7.000, em 2019 (LiveMint, 2020).

¹⁷ A Índia foi o último Estado não muçulmano a reconhecer a soberania israelita.

Ainda assim, as relações com Israel configuram-se um assunto de melindre para as autoridades indianas, atentos dois principais fatores: a atitude face ao Irão (em que Israel é muito mais assertivo, procurando a Índia caminhos essencialmente diplomáticos e negociais) e a existência de uma forte comunidade islâmica no Subcontinente Indiano (com um significativo peso eleitoral), que exige uma posição de maior repúdio face à questão palestiniana. Estes fatores acabam por impedir um maior estreitamento de relações estratégicas, entre estes dois atores (Spyer, 2017).

6. IMPLICAÇÕES

A recrudescente conflitualidade entre o Irão e os EUA, com o pináculo na morte do General Soleimani, veio constituir-se um entrave à construção do multilateralismo regional bem como um desafio ao estreitamento das relações Indo-Iranianas e ao próprio papel indiano na sua “Ásia Ocidental” (Joshi, 2020).

Não obstante os seus objetivos de um Sistema Internacional multipolar, que garanta a sua autonomia estratégica, a Índia, de acordo com Friedman (Friedman, 2008), tem vindo a aproximar-se dos EUA, bem como dos seus parceiros regionais – Arábia Saudita e Israel - como forma de controlar os riscos advenientes do Eixo Sino-Paquistanês, bem como de estabilização do Médio-Oriente, de forma a garantir, através dos Estados do CCG, uma fonte estável de recursos energéticos e a segurança da sua diáspora (Einhorn & Sidhu, 2017; Percival, 2013).

Esta rápida escalada da conflitualidade na Região, implicou uma redobrada prudência política e diplomática na gestão do problema. Aqui foi adotada uma certa posição de neutralidade, condizente com o seu pensamento estratégico, não tendo diretamente condenado o assassinato (referindo-se a este apenas como morte), mas apelando para que fossem envidados todos os esforços para evitar a escalada de violência regional (Madan, 2020). À primeira vista, e como esperaria Pethiyagoda (2017), a Índia não veio arriscar as suas relações com os EUA (e consequentemente com os Estados do CCG e com Israel), tendo, inclusive respeitado o embargo de produtos energéticos provenientes do Irão. Esta atitude algo “pró-americana”, teve os seus custos internos: em primeiro lugar perdendo um dos seus principais fornecedores energéticos, com as tensões inflacionistas nos preços dos combustíveis, mas também de repúdio público, pela parte da população indiana que professa o Islão (Deo, 2020; Madan, 2020; Venkataramkrishnan, 2020).

Porém, a Índia, de forma inteligente, não veio a hostilizar politicamente o Irão, tendo recebido, no seu território, um dos seus representantes governativos, que reiterou a disponibilidade persa para estreitar os laços políticos e económicos com Nova Deli (Deo, 2020). Dessarte, esta atitude de tolerância perante o Irão, apenas é permitida do lado norte-americano, considerando-se o referido histórico

posicionamento de neutralidade, mas também porque a Índia, para além de não ser encarada como Estado antagónico por Washington, é tida como fulcral, no controlo do crescimento da China como potência global (Percival, 2013).

Se por um lado Nova Deli precisa dos EUA, e seus aliados regionais, para fazer valer os seus interesses estratégicos de controlo do Eixo Sino-Paquistanês, e do Irão como parceiro comercial, também os EUA (e o próprio Irão), precisam da Índia para os seus próprios interesses, conforme se expendeu *supra*. Isto constitui-se uma oportunidade, implicando uma enorme vantagem indiana para mediar os processos de redução da conflitualidade e estabilização regional, e, quiçá, eventualmente poder contribuir para a assinatura de um novo Acordo Nuclear, em que participem o Irão e os EUA¹⁸. Com esta estratégia de “*Soft Power*”, ao mesmo tempo em que assegura o fluxo de produtos energéticos, que permita o seu desenvolvimento como uma potência regional cada vez mais assertiva, poderá também garantir a segurança da sua diáspora, com claros benefícios políticos (nacionais e internacionais) para Modi, satisfazendo os seus interesses regionais. Outro mérito desta eventual estratégia, é manter a sua “capa” de neutralidade e “não alinhamento” nehruviano, ao mesmo tempo que estreita as suas relações com os EUA e os diversos Estados do Médio-Oriente, incluindo o Irão¹⁹.

Todavia, a forma como a atual pandemia de COVID-19 tem vindo a ter particulares repercussões na Índia, já por si marcada por grandes diferenças e carências sociais, quer ao nível dos efeitos negativos no mercado energético, quer na pressão adveniente da gestão do apoio à sua diáspora, especialmente aquela que labora no Médio-Oriente, afetada por um grave e crescente desemprego, contribui para o surgimento de mais incógnitas, na equação que é o seu posicionamento geopolítico.

Caso a Índia opte por não empenhar todo o seu “*Soft Power*”, no sentido de mediar uma negociação que leve à redução do conflito, e no fundo contribua para salvaguardar os seus interesses regionais, falhará uma oportunidade de reforçar o seu papel regional (mas também global), dando razão, designadamente, aos argumentos de Tanham (1992), de incapacidade indiana de estabelecer uma cultura e pensamento estratégico.

¹⁸ Atendendo até à recente disponibilidade para o diálogo manifestada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) Iraniano (The Times of Israel, 2020).

¹⁹ Um papel importante terá também o MNE indiano - Subrahmanyam Jaishankar - que desempenhou funções diplomáticas como Embaixador da Índia nos EUA, o que poderá constituir-se como um elemento facilitador das pontes de conversação, entre os EUA e o Irão (The Economic Times, 2019).

7. CONCLUSÕES

Concatenada a investigação e as suas implicações, seguir-se-á, no âmbito das presentes conclusões, as respostas às QD, que, de forma consolidada, permitirão lançar a luz científica sobre a QC que definiu a problemática deste artigo.

Relativamente à QD1, decorrente da investigação pode constatar-se que, o Pensamento Estratégico Indiano, no pós-Guerra Fria foi definido pela Escola do “Idealismo Nehruviano”, que promovia uma atitude neutral de “não alinhamento”. Contudo, a evolução do Contexto Internacional, particularmente no início do Século XXI, que contribuíram para o franco crescimento regional chinês, e o estreitamento das relações deste ator com o Paquistão, pelos riscos securitários que acrescentaram a Nova Deli, vieram a resultar numa atitude indiana mais assertiva, com um significativo investimento no seu instrumento militar. Porém, a Índia continua, em primeira análise, a apostar no seu potencial de “*soft power*”, particularmente ao nível da sua diplomacia.

Já quando se focam sobre a QD2, pode constatar-se que os interesses indianos no Médio-Oriente incidem sobre dois grandes pontos: por um lado, a dependência energética que apresenta daquela região, imprescindível ao seu crescimento sustentável e ao desenvolvimento do próprio instrumento militar, e, por outro, na salvaguarda da considerável diáspora indiana que primordialmente integra o mercado laboral regional, e cuja segurança é um dos grandes desideratos políticos.

Sobre a QD3, constata-se que a Índia tem históricas relações com o Médio-Oriente, particularmente com os Estados que integram o GCC e o próprio Irão, sendo que, atualmente, estes integram a “parte de leão” da sua carteira de fornecedores energéticos. Também a necessidade de dirimir o risco paquistanês e das atividades terroristas, veio a implicar o aprofundamento das relações políticas e económicas com estes atores regionais, e tendo-se, em alguns pontos, estabelecido parcerias securitárias e exercícios militares conjuntos. Contudo, tanto a atitude iraniana no seu Programa Nuclear, como a recente conflitualidade, deste Estado com os EUA, com as sanções decorrentes, acabou por afastar economicamente a Índia do Irão, sem, contudo, este afastamento se replicar no domínio político e diplomático.

De certo modo, as relações com Israel têm seguido o caminho oposto às Indo-Iranianas, tendo partido de uma frieza diplomática face à questão da Palestina, mas atualmente com diversas parcerias no domínio económico, tecnológico e militar. Porém, a grande comunidade indiana que professa o Islão será o principal obstáculo ao aprofundamento das relações com este ator, considerando a sua atitude face ao Estado sionista.

A resposta consolidada às QD, quando integrada com o expendido no

Capítulo 5. deste artigo (Implicações), deixa antever que a Índia é o Estado que melhor se posiciona como potencial mediador da conflitualidade regional atual, muito centrada no antagonismo iraniano face aos EUA e seus aliados sunitas (CCG) e israelitas. Esta posição resulta essencialmente de três ordens de razão: em primeiro lugar, a Índia é um Estado regional e tradicionalmente neutral, como tal reconhecido internacionalmente. Em segundo ponto, a Nova Deli, por tudo o que foi expendido, interessa a estabilidade regional que salvguarde o fluxo energético essencial ao seu crescimento nacional, bem como a diáspora que de forma profusa se encontra disseminada na região. Por último, as estreitas relações políticas que promove com todos os atores envolvidos (destacando-se a crescente proximidade aos EUA), são elementos facilitadores para a eficiência diplomática, destacando-se neste ponto a presença do antigo Embaixador de Nova Deli em Washington, como chefe da diplomacia indiana, que se afigura como um ponto de extrema relevância.

Este conjunto de razões, aliado à posição inicial indiana de apelo ao apaziguamento da conflitualidade, após a morte do General Soleimani, levou a que publicamente fosse, da parte de responsáveis iranianos, instada Nova Deli a mediar o conflito, bem como a eventual negociação de um novo Acordo Nuclear. Todavia, sendo claro que a Índia é o Estado que melhor se posiciona para mediar a conflitualidade regional hodierna, dúvidas subsistem quanto à efetiva vontade indiana em arriscar a sua neutralidade e atitude de não-alinhamento, tomando esse papel de estabilizador regional, especialmente num momento em que se confronta com grandes desafios internos, gerados pelo atual contexto pandémico. Também concorre negativamente, para esta situação, a recusa indiana em aceitar a mediação norte-americana no diferendo de Caxemira, que mantém com o Paquistão, proposta pela atual “Administração Trump”, que, eventualmente, dirimirá a sua legitimidade perante os EUA.

Atendendo à complexidade das relações estabelecidas pela Índia propõem-se a densificação das mesmas, em estudos futuros, concretamente nas estabelecidas com a China e EUA, com ênfase no domínio securitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adhikari, S., Sinha, A. R. K., & Mukul Kamle. (2008). India’s Changing Geopolitical Code: an Attempt at Analysis. *Geopolitics*, 4, 4–32.
- Bhatia, N. (2016). *Indian PM Modi inks labour agreement with Saudi*. Constructionweekonline.
- Dar, A. I. (2017). Geopolitics and India’s Regional Ambitions in South Asia: A Realist Snapshot. *Research Paper: Political Science*, 3(July), 61–63.
- Deo, P. (2020). *US-Iran tensions and why India should care*. Wionews.

- Einhorn, R., & Sidhu, W. P. S. (2017). *The Strategic Chain: Linking Pakistan, India, China, and the United States* (Issue March).
- Friedman, G. (2008). *The Geopolitics of India: A Shifting, Self-Contained World*. Stratfor.
- Jägerskog, A., Schulz, M., & Swain, A. (2019). *Routledge Handbook on Middle East Security*. In *Routledge Handbook on Middle East Security* (Issue March). Retirado de <https://doi.org/10.4324/9781315180113>
- Joshi, M. (2020). *US-Iran conflict won't leave India unscathed*. Observer Research Foundation.
- Joshi, S. (2015). India and the middle east. *Asian Affairs*, 46(2), 251–269. Retirado de <https://doi.org/10.1080/03068374.2015.1037164>
- Kapur, D., & Mukherjee, R. (2018). Indian security strategy in thought and practice. *India Review*, 17(1), 1–11. Retirado de <https://doi.org/10.1080/14736489.2018.1415271>
- Kemp, G. (2010). The east moves west: India, China, and Asia's growing presence in the middle east. In *The East Moves West: India, China, and Asia's Growing Presence in the Middle East*. Retirado de <https://doi.org/10.1080/09733159.2011.601064>
- Kumaraswamy, P. R. (2013). Can India Mediate the Middle East Peace Process? *Indian Foreign Affairs Journal*, 8(4), 400–412.
- Kumaraswamy, P. R., & Quamar, M. (2019). *India's Saudi Policy: Bridge to the Future*. Palgrave Macmillan.
- Kumaraswamy, P. R., Quamar, M. M., & Singh, M. (2018). *Persian Gulf 2018: India's Relations with the Region*. Palgrave Macmillan.
- LatestLY. (2019). *Israel PM Benjamin Netanyahu Thanks Narendra Modi for India's Vote Against Palestinian Group*.
- LiveMint. (2020). *Iran expects India to source its oil, devise new barter trade: Iranian minister*. LiveMint.
- Madan, T. (2020). *India's reaction to the killing of Iranian commander Qassem Soleimani*. Brookings.
- MNEI. (2013). *Gulf Cooperation Council (GCC)*. Ministério dos Negócios Estrangeiros Indiano.
- Morgenthau, H. (1949). The Primacy of the National Interest. *American Scholar*, 207–212.
- Ningthoujam, A. (2020). *India's COVID-19 Cooperation With the Middle East*. The Diplomat. Retirado de <https://thediplomat.com/2020/04/indias-covid-19-cooperation-with-the-middle-east/>
- Percival, B. (2013). Policy Brief China, India and the United States: Tempered rivalries in Asia. *Journal of Health and Social Behavior*, 54(1), 24. Retirado de <https://doi.org/10.1177/0022146513479002>

- Pethiyagoda, K. (2017). *India-GCC Relations: Delhi's Strategic Opportunity*. 18.
- Pethiyagoda, K. (2018). *India's Pursuit of Strategic and Economic Interests in Iran*. 23, 1–40.
- Purushothaman, U. (2012). American shadow over India-Iran relations. *Strategic Analysis*, 36(6), 899–910. Retirado de <https://doi.org/10.1080/09700161.2012.728867>
- Quamar, M. (2019). Rising US-Iran Hostilities and Challenges for India. *IDSIA, May*, 1–7.
- Rajagopalan, R. (2012). India's Strategic Choices. *Challenge and Strategy: Rethinking India's Foreign Policy, September*, 277–290. Retirado de <https://doi.org/10.4135/9788132108313.n15>
- Ribeiro, A. S. (2009). *Teoria Geral da Estratégia: o essencial ao processo estratégico*. Almedina.
- Santos, L., & Lima, J. (2019). Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (2.^a edição, revista e atualizada). *Cadernos Do IUM N.º 8 (2.^a Ed., Revista e Atualizada)*. Retirado de https://sites.ium.pt/moodle/pluginfile.php/12427/mod_resource/content/1/Cadernos IUM_8_2_versao.pdf
- Saxena, A. (2020). *The COVID-19 impact on the oil industry*. Invest India. Retirado de <https://www.investindia.gov.in/team-india-blogs/covid-19-impact-oil-industry>
- Scharnweber, G. (2015). What and where is the Middle East? *Middle East Policy Council*, 2–7.
- Selvik, K., & Stig Stenslie. (2011). *Stability and Change in the Modern Middle East*. IB Tauris.
- Sidhu, W. P. S. (2016). the United States , India and Iran: Managing a Delicate Balance. *Center on Cooperation International, February*.
- Sikri, R. (2009). *Challenge and Strategy: Rethinking India's Foreign Policy* (C. R. Gharekhan (ed.)). SAGE Publications.
- Sokolski, H. (2007). Gauging U.S-Indian strategic cooperation. In *America* (Issue March).
- Spyer, J. (2017). *India-Israel Relations: An Emerging Strategic Partnership?* November, 1–13.
- Tanham, G. (1992). *Indian Strategic Thought. An Interpretive Essay*.
- Telangana Today. (2020). *India to set up lab in Iran for testing COVID-19: Harsh Vardhan*. Telangana Today. Retirado de <https://telanganatoday.com/india-to-set-up-lab-in-iran-for-testing-covid-19-harsh-varadhan>
- Tharoor, S. (2013). *Pax Indica: India and the World of the 21st Century*. Penguin Books.
- The Times of Israel. (2020). *Iranian FM: We're still willing to negotiate with US*. The Times of Israel.

- Venkataramakrishnan, R. (2020). *Here's what an Iran-US conflict would mean for India*. Scroll.In.
- Vineeth. (2014). *India, World, Non Aligned Movement (NAM) and its Significance in the Current Scenario*.
- Wahab, B. (2019). What Will It Take to Repair Middle Eastern Economies? In M. Rubin & B. Katulis (Eds.), *Seven Pillars: What Really Causes Instability in the Middle East?* AEI Press.
- Wolters, H. M. K., Grome, A. P., & Hinds, R. M. (2013). *Exploring Strategic Thinking: Insights to Assess, Develop, and Retain Army Strategic Thinkers*. February.
- Xavier, C. (2013). India's strategic traditions and options in the indo-pacific security system. *Nação e Defesa*, 247–262.
- Zeenews. (2020). *COVID-19 crisis: Bring thousands of Indian workers stranded in Middle East, Rahul Gandhi urges Centre*. Zeenews. Retirado de <https://zeenews.india.com/india/covid-19-crisis-bring-thousands-of-indian-workers-stranded-in-middle-east-rahul-gandhi-urges-centre-2276564.html>

2. A GEOPOLÍTICA DO ALARGAMENTO DA UE: RISCOS E IMPERATIVOS

Paulo Roberto Pires Silveiro

Major da GNR

Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/20

Lisboa, Portugal

RESUMO

A génese da criação da União Europeia (UE) foi a tentativa de eliminação da guerra como alternativa para fazer face a conflitos que surgissem. O objetivo foi criar uma comunidade de Países em que a solução dos conflitos fosse pela via pacífica. Com o passar dos anos, foi verificado que esse objetivo foi alcançado, quer pelos membros como pelos não membros. Tornou-se apetecível para os Estados que estavam à sua volta quererem fazer parte da UE, aceitando a adoção dos valores e normativos europeus para conseguirem satisfazer as exigências impostas e conseguirem aderir a esta. Os alargamentos que foram ocorrendo ao longo da história da UE não foram apenas benéficos para os novos membros, mas também para a própria UE. Arrisca-se a referir que foram essenciais para a credibilização da União e que foi a política de alargamentos que permitiu o avanço da democracia, direitos humanos, paz e segurança na Europa. Contudo, com o grande alargamento ocorrido em 2004, começaram a existir alguns Estados-membro opositores a novos alargamentos antes da UE resolver os seus problemas internos. Por outro lado, os restantes Estados-membro defendiam que para o desenvolvimento da UE e a sua segurança, era imprescindível prosseguir-se o caminho que vinha a ser traçado. Atualmente, o alargamento a curto prazo passa pelos Países dos Balcãs Ocidentais (PBO), Países estes que atualmente se caracterizam pela instabilidade económica, política e sobretudo securitária. Tendo em vista as declarações recentes de que a UE deve alargar o mais brevemente possível, por necessidades geopolíticas, importa analisar os riscos e imperativos desse possível alargamento.

Palavras-chave: União Europeia, Países Balcãs Ocidentais, alargamento, riscos, imperativos, geopolítica.

ABSTRACT

The genesis of the EU's creation was an attempt to eliminate war as an alternative to address conflicts that arise. The goal was to create a community of countries, in which the solution to conflicts, was by peaceful means. Over the years, it was found that this

goal was achieved by members and non-members. It became desirable for the states that were around the EU to want to be part of it, accepting to adopt European values and norms in order to be able to satisfy the imposed requirements and to be able to join the EU. These enlargements that have taken place throughout the EU's history have not only been beneficial for new members, but also for the EU. It can even be said that they were essential for the credibility of the Union and that it was the policy of enlargements that allowed the advance of democracy, human rights, peace and security in Europe. However, with the great enlargement that took place in 2004, some Member States opposed to further enlargements, before the EU solved internal problems. On the other hand, the other Member States said that for the development of the EU and its security it was essential to continue the path that has been traced. Currently, short-term enlargement includes the Western Balkan countries, countries that are characterized by economic, political and, above all, security instability. In view of the recent declarations that the EU should expand as soon as possible, due to geopolitical needs, it is important to analyze the risks and imperatives of this possible enlargement.

Keywords: *European Union, Western Balkan, enlargement, risks, imperatives, geopolitics.*

1. INTRODUÇÃO

Com a criação da Europa, a seis membros, verificaram-se inúmeras vantagens, não só por estes, mas também pelos Estados não membros. Neste momento já conta com 27 membros, mas estão mais cinco países como candidatos e dois possíveis candidatos à adesão da UE. Contudo, tem sido discutido pelos membros até que ponto a UE se deve estender e em que *timings* (Armstrong & Anderson, 2007).

Sendo o alargamento o centro do projeto europeu e considerado como uma das políticas mais bem-sucedidas da UE, o foco da atenção para um próximo alargamento está nos PBO, tendo já o estatuto de candidato a Albânia, República da Macedônia do Norte, Montenegro e a Sérvia, estando a Turquia com o processo suspenso. Contudo, este alargamento não é consensual entre os Estados-membro, pois tratam-se de países com grandes questões de segurança por resolver (como são o caso das crises migratórias e terrorismo) assim como com elevadas taxas de corrupção e de crime organizado, que fazem levantar preocupações sobre a sua capacidade de serem integrados. Apesar disso, o processo de alargamento dos PBO é visto como vital para a UE, sendo por essa razão a próxima etapa natural (Ker-Lindsay, Armakolas, Balfour, & Stratulat, 2018).

Assim, dado a divergência entre os Estados-membro, o objetivo central é identificar quais os riscos e imperativos que resultam do alargamento (ou não) aos candidatos dos PBO, com enfoque na securitização da UE, pois trata-se de um tema premente e que deve ser devidamente estudado.

Em relação à metodologia vai ser baseada no raciocínio dedutivo, seguindo uma estratégia de investigação qualitativa (Vilelas, 2009). Para assegurar a coerência com as fontes documentais e científicas, a revisão da literatura acompanhará todo o percurso da investigação (Sousa & Baptista, 2011).

A estrutura do trabalho será dividida em 7 capítulos, onde no presente capítulo se efetua a introdução e no segundo capítulo se efetuará um pequeno enquadramento histórico da UE até aos dias de hoje, sendo seguido de uma breve descrição do estado da arte acerca do alargamento da UE. No quarto capítulo será efetuado um enquadramento teórico onde se elucidam alguns conceitos chave para este trabalho. No capítulo seguinte será demonstrado os riscos que existem com o alargamento. No sexto capítulo serão feitas algumas considerações acerca das implicações da UE alargar (ou não) aos países em estudo. Por último serão tecidas algumas conclusões de forma a responder à questão central.

O presente trabalho será delimitado aos países que têm o estatuto de candidato no processo de adesão à UE. Destes países não vai ser considerado a Turquia, pois apesar de ser vista pela UE como parceiro estratégico em algumas questões²⁰, tem dado os grandes retrocessos nas áreas dos direitos fundamentais, Estado de direito e democracia, pelo que o processo de negociação se encontra suspenso desde junho de 2018, prevendo-se que este não seja retomado a curto prazo (European Commission, 2019).

O objetivo geral que se pretende atingir é um entendimento subjetivo e profundo do objeto de estudo, pelo que a estratégia utilizada foi qualitativa. Por sua vez a recolha de dados, foi baseada na pesquisa bibliográfica e na análise documental (Santos, et al., 2016, p. 24 a 31).

O objetivo geral do estudo é identificar os riscos e imperativos para a UE decorrentes do alargamento, pelo que se formulou a seguinte questão central: quais os riscos e imperativos para a UE decorrentes do alargamento?

Para se conseguir alcançar o objetivo geral, importa atingir os seguintes objetivos específicos (OE):

OE 1. Identificar os riscos para a UE decorrentes do alargamento

OE2. Identificar os imperativos para a UE decorrentes do alargamento

Para responder aos objetivos específicos, foram definidas as seguintes questões derivadas (QD):

²⁰ Como são exemplos nas áreas da migração, segurança, combate ao terrorismo e economia (Turkey, 2019).

QD 1. Que riscos existem para a UE decorrentes do alargamento?

QD 2. Que imperativos existem para a UE decorrentes do alargamento?

2. ANTECEDENTES

Aos dias de hoje, pode não ser fácil entender o que a paz significava nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, pois é um ambiente não vivenciado pelas atuais gerações. O desgaste que a guerra provocou na população, assim como o clima tenso e de descontentamento, tornou como prioridade política ser encontrada uma solução que permitisse a existência de uma Europa unida, pacífica e próspera (Pinder & Usherwood, 2013).

Assim, em 1952, é criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, onde os países europeus demonstraram a vontade de começarem a unir-se económica e politicamente. Esta entidade teve como Países fundadores a Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda. Cinco anos mais tarde, em 1957, o Tratado de Roma cria a Comunidade Económica Europeia (Pagden, 2002).

A 1 de janeiro de 1973 passam a ser 9 os países pertencentes à Comunidade Europeia, com o aumento da Dinamarca, Irlanda e o Reino Unido. Em janeiro de 1981, a Grécia torna-se o 10º membro da UE, e a Espanha e Portugal seguem os mesmos passos em 1986 (McCormick, 2002)

Nesse mesmo ano assinou-se o Ato Único Europeu em 1986, que levou à eliminação de quase todas as barreiras ao movimento de pessoas, dinheiro, bens e serviços entre os 12 membros da UE (Pinder & Usherwood, 2013).

Na década de 90 do século passado existe um incremento da liberdade de movimentos de capital, bens, serviços, capital e pessoas (Bergbauer, 2018).

Em 1993, com o Tratado de Maastricht da UE é dado o primeiro passo para o surgimento da moeda única, assim como para uma cidadania comum e política externa e de segurança comum. É aqui que surge o nome “União Europeia” (Kenen, 1998).

Em 1 de maio de 1999 o Tratado de Amsterdão veio reforçar a competência da UE a nível laboral, social, direitos humanos e meio ambiente, tendo ainda incorporado na sua moldura jurídica o acordo de Schengen, que permitia as pessoas viajarem entre os Estados-membro sem ser necessário a verificação de passaportes (Erik, Anand, & Stephen., 2012).

Em apenas 15 anos a UE mais que duplicou de número de membros, passando de 12 para 27, pois em 1995, a UE ganhou mais três novos membros (Áustria, Finlândia e Suécia) em 2004 entram mais 10 países²¹ (Estónia, Letónia,

²¹ Um ano antes, em 2003, entrou em vigor o Tratado de Nice, que tinha como objetivo principal a adaptação do funcionamento das instituições europeias antes da chegada de novos Estados-Membro (Andenas & Usher, 2003).

Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria, Eslovénia, Malta e Chipre) e em 2007 foi a vez da Bulgária e da Roménia. Pelo meio, em 2002 é adotada a moeda única: o Euro (Dedman, 2010).

Em 1 de dezembro de 2009, entra em vigor o Tratado de Lisboa, tendo como objetivo dar à UE instituições modernas e métodos de trabalho mais eficientes e serviu para, após a rejeição por França e Holanda em 2005, substituir a Constituição Europeia (Phinnemore, 2013).

Em julho de 2013 juntou-se o último membro da UE: a Croácia (Engelbrekt, Bremberg, Michalski, & Oxelheim, 2019). Em 31 de janeiro de 2020 a Reino Unido sai da UE (Parlamento Europeu, 2020).

Apesar de em 2009 a crise económica global ter atingido fortemente a Europa, a UE ajudou vários países a enfrentar as suas dificuldades. Em 2012, a UE recebeu o Prémio Nobel da Paz pela ajuda a promover a democracia e o desenvolvimento económico em toda a Europa, pela ajuda de mais de meio bilhão de europeus a superar as suas divisões políticas, económicas e sociais e por ser um excelente exemplo de como os meios pacíficos podem trazer mudanças duradouras. Mesmo assim, a UE consegue ser hoje o maior bloco económico do mundo, representando cerca de um quinto do produto interno bruto (PIB) mundial e quase 20% do comércio global (Olsen & McCormick, 2018).

Nos últimos anos, tem sido adotada uma nova política de segurança, tendo recentemente sido evidente após a anexação da Crimeia pela Rússia. Também o extremismo religioso aumentou no Médio Oriente e em vários outros países, levando a muitas pessoas a fugirem do seu país e procurar um futuro melhor na Europa. Atualmente a UE depara-se não apenas se com o dilema de como cuidar dessas pessoas, mas também se vê como um alvo de vários ataques terroristas (European Union, 2019).

3. ESTADO DA ARTE

A UE tem utilizado a política de alargamento com objetivos vários, destacando-se a promoção de reformas económicas, políticas e sociais, consolidação da paz, democracia e estabilidade na Europa, união de países num projeto comum e aumentar a importância da UE perante outros atores internacionais (O alargamento da União, 2019).

Neste momento existem 5 países candidatos (Albânia²², República da

²² A Albânia apresentou em 28 de abril de 2009 a sua candidatura de adesão à UE e em 2012, em junho de 2014 passou a candidata, estando já emitido o parecer da Comissão para que sejam iniciadas as negociações (Albania, 2019).

Macedónia do Norte²³, Montenegro²⁴, Sérvia²⁵ e Turquia) dos quais já foram iniciadas as negociações com Montenegro, Sérvia e Turquia (entretanto o processo foi suspenso neste País). Existem ainda 2 potenciais candidatos: Bósnia e Herzegovina e Kosovo (European Commission, 2019).

Não obstante da existência destes cinco candidatos, a forma e o tamanho da unidade europeia têm sido objeto de muita controvérsia. A tarefa de delinear o corpo da Europa tem sido difícil e delicada. Tal como uma criança em rápido crescimento, a Europa não sabe onde seu corpo termina. Isso explica muito de sua falta de união no que respeita à política adotada pela UE em relação aos alargamentos (Luoma-Aho, 2002).

Por um lado, existem membros que defendem que a UE deve centrar-se nos problemas internos e só depois abrir a porta a novos membros, porque existe um sentimento de “fadiga” causada por anteriores alargamentos e que um novo alargamento destruirá o nível já atingido de integração (Stefanova, 2018; Stojić, 2018). Um dos principais opositores é a França (Burchard, 2020; Joja, 2020).

Por outro lado, existem outros membros que defendem a integração e em especial o alargamento para os PBO, pois estes Estados são um grande foco de tensão e insegurança, e a sua integração na UE permite facilitar um melhor controle da migração ilegal, tráfico de drogas e outras ameaças à segurança na Europa. O alargamento para os novos Estados-membro vai permitir estabilizar as suas democracias (ainda frágeis) e que consigam uma transformação positiva, não só económica, mas principalmente securitária (Kaiser & Elvert, 2005). Neste lado da barricada existem vários Países, como é exemplo a Alemanha, que pretendem um acordo urgente para iniciar as negociações de adesão à UE, referindo que é um imperativo geopolítico (Burchard, 2020).

Vladeva (2015) refere que o crescente ceticismo é resultado do medo entre os cidadãos de que o alargamento introduza instabilidade social e importe a imigração que pode pôr em risco os mercados de trabalho nacionais. De acordo com o momento atual, é óbvio que os novos candidatos a membros enfrentam mais incerteza e maiores obstáculos do que candidatos de anteriores alargamentos.

²³ O pedido de adesão foi concretizado em março de 2004, tendo o Conselho concedido o estatuto de candidata em dezembro de 2005. Desde 2009 que a Comissão tem recomendado ao início das negociações (North Macedonia, 2019).

²⁴ O pedido de adesão à UE foi em 2008. A Comissão em 2010 emitiu parecer favorável a mudar o seu estatuto para candidato e o Conselho aprovou esse status. Em 29 de junho de 2012 iniciaram as negociações de adesão. As negociações têm corrido de forma célere, tendo sido abertos 32 capítulos de negociação até final do ano de 2018. Montenegro já tem 3 capítulos de negociação provisoriamente fechados. (Montenegro, 2019).

²⁵ O pedido de adesão à UE ocorreu em dezembro de 2009, tendo recebido o estatuto de candidata em março de 2012. O início das negociações ocorreu em 21 de janeiro de 2014. Já foram abertos 16 capítulos de negociação até ao fim de 2018, e fechados provisoriamente 2 capítulos. (Serbia, 2019).

Também Dempsey (2018) questionou especialistas nesta área e encontrou opiniões divergentes, com sentimentos contraditórios. Por um lado, verificou que muitos especialistas veem o alargamento como um ato de caridade e sempre negaram os enormes benefícios que o alargamento trouxe à Europa, porque entendem que a UE deveria primeiro ter uma cooperação consolidada entre os membros existentes. Por outro lado, verifica que existem opiniões que apoiam o alargamento, e em especial para os PBO, pois em termos geopolíticos, a UE despertou para o facto de que outros Estados estão a tentar estabelecer-se nos PBO, substituindo o papel da UE na região, com as respetivas consequências advinentes das ideologias e políticas por estes evangelizadas, bastante diferentes das defendidas pela UE.

Assim, pretende-se elencar as vantagens que existem com o alargamento da UE para os PBO, com especial incidência para as questões securitárias, pois os estudos existentes incidem principalmente em questões económicas.

4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Os vários alargamentos²⁶ efetuados na UE sempre criaram divisões nos seus membros. Estas divisões criadas foram mais expressivas aquando do alargamento ocorrido em 2004, quando ingressaram 10 Estados, o que fez aumentar a discussão acerca da política existente de alargamento da UE.

Agora, com a perspetiva de um novo alargamento, a dúvida persistente sobre a oportunidade da mesma. A sua adaptação ao acervo da UE é um processo lento e a condicionalidade política continua a criar grandes obstáculos à sua adesão. Faz sentido que as instituições da UE reflitam sobre a perspetiva de um maior alargamento, não apenas do ponto de vista da prontidão económica, política e securitária, mas também do ponto de vista da capacidade de absorção da UE.

As políticas do alargamento da UE, em termos securitários e geopolíticos, perseguem muitos objetivos, sendo um deles a criação de uma verdadeira comunidade de segurança²⁷, comunidade esta criada com sucesso por conseguir evangelizar países que estão nas suas fronteiras a aderirem à UE e a aceitarem os seus mecanismos políticos para resolverem os conflitos existentes. Até aos dias de hoje o mecanismo mais bem-sucedido da UE para a construção e expansão

²⁶ De uma forma simples, pode definir-se que a expressão “Alargamento” entrou no léxico europeu como a designação do processo de alargamento a mais Estados-Membro após o impulso fundador que levou a que durante 22 anos (1951-1973) a Comunidade contasse apenas com os 6 países iniciais (Coelho, s.d.).

²⁷ Região transnacional composta por Estados soberanos cujo povo mantém expectativas confiáveis de mudanças pacíficas (Adler & Barnett, 2000; Bellamy, 2004).

da comunidade de segurança²⁸ tem sido a condicionalidade, ou seja, a lógica de que por trás do processo de alargamento, está um longo processo de alteração de comportamentos de outros Estados, de forma a promover a construção de comunidades de segurança por meio de sua política de vizinhança (Rieker, 2016; Džankić, Keil, & Kmezić, 2019).

Importa ainda referir o Relatório Anual sobre a Execução da Política Externa e de Segurança Comum, elaborado pela Comissão dos Assuntos Externos (2018), que, além tratar da questão de um futuro alargamento, enumera alguns os riscos²⁹ que são necessários serem mitigados, como são os casos de ataques terroristas, (que constitui um dos principais desafios para a segurança dos cidadãos da UE) a radicalização, a migração ilegal, o uso recorrente de armas químicas, a propaganda, as tentativas russas para realizar ciberataques e interferir nas campanhas eleitorais e nas campanhas de referendos e outras ameaças híbridas que exigem respostas rápidas, assertivas e coordenadas.

Este mesmo relatório refere ainda que devem existir ações concertadas e integradas a fim de reforçar a influência geopolítica³⁰ e a imagem da UE no mundo e proteger os seus interesses, nomeadamente através do reforço da soberania económica e da autonomia estratégica da UE (Comissão dos Assuntos Externos, 2018).

Para fazer face a esses e outros riscos, nenhum Estado-Membro da UE pode responder, por si só, de forma eficaz aos atuais desafios globais, devendo a UE assumir o seu papel de potência política e económica soberana e de pleno direito nas relações internacionais, para que contribua para a resolução dos conflitos em todo o mundo e definir uma estratégia comum com parceiros internacionais, no que diz respeito à proteção de infraestruturas críticas, das instituições básicas e dos valores fundamentais das nossas democracias (Comissão dos Assuntos Externos, 2018).

Para tal, a UE tem alguns imperativos³¹ que são necessários serem

²⁸ É a capacidade de um grupo de Estados, que estão inseridos numa comunidade de segurança, de desenvolver dinâmicas de integração positiva com outras instituições políticas, a fim de criar as condições para o desenvolvimento de expectativas comuns de mudança pacífica (Simão, 2018). Também Cruz (2019) refere que a partilha de valores e de normas por essa comunidade constitui-se como a garantia de que os seus membros não se confrontam fisicamente, optando por resolver as disputas com recurso às normas e aos princípios comumente aceites.

²⁹ A definição de risco pode ser definido como sendo os perigos associados ao projeto europeu e respetivos desafios que a UE enfrenta, tanto internamente como externamente (Cowles & Smith, 2000).

³⁰ A geopolítica procura explicar a interligação entre lugares e pessoas, ou mais especificamente entre lugares e nações, e o impacto que eles têm um sobre o outro, para construir uma compreensão mais profunda das nações, regiões e do mundo. A geopolítica explica o presente de olho no futuro. O objetivo não é apenas entender as pressões sobre as nações, mas também prever respostas futuras - e, assim, fornecer tempo para se preparar, dissuadir ou combater as ações de outras pessoas. Essas previsões frequentemente são contrárias ao senso comum (Stratfor, 2016).

³¹ Segundo Chia (2009) podem ser entendidos como o que os Estados necessitam de fazer para serem considerados legítimos pelos cidadãos que estão dentro do Estado, e identifica 4 funções: justiça, acumulação, legitimidade institucional e segurança.

concretizados, tais como adotar as medidas necessárias para dar uma resposta conjunta à crise migratória, combater as tentativas de desestabilização de países terceiros e implementar uma política externa e de segurança europeia verdadeiramente comum, baseada na autonomia estratégica e na sua integração, a fim de promover os interesses comuns, princípios e valores (Comissão dos Assuntos Externos, 2018).

5. INVESTIGAÇÃO

Os processos de adesão à UE são profundamente geopolíticos, tornando a Europa “inteira e livre”, reconstruindo as suas fronteiras com os alargamentos efetuados (Kuus, 2007).

Atualmente para se chegar a uma nova fronteira da UE, os países candidatos passam por um longo e exigente processo de adesão, sendo para Severo (2015) uma ferramenta expansionista, pois é o principal instrumento a disseminação das normas europeias. É este poder normativo que tem uma capacidade de atração a que os Estados Balcânicos não resistem, ambicionando um processo de adesão livremente. Este poder tem impactos em vários setores, com especial relevo na reforma do setor da segurança dos PBO.

Investir na estabilidade e na prosperidade dos PBO deve continuar a ser uma prioridade fundamental para a UE, para que seja fomentada a promoção das reformas necessárias a uma ordem política e económica internacional baseada em normas e em que impere a cooperação, centrada no Estado de direito, no respeito pelos direitos humanos, em particular das minorias, na reconciliação e nas boas relações de vizinhança, na segurança e na migração, no desenvolvimento socioeconómico sustentável, na conectividade em matéria de transportes e de energia, na proteção ambiental e na agenda digital (Comissão dos Assuntos Externos, 2018; Nünlist, 2015).

Contudo, a aceitação da adesão tem de ser decidida com precaução, pois, olhando para o passado, verifica-se que o grande alargamento de 2004, quando 10 países aderiram à União, foi visto na época como um enorme ganho para o liberalismo e a democracia ocidental, mas ficou claro que esse alargamento levou a tensões na União - e de uma maneira que poucos previram (Engelbrekt, Bremberg, Michalski, & Oxelheim, 2019).

Não se pode esquecer que a UE persegue o objetivo de manter uma relação de boa vizinhança com os países que estão nas suas fronteiras, mas também não pode ser esquecido o esforço necessário para selar a fronteira externa de acordo com o plano de Schengen (Zielonka, 2007).

A guerra e a instabilidade nestes países provocam fluxos de migração

extremamente difíceis para a UE lidar - especialmente em tempos de crise económica, pelo é do interesse da União contribuir para a continuação de desenvolvimentos positivos nos países vizinhos (Rieker, 2016).

O esforço em efetuar um novo alargamento para os PBO, é porque a instabilidade nesta região é um problema também europeu, pois afeta não só a estabilidade desses países, mas na Europa como um todo. Um dos exemplos que se pode dar é a ameaça securitária para a Europa do Sul e Central devido ao possível afluxo de refugiados para países como Itália, Grécia, Áustria e Alemanha. Pode assim afirmar-se que os interesses de muitos Estados-membro da CE estão envolvidos (Luoma-Aho, 2002).

Sobre o aspeto migratório e não só, nos últimos anos, a UE não conseguiu articular os seus interesses securitários estratégicos nos PBO, em parte porque os principais Estados-membro enfatizaram o alargamento diante dos seus cidadãos, de forma indiferente ou hostil, enfraquecendo o compromisso estratégico com o alargamento. Somente nos últimos meses, com a influência russa na região, a tornar-se cada vez mais evidente a cada dia que passa, começou a sentir-se a urgência no alargamento. Pode verificar-se essa necessidade urgente de alargamento também uns anos antes, aquando da crise migratória da UE de 2015-16, quando centenas de milhares de pessoas, a maioria delas em busca de asilo da Síria, Iraque e Afeganistão, usaram a rota dos Balcãs Ocidentais para ir da Grécia à Central e Europa Ocidental. É irónico que a UE, que se orgulha de seu *soft power*, pareça estar a perder a competição de *soft power* nos PBO para a Rússia, a Turquia e a China (Vogel, 2018; Comissão dos Assuntos Externos, 2018).

A par deste enfraquecimento da UE perante outros atores, está também a perder influência nas relações energéticas com estes, pois a União também teme uma possível crise energética causada pela instabilidade em alguns de seus novos vizinhos. A UE consome cerca do dobro da energia dos seus vizinhos, mas produz quatro vezes menos petróleo. Além disso, a maior parte da produção de petróleo do mundo ocorre em países diretamente contíguos aos vizinhos da UE (Zielonka, 2007).

Os interesses de outros atores, no aspeto energético, estão a moldar as suas políticas para com os PBO, onde se pode verificar que a política energética está hoje no centro das relações entre a Rússia e os PBO devido aos projeto de gasodutos, tornando-se assim a região dos PBO numa importante parceria geoestratégica, em que permite à Rússia tornar-se um *player* no mercado mundial de energia para a Europa (Mulalic & Karic, 2014; Nünlist, 2015; Muś, 2015). Um outro risco geopolítico existente são as relações entre a UE e a Rússia se deteriorarem, porque a Rússia não vê com bons olhos a integração dos PBO na UE (The Moscow Times, 2019).

À semelhança da Rússia, também a Turquia tem a política energética no

centro das relações com os PBO, pois estes países estão no meio das rotas de transporte de energia leste-oeste, pelo que se torna uma oportunidade para ser um importante *player* de fornecimento de energia. A Turquia, com a sua diplomacia proactiva e parcerias bilaterais avançadas com a Rússia e a UE, está particularmente posicionada para contribuir para o futuro da segurança energética nos PBO (Önsoy & Udum, 2014). Outra razão da Turquia ter interesse nos PBO está relacionada com o facto da intenção de proteger o grande número de muçulmanos na região (Aydintasbas, 2019; Nünlist, 2015).

Para a China os PBO tornaram-se importantes não apenas pelo seu mercado interno, mas principalmente por serem uma “ponte” para promover as relações Pequim-Bruxelas e reforçarem a nova iniciativa da Rota da Seda. Também para os PBO a China está-se a tornar-se um dos principais investidores para seu desenvolvimento económico (Jian, 2018).

Face ao exposto no presente capítulo destaca-se então que os principais riscos para a UE decorrentes de um possível alargamento são o aumento de tensões internas por existirem opiniões discordantes ao alargamento, uma crise “migratória” interna porque os cidadãos dos PBO poderem circular livremente por toda a UE e um deterioramento das relações entre a Rússia e a UE por terem visões e objetivos diferentes para os PBO.

Contudo, caso não exista alargamento a UE deixa de poder ter uma alternativa às energias importadas da Rússia e continua a ter às suas portas Estados com vários problemas securitários e cada vez mais influenciados por outros Estados (como são exemplos a Rússia, Turquia e China).

6. IMPLICAÇÕES

Nos últimos alargamentos é perceptível que a União tem conseguido aplicar esse seu poder e alavancagem de maneira propositada e eficaz, onde o alargamento passou a ser uma exigência e mostrou que a exportação de normas regulatórias podem ser um instrumento eficiente da política externa. A União provou que pode atuar como um verdadeiro gigante político, se não como um verdadeiro império, quando se trata de estabilizar o seu ambiente externo (Zielonka, 2007). Veja-se até o caso da atual pandemia de COVID-19, em que a União Europeia auxiliou os países vizinhos de forma a ajudar a conter a pandemia nestes e, por consequência, atenuar a proliferação da doença nestes (Parlamento Europeu, 2020)

As normas europeias ganham esse poder derivado da condicionalidade

política³² no processo de alargamento, pois é o principal instrumento através do qual a UE promove as reformas democráticas nos PBO (Richter & Wunsch, 2019)

A paz e segurança são os pré-requisitos mais básicos de qualquer integração bem-sucedida, e a política de inclusão condicional dos vizinhos mostrou-se bastante eficiente para garantir isso. De facto, quanto mais atrasados e instáveis forem os novos vizinhos, mais urgência haverá para “adotá-los” (Zielonka, 2007).

Uma vez dentro da UE, os novos Estados-membro são ainda mais expostos às várias pressões da formulação de políticas comuns, à inclusão em densas redes transnacionais e à socialização transfronteiriça (Kaiser & Elvert, 2005).

Apesar de opiniões contraditórias, não são apenas os países aderentes que ganham com a adesão à UE. O alargamento da União aumenta consideravelmente os benefícios políticos, económicos e securitários para os membros atuais (Schneider, 2009).

Este novo alargamento vai exercer uma pressão extra sobre os mecanismos de coesão e coordenação da Europa, ou seja, manter aberta a perspectiva de novos alargamentos pode estabilizar o ambiente externo, mas também pode desestabilizar o interno, como se viu no capítulo anterior. A União precisará, portanto, de realizar um ato de equilíbrio difícil (Zielonka, 2007).

O impacto do alargamento nos assuntos externos e de segurança europeus é bastante direto. A UE não é um ator internacional impotente, muito pelo contrário, pois apesar de atuar através de *soft power*, verifica-se muitas vezes que consegue ser aplicado de forma bastante assertiva. A UE envia soldados, não para fazer guerra mas sim para reforçar e manter a paz interna nos Estados vizinhos e tenta atraí-los através de uma política de ajuda e alargamento. (Zielonka, 2007)

O argumento mais comum a favor do alargamento é que a admissão de novos membros reduz externalidades negativas³³. Os PBO têm problemas que precisam ser resolvidos e a sua não resolução vai provocar uma migração induzida pela pobreza, sendo mais provável que aumentaria as taxas de criminalidade na Europa assim como aumentariam os riscos de conflito e guerra. Por isso, os países que fazem fronteiras com os PBO tendem a ter maior probabilidade de pretender que o alargamento seja feito porque sabem que estes vão ser afetados positivamente pelo processo de alargamento (Schneider, 2009).

O alargamento para os PBO tem 3 benefícios estratégicos para a UE. O primeiro é que torna a UE um lugar mais seguro, pois através do processo de adesão

³² Os países candidatos, enquanto não implementam todas as reformas necessárias, não ficam com o seu processo de adesão concluído.

³³ Externalidades negativas são efeitos indiretos das atividades económicas e políticas de países terceiros que são socialmente onerosos para a UE (Schneider, 2009)

são promovidas, nos Estados que pretendem aderir, as liberdades fundamentais e a democracia, assim como torna o Estado de direito mais forte, o que faz reduzir a criminalidade transfronteiriça. O segundo benefício é melhorar a qualidade de vida dos cidadãos derivado da obrigatória integração e cooperação em vários domínios (sendo exemplo a energia, ambiente e transportes). O terceiro benefício é que favorece a prosperidade pois uma UE maior torna-se mais forte, aumentando as oportunidades decorrentes do mercado único (Comissão Europeia, 2014).

Decorrente dos imperativos atrás identificados, releva-se a promoção da paz e da segurança através do auxílio à criação de condições a que estes países consigam adotar as normas e valores europeus, e assim reduzir o risco de ocorrência de conflitos/guerras junto às fronteiras da UE. Esta promoção foi reforçada há poucos dias, através do Parlamento Europeu (Parlamento Europeu, 2020).

7. CONCLUSÕES

Com a realização deste trabalho foi proposto a identificação dos riscos e imperativos para a UE decorrentes do alargamento aos PBO que já se encontram com o estatuto de candidato à adesão à UE (com exceção da Turquia), procurando-se verificar o estado da arte acerca do tema de forma a identificar vazios nas investigações já produzidas.

Depois de feito o enquadramento conceptual de conceitos estruturantes para uma melhor compreensão da investigação, procurou-se identificar os principais riscos decorrentes de um alargamento da UE aos PBO, onde se destacam as crises migratórias internas, porque os possíveis novos membros encontram-se num estado de desenvolvimento menor e a probabilidade dos cidadãos desses países pretenderem deslocar-se para outros Países da UE que oferecem garantias de melhores condições de vida, é grande. Acresce ainda referir que o alargamento vai permitir mitigar os riscos de contágio da instabilidade existente nos PBO derivado da estabilização “forçada” que os mesmos sofrem para conseguirem aderir à UE. Por último, o alargamento vai permitir a UE ter possibilidade de ter outra alternativa para obter recursos energéticos para os seus Estados-membro.

Para mitigar os riscos acima referidos, torna-se imperativo que a UE consiga consenso entre os seus membros para que sejam tomadas algumas posições estruturantes para o seu desenvolvimento. Com o alargamento, a UE consegue continuar a exercer pressões positivas que se traduzem em maior desenvolvimento, estabilização e democratização dos novos membros e por consequência, o ambiente externo vai também estabilizar-se assim como a paz e segurança na região. Não menos importante, com o alargamento a UE aumenta o seu poder de influência mundial e aproxima-se de Estados considerados influentes, como é o caso da Rússia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adler, E., & Barnett, M. (2000). *Security Communities*. Cambridge : Cambridge University Press.
- Armstrong, W., & Anderson, J. (2007). *Geopolitics of European Union Enlargement: The fortress empire*. London: Routledge.
- Aydintasbas, A. (2019). *From Myth to Reality: How to Understand Turkey's Role in the Western Balkans*. London: European Council on Foreign Relations. Retirado de https://www.ecfr.eu/page/-/from_myth_to_reality_how_to_understand_turkeys_role_in_the_western_balkans.pdf
- Bellamy, A. J. (2004). *Security Communities and their Neighbours: Regional Fortresses or Global Integrators?* Palgrave Macmillan: New York.
- Bergbauer, S. (2018). *Explaining European Identity Formation: Citizens' Attachment from Maastricht Treaty to Crisis*. New York: Springer International Publishing.
- Burchard, H. V. (2020). *Merkel: Albania, North Macedonia should get green light for EU talks in March*. Retirado de <https://www.politico.com/news/2020/01/27/merkel-albania-north-macedonia-should-get-green-light-for-eu-talks-in-march-106205>
- Chia, J. (2009). Immigration and its Imperatives. *European Law Journal*, 15, 683-699.
- Coelho, C. (s.d.). *Dossier Os Alargamentos da UE*. Retirado de <https://carloscoelho.eu/dossiers/view/4/651>
- Comissão dos Assuntos Externos. (2018). *Relatório anual sobre a execução da Política Externa e de Segurança Comum*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Comissão Europeia. (2014). *Estratégia de alargamento e principais desafios 2014-15*. Comissão Europeia.
- Cowles, M. G., & Smith, M. (2000). *The State of the European Union: Risks, Reform, Resistance, and Revival*. Oxford : Oxford University Press.
- Cruz, M. (setembro de 2019). União Europeia: Entre a influência dos estados e o «poder» das instituições supranacionais. *Relações Internacionais*, pp. 81-98.
- Dedman, M. (2010). *The Origins and Development of the European Union 1945-2008: A History of European Integration*. Abingdon: Routledge.
- Dempsey, J. (2018). *Judy Asks: Is Central Europe Damaging EU Enlargement?* Retirado de <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/75667>
- Džankić, J., Keil, S., & Kmezić, M. (2019). *The Europeanisation of the Western Balkans: A Failure of EU Conditionality?* London: Palgrave Macmillan.
- Engelbrekt, A. B., Bremberg, N., Michalski, A., & Oxelheim, L. (2019). *Trust in the European Union in Challenging Times*. London: Palgrave Macmillan.
- Erik, J., Anand, M., & Stephen, W. (2012). *The Oxford Handbook of the European Union*. Oxford : Oxford Handbooks Online.

- European Commission. (2016). *Steps towards joining*. Retirado de https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/steps-towards-joining_en
- European Commission. (2019). *Albania*. Obtido em 24 de janeiro de 2020, de European Neighbourhood Policy And Enlargement: Retirado de https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/countries/detailed-country-information/albania_en
- European Commission. (2019). *Check current status*. Obtido em 24 de janeiro de 2020, de European Neighbourhood Policy And Enlargement: Retirado de https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/countries/check-current-status_en
- European Commission. (2019). *Montenegro*. European Neighbourhood Policy And Enlargement. Retirado de https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/countries/detailed-country-information/montenegro_en
- European Commission. (2019). *North Macedonia*. European Neighbourhood Policy And Enlargement. Retirado de https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/countries/detailed-country-information/north-macedonia_en
- European Commission. (2019). *Serbia*. European Neighbourhood Policy And Enlargement. Retirado de https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/countries/detailed-country-information/serbia_en
- European Commission. (2019). *Turkey*. European Neighbourhood Policy And Enlargement. Retirado de https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/countries/detailed-country-information/turkey_en
- European Union. (2019). *The history of the European Union*. Retirado de https://europa.eu/european-union/about-eu/history_en
- Jian, J. (2018). *The Belt & Road Initiative in the Global Arena*. Singapore: Palgrave Macmillan.
- Joja, L.-S. (2020). *Three Conflict Scenarios for the Black Sea in 2020*. Foreign Policy Research Institute. Retirado de <https://www.fpri.org/article/2020/01/three-conflict-scenarios-for-the-black-sea-in-2020/>
- Kaiser, W., & Elvert, J. (2005). *European Union Enlargement: A Comparative History*. New York: Routledge.
- Kenen, P. B. (1998). *Economic and Monetary Union in Europe: Moving beyond Maastricht*. Cambridge : Cambridge University Press.
- Ker-Lindsay, J., Armatokolas, I., Balfour, R., & Stratulat, C. (2018). The national politics of EU enlargement in the Western Balkans. *Southeast European and Black Sea Studies*, 511-522. Retirado de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14683857.2017.1424398>
- Kuus, M. (2007). *Geopolitics Reframed: Security and Identity in Europe's Eastern Enlargement (New Visions in Security)*. London: Palgrave Macmillan.

- Luoma-Aho, M. (2002). Body of Europe and Malignant Nationalism: A Pathology of the Balkans in European Security Discourse. *Geopolitics*, 117-142.
- McCormick, J. (2002). *Understanding the European Union: A Concise Introduction*. New York: Palgrave Macmillan.
- Mulalic, M., & Karic, M. (2014). The Western Balkans Geopolitics and Russian Energy Politics. *Journal of Transdisciplinary Studies*, 87-109.
- Muś, J. (2015). *Russia in the Balkans. Threat or Opportunity?* Lublin: Institute of East-Central Europe .
- Nünlist, C. (2015). The Western Balkans Between Europe and Russia. *Security Policy*.
- Olsen, J., & McCormick, J. (2018). *The European Union : politics and policies*. New York: Routledge.
- Önsoy, M., & Udum, Ş. (2014). The role of Turkey in western Balkan energy security. *Asia Europe Journal*.
- Pagden, A. (2002). *The Idea of Europe: From Antiquity to the European Union*. Cambridge : Cambridge University Press.
- Parlamento Europeu. (2019). *O alargamento da União*. Retirado de <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/167/o-alargamento-da-uniao>
- Parlamento Europeu. (2020). *Bons vizinhos: relações da UE com países nas suas fronteiras orientais*. Parlamento Europeu. Retirado de <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/world/20200604STO80510/bons-vizinhos-relacoes-da-ue-com-paises-nas-suas-fronteiras-orientais>
- Parlamento Europeu. (2020). *Brexit: Parlamento Europeu aprova Acordo de Saída do Reino Unido da UE*. Parlamento Europeu. Retirado de <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20200128IPR71204/brexit-parlamento-europeu-aprova-acordo-de-saida-do-reino-unido-da-ue>
- Parlamento Europeu. (2020). *Recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho ao Conselho, à Comissão e ao VicePresidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros*. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2020-0168_PT.pdf
- Phinnemore, D. (2013). *The Treaty of Lisbon: Origins and Negotiation*. London: Palgrave Macmillan UK.
- Pinder, J., & Usherwood, S. (2013). *European Union: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Richter, S., & Wunsch, N. (2019). Money, power, glory: the linkages between EU conditionality and state capture in the Western Balkans. *Journal of European Public*, 41-62.
- Rieker, P. (2016). *External Governance as Security Community Building: The Limits and Potential of the European Neighbourhood Policy*. London: Palgrave Macmillan.

- Santos, L., Lima, J., Garcia, F., Monteiro, F., Silva, N., Silva, J., . . . Afonso, C. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Pedrouços: IUM.
- Schneider, C. J. (2009). *Conflict, Negotiation and European Union Enlargement*. Cambridge : Cambridge University Press.
- Severo, M. B. (2015). *Integração e segurança nas relações entre União Europeia e os Balcãs Ocidentais (2000-2014)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Simão, L. (2018). *The EU's Neighbourhood Policy towards the South Caucasus: Expanding the European Security Community*. London: Palgrave Macmillan.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Portugal:Lidel.
- Stefanova, B. M. (2018). *The European Union and Europe's New Regionalism*. London: Palgrave Macmillan.
- Stojić, M. (2018). *Party Responses to the EU in the Western Balkans: Transformation, Opposition or Defiance?* London: Palgrave Macmillan.
- Stratfor. (2016). *Geopolitical Basics*. Austin: Stratfor.
- The Moscow Times. (2019). *Moscow Blames EU and NATO for Latest Balkan Tensions*. Retirado de <https://www.themoscowtimes.com/2019/05/29/moscow-blames-eu-and-nato-for-latest-balkan-tensions-a65796>
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Vladeva, M. (2015). *Europeanization of the Western Balkans: What Drives Montenegro on This Path?* Budapest.
- Vogel, T. (2018). Beyond Enlargement Why the EU's Western Balkans Policy Needs a Reset. *Friedrich-Ebert-Stiftung*.
- Zielonka, J. (2007). *Europe as Empire: The Nature of the Enlarged European Union*. Oxford : Oxford University Press.

PARTE II
ESTRATÉGIA

1. OS EUA E O IRÃO. OPÇÕES DE RESPOSTA MILITAR

Orlando Filipe Abelha de Garcia Pereira Libório
Major GNR Infantaria
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/19
Lisboa, Portugal

RESUMO

O antagonismo entre os Estados Unidos da América e a República Islâmica do Irão é marcado por uma longa história de guerras de baixa intensidade, e remonta à criação da República Islâmica em 1979. Porém, sobretudo durante o último ano, tem-se assistido ao recrudescimento da conflitualidade entre as partes, o que tem levado os decisores políticos a considerar o recurso a todos os instrumentos de poder ao seus dispor, mesmo o militar, pelo que importa garantir que todas as Opções de Resposta Militar apresentadas possuem validade estratégica. Assim, e de modo abordar a temática apresentada, a metodologia utilizada assenta no raciocínio dedutivo, através de uma estratégia qualitativa, sendo a recolha de dados baseada na análise documental e pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que apenas as Opções de Resposta Militar menos cinéticas possuem validade estratégica (adequabilidade, aceitabilidade, exequibilidade), sendo que o desenvolvimento de táticas de guerra assimétrica por parte do Irão é o fator que mais contribui para a reprovação das Opções de Resposta Militar no filtro das provas da estratégia.

Palavras-chave: Irão, Médio Oriente, Estados Unidos da América, Opções de Resposta Militar, Validade Estratégica.

ABSTRACT

The antagonism between the United States of America and the Islamic Republic of Iran is marked by a long history of low-intensity wars, and goes back to the creation of the Islamic Republic in 1979. However, especially during the last year, we have witnessed an upsurge in conflict between the parties, which has led policy makers to consider the use of all instruments of power at their disposal, even the military, so it is important to ensure that all Military Response Options presented have strategic validity. Thus, and in order to address the presented theme, the methodology used is based on deductive reasoning, through a qualitative strategy, with data collection based on document analysis and bibliographic research. It has been concluded that only the least kinetic Military Response Options have strategic validity (suitability, acceptability, feasibility), and the development of asymmetric

war tactics by Iran is the factor that most contributes to the failure of the Military Response Options in the evidence of the strategy.

Keywords: *Iran, Middle East, Nuclear, United States of America, Military Response Options, Strategic Validity.*

1. INTRODUÇÃO

Após a Revolução Islâmica, ocorrida em 1979, mais concretamente desde o sequestro de 66 diplomatas americanos na Embaixada dos Estados Unidos da América (EUA) em Teerão, a 4 de novembro de 1979³⁴, que as relações entre os EUA e o Irão têm sido marcadas por uma profunda adversidade e até hostilidade, com vários graus de intensidade (Katzman, 2019).

Mais recentemente, as tensões adensaram-se, quando, em maio de 2018, a Administração Trump alterou radicalmente a política dos EUA relativamente ao Irão, revogando unilateralmente o acordo nuclear multilateral assinado em 2015, designado por *Joint comprehensive Plan of Action* (JCPOA), porquanto este não salvaguardava todas as preocupações dos EUA sobre o comportamento iraniano e não precludia permanentemente o Irão de desenvolver uma arma nuclear (Kerr & Katzman, 2018). Simultaneamente, foi desenvolvida uma estratégia de “*maximum pressure*” para com o Irão, consistindo na aplicação de qualquer instrumento de poder à sua disposição, incluindo o militar, para persuadir o Estado persa a “mudar de forma drástica o seu comportamento” e negociar um novo acordo JCPOA, que no caso salvaguardasse os interesses dos EUA (Thomas, 2020).

Desde então, sobretudo a partir de maio de 2019, a tensão e a hostilidade entre os dois países aumentou significativamente, até que, a 31 de dezembro de 2019, apoiantes do grupo armado iraquiano, *Kata'ib Hezbollah*, e outras milícias apoiadas pelo Irão³⁵ - *proxies*, cercaram a embaixada dos EUA em Bagdad com americanos no seu interior, ateando fogo a alguns dos prédios adjacentes, sendo a orquestração do ataque atribuída ao Irão (Trump, 2019; Thomas, 2020)

A 2 de janeiro de 2020, os EUA anunciavam a morte do Comandante da Força Quds do Corpo de Guardas da Revolução Islâmica (CGRI) – ramo extraterritorial do CGRI, o Major General Qasem Soleimani, a quem se atribui a responsabilidade pela morte de centenas de americanos, por ataques a bases militares no Iraque, pela

³⁴ O sequestro durou 444 dias – 20 de janeiro de 1981 (Katzman, 2019).

³⁵ Em resposta ao ataque aéreo desenvolvido pelos EUA a instalações utilizadas por aquele grupo armado no Iraque e na Síria (29 de dezembro de 2019) os quais foram desenvolvidos em retaliação pela morte de um civil americano durante um ataque a uma base iraquiana em *Kirkuc* (Thomas, 2020).

aprovação do ataque à Embaixada em Bagdad, e por se encontrar a desenvolver planos de ataque contra diplomatas e instalações americanas no Médio Oriente (DoD, 2020). Perante a morte de Soleimani, os líderes do Irão, incluindo o Líder Supremo - Aiatolá Khamenei - prometeram vingança, a qual seria materializada, a 8 de janeiro de 2020, através de um ataque com mísseis balísticos, a partir de solo iraniano, a uma base militar iraquiana onde se encontravam militares dos EUA, no entanto sem qualquer vítima mortal (Thomas, 2020).

Apesar de no mesmo dia o Líder Supremo ter afirmado que as ações militares desenvolvidas não eram suficientes, na realidade as mensagens vindas de Teerão e o discurso entretanto adotado pelos EUA³⁶, revelam a vontade das partes em reduzir a tensão, ainda que com pouco espaço de manobra para o Irão, face ao anúncio de novas sanções (Gaouette, Alkhshali, Browne, Starr, & Qiblawi, 2020; Khamenei, 2020).

Não obstante o evidente quebrantar da tensão, a crise é latente e o risco de conflito armado ainda é uma realidade, o que torna premente o desenvolvimento de Opções de Resposta Militar (ORM) por parte dos EUA, a utilizar de forma isolada ou em complementaridade ao emprego dos restantes instrumentos de poder.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objeto de estudo as possíveis ORM ao dispor dos EUA na crise que sustenta com o Irão. O mesmo será delimitado, temporalmente desde o ataque à refinaria saudita em setembro de 2019 até à atualidade, em termos espaciais ao território do Irão, e no que se refere ao conteúdo, a investigação efetua a validação estratégica das ORM que podem ser previstas pelos EUA face ao Irão, partindo do pressuposto que este ainda não dispõe da arma nuclear (Santos, et al., 2019).

No quadro dos acontecimentos ocorridos nos primeiros dias do ano de 2020 e da crise atualmente existente, o presente artigo tem como objetivo geral e questão central identificar quais as ORM com validade estratégica que podem ser previstas para lidar com a crise que opõe os EUA ao Irão.

O artigo encontra-se organizado em sete capítulos. O primeiro capítulo referente à introdução. O segundo capítulo levanta o Estado da Arte relativamente ao objeto de Estudo selecionado. O terceiro capítulo efetua o enquadramento teórico e conceptual, desenvolvendo os conceitos-chave utilizados, enquanto no quarto capítulo é descrita a metodologia prosseguida na investigação. O quinto capítulo, identifica as possíveis ORM ao dispor dos EUA e verifica a sua validade estratégica. No sexto capítulo identificam-se as implicações dos resultados trazidos pela investigação. No sétimo e último capítulo, serão tecidas algumas conclusões.

³⁶ *“Iran appears to be standing down’ following its retaliatory attacks against Iraqi bases housing US troops”* (Trump, 2020)

2. ESTADO DA ARTE

No decorrer do ano de 2019 a crise entre os EUA e o Irão adquiriu uma especial importância e complexidade. Enquanto os EUA tentavam privar o Irão das receitas do petróleo, elemento vital da sua economia, este respondia atacando petroleiros no Golfo Pérsico de modo a pressionar os países dependentes do petróleo, procurando financiamento em países que desconsiderassem as sanções impostas pelos EUA (*e.g.* China), ou até excedendo os limites impostos pelo JCPOA (*e.g.* nível de pureza). Mais recentemente, ainda que posteriormente tal tenha sido veemente negado por Teerão, os EUA e a Arábia Saudita afirmaram que o Irão estaria por detrás do ataque ocorrido em 14 de setembro de 2019 a uma das maiores refinaria saudita, então reivindicado pelos *Houtis* do Iémen e que provocou a maior interrupção de fornecimento de petróleo até agora registada (Wainer & Carey, 2020).

Embora os ataques não tivessem afetado diretamente os EUA, poderiam ter colocado em crise a aliança “anti-Irão” que tanto custou a construir e na qual a Arábia Saudita, ainda que fraca, é uma peça fulcral; no mesmo sentido, não reagir a um ataque a uma instalação vital poderia ajudar o Irão a aumentar o seu poder e influência na região (Friedman, 2019).

Face à volatilidade da situação e possíveis consequências da (in)ação, o Pentágono apresentou, em 20 de setembro de 2019, as ORM dos EUA face ao Irão, sendo ainda alertado o Presidente Trump que qualquer ação militar poderia desencadear uma guerra total (Baldor, 2019). Simultaneamente, várias hipóteses de ORM dos EUA foram veiculadas através do meio político, militar e académico, e as quais tiveram vasto eco na comunicação social. Mais recentemente, após a morte do Major-General Soleimani pelos EUA e da consequente retaliação por parte do Irão, foram apresentadas novas ORM ao Presidente e produzidos documentos oficiais que apresentam algumas das hipóteses de ORM dos EUA (Katzman, Mcinnis, & Thomas, 2020).

Percorrendo a literatura, as notícias e a documentação oficial livremente acessível, verifica-se que nenhuma das ORM, hipoteticamente apresentadas, foi submetida à validação estratégica. Correia (2018, p. 58), no seu estudo relativo às ORM dos EUA face à Coreia do Norte, já tinha identificado essa lacuna, referindo que as ORM “carecem de validação estratégica, nomeadamente a verificação de provas de estratégia.”.

Assim, no presente artigo procurar-se-á proceder à validação estratégica de algumas das ORM dos EUA face ao Irão, as quais, considerando a hodiernidade da temática, e o facto de ainda não existir uma extensa documentação sobre o assunto, serão baseadas inteiramente em documentação livremente acessível, não representando a lista completa de possibilidades.

3. ENQUADRAMENTO CONCRETUAL

No presente capítulo detalha-se o quadro teórico que guiou a análise desenvolvida e procede-se à definição e delimitação dos principais conceitos utilizados no decorrer do presente estudo, nomeadamente, o que se entende por ORM e o que é a validade estratégica.

Destarte, considerando que uma resposta militar é o uso do instrumento militar para reagir a uma situação de crise com a intenção de a reverter, as ORM são as possíveis missões ou tarefas desenvolvidas por forças militares e que incluem as diferentes opções para combinar os recursos necessários, no tempo e no espaço, para alcançar os objetivos que se definam; devendo a sua “aplicação ser decisiva, gradual, seletiva e proporcional” (Ministério da Defesa de Espanha, 2018, p. 108). Segundo Correia (2018, p. 58), as ORM podem ser desenvolvidas de forma isolada ou combinada, e incluem, entre outras: a assistência humanitária; a presença militar; a projeção militar; bloqueios e operações de provocação; conflito armado (operações aéreas, terrestres, navais); o apoio às autoridades ou até o apoio à insurgência em países estrangeiros.

As ORM são desenvolvidas no nível estratégico militar, normalmente em estreita combinação com as opções de resposta não militar (identificar o contributo militar a atividade de outros instrumentos), de modo a que o poder político, ao qual responde, possa retorquir à crise com os corretos instrumentos de poder (US Joint Chiefs of Staff, 2017).

As ORM, por sua vez, serão selecionadas com base nas provas da estratégia, ou seja adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade; considerando-se que:

(1) uma ORM é adequada se permitir atingir os objetivos estratégicos e alcançar o estado final desejado, bem como se conseguir lidar com as condições operacionais, e ainda com a oposição e resistência do inimigo ou adversário, sem que daí resultem efeitos indesejados; (2) uma ORM é aceitável, se os benefícios/ganhos obtidos/alcançados superam os custos associados à opção. A análise deve identificar potenciais riscos, compromissos e custos que possam ser politicamente inaceitáveis; e (3) uma ORM é exequível se for viável dentro dos meios estratégicos que podem ser disponibilizados por uma determinada nação. (Ministry of Defence of the United Kingdom, 2013, pp. 3-18 citado por Correia, 2018, p.59)

4. METODOLOGIA

Na elaboração do presente artigo, face ao objeto de estudo, a metodologia a seguir baseia-se no raciocínio dedutivo “partindo da teoria em busca de uma verdade particular” sendo que as “conclusões são obtidas, através do raciocínio lógico, a partir das premissas, que quando encontradas são incontestáveis” (Santos, et al., 2019).

O percurso metodológico selecionado, pela sua flexibilidade, apoia-se numa estratégia de investigação qualitativa, “na medida em que a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados” (Santos, et al., 2019), procurando valorizar o enquadramento teórico e o trabalho de campo junto de especialistas, com um permanente esforço de integração de natureza interpretativa e não experimental dos vários contributos recolhidos, possibilitando a exploração de uma multiplicidade de facetas e dimensões, com o objetivo de compreender o fenómeno em estudo na sua totalidade (Bryman, 2012).

Seguindo um plano de cariz qualitativo e, simultaneamente, interpretativo, onde se releva a complexidade, a subjetividade, a descoberta e a lógica indutiva, assentando o foco da investigação nos acontecimentos e contextos atuais relacionados com a crise existente entre os EUA e o Irão.

5. INVESTIGAÇÃO

No presente capítulo, de modo a estabelecer um conjunto de premissas que permitam discorrer sobre a validade estratégica das ORM ao dispor dos EUA face ao Irão, caracterizar-se-á sucintamente o posicionamento daquela república persa no Médio Oriente, relevando-se, entre outros aspetos, a sua demografia, as alianças existentes, e o seu aparelho militar. Posteriormente, serão levantadas algumas das ORM ao dispor dos EUA, analisando-se a validade estratégica de cada uma delas.

5.1. O IRÃO NO MÉDIO ORIENTE

A República Islâmica do Irão situa-se na Ásia Ocidental, possuindo uma superfície de cerca de 1.650.000 km², e uma população de aproximadamente 80 milhões de habitantes, sendo na sua maioria islamita. As suas forças armadas somam coletivamente cerca de 525.000 efetivos, incluindo 350.000 militares regulares e 125.000 CGRI (BBC News, 2018; Katzman, Mcinnis, & Thomas, 2020).

Em termos geográficos, o Irão dispõe de um território montanhoso que, durante séculos, serviu de passagem entre o Oriente Médio e a Ásia Central. Essa geografia ajuda a delinear a política externa do país, cujo “cerco” por outros Estados e a localização estratégica entre o Mar Cáspio e os Golfos Pérsico e de Omã contribuem, em certa medida, para que a política externa do país possua historicamente um viés “iranocêntrico”, havendo uma espécie de percepção constante de “cerco” e de ameaça de influência externa, confirmada pelos inúmeros períodos em que o Estado persa esteve subjugado às potências externas à região (Ehteshami, 2002, p. 284). A geopolítica do petróleo reforça a teoria anteriormente

referida, uma vez que o Irão encontra-se banhado ao sul pelo Golfo Pérsico (vide Figura 1), por onde escoa boa parte do petróleo mundial - sendo a produção de petróleo a espinha dorsal da economia iraniana (Santo & Baldasso, 2017).



Figura 1 – Mapa da República Islâmica do Irão

Fonte: Katzman, Mcinnis, e Thomas (2020).

A percepção de estar inserido num contexto regional e internacional desfavorável tem favorecido uma política de alianças e acomodação, quer com os atores regionais, vizinhos do Golfo Pérsico, quer com outros atores. No entanto, as estruturas internas de poder e a clara dimensão ideológica, trazida pela revolução islâmica, têm permitido que uma visão conservadora e reacionária possua uma constante proeminência na política externa iraniana, antagonizando os EUA e Israel (Simão, 2011).

Nos últimos 40 anos, o Irão desenvolveu o seu poder militar sob o escopo de dois objetivos, nomeadamente, a garantia da sobrevivência do regime e o assegurar de uma posição dominante na região. Percebe os EUA como a sua grande ameaça, assumindo que este desenvolve “*soft war*” para subverter o regime e evitar que o Irão assuma e exerça o poder regional que entende ser seu por direito (Defense Intelligence Agency, 2019).

Ao nível das percepções de ameaça e do pensamento estratégico militar, nas últimas duas décadas o Irão tem desenvolvido doutrina assente em táticas assimétricas, de modo a fazer face à superioridade tecnológica e material dos seus adversários/opositores. Através deste tipo de táticas, procura aumentar os custos humanos e financeiros para o inimigo, explorando simultaneamente as suas fraquezas

percebidas, tais como a aversão a vítimas e excesso de confiança tecnológica. A sua preferência e capacidade para desenvolver guerras assimétricas, encobertas ou através de *proxies*, para intervir nos assuntos regionais, deriva, sobretudo, da sua limitada capacidade militar convencional, e do desejo de manter uma narrativa plausível de não envolvimento nos conflitos, de forma a minimizar o risco da escalada de tensão com os adversários (Defense Intelligence Agency, 2019).

O poder militar do Irão, embora não seja páreo com o poder dos EUA, sobretudo no que concerne à tecnologia, poder ou número de meios, ainda é considerável, sendo esta diferença compensada através do desenvolvimento das referidas guerras assimétricas e posicionamento estratégicos de equipamento e armamento, tal como sucede com os seus mísseis balísticos - dispondo o Irão de bases de lançamento móveis e túneis para aumentar a capacidade de sobrevivência dos mísseis, através da sua ocultação, encontrando-se as suas plataformas espalhadas por todo o país, fatores que dificultam o desenvolvimento de estratégias de deteção, prevenção e destruição por parte dos EUA (London, 2020).

O desenvolvimento de capacidades ciber é tida como prioridade estratégica por Teerão, sendo entendida como uma ferramenta fulcral para a segurança e defesa do Irão, permitindo desenvolver operações seguras e pouco dispendiosas para coletar informação e retaliar relativamente a ameaças percebidas. Neste campo já demonstrou possuir capacidade para desenvolver ciberataques disruptivos e destrutivos ofensivos, incluindo contra os EUA. (Defense Intelligence Agency, 2019)

Relativamente à capacidade ciber, Philip Ingram, Coronel reformado das informações militares Britânicas, alerta que é provável que o Irão coopere com outros países, nomeadamente com a Rússia e China, no desenvolvimento de capacidades e no lançamento de ciberataques, dando como exemplo que “conviria aos russos usar o Irão como *proxie* contra os EUA”, sobretudo num momento de tensão elevada entre os dois países, “conferindo acesso aos sistemas americanos ou disponibilizando armamentos ciber, ajudando a coordenar ataques de maior potência e dano” (O’Flaherty, 2020).

Segundo Watling (2019), atualmente a capacidade ofensiva do Irão é drasticamente maior que a capacidade defensiva disponível, contudo a capacidade e habilidade dos iranianos para infligir dano significativo faz com que o custo da guerra com o Irão seja bastante elevado.

Um dos instrumentos chave do Irão na região é o apoio a grupos armados e *proxies*, tais com, e entre outros, o *Hezbollah* (milícia sediada no Líbano), *Pro-Asad Government Forces* (Síria), Milícias Iraquianas (Iraque); *Houthis* (Lémen), sendo esta estratégia movida pela Força *Quds* do CGRI, consistindo, principalmente, no auxílio ao planeamento de operações e no fornecimento de armamento (incluindo

sistemas anticarro, rockets, morteiros, mísseis balísticos de curto alcance e até mísseis cruzeiro) (Thomas, 2020). Conforme refere Chipman (2019), “*Iran has tipped the balance of effective force in the Middle East to its advantage by developing a sovereign capability to conduct warfare through third parties*”.

Por último, importa referir que segundo o *Muslim Public Affairs Council* (2012), o Irão deverá ser considerado um ator racional, sendo o programa nuclear impellido pelo desejo de ser tratado de forma igual pela comunidade internacional e por questões securitárias, nomeadamente, para evitar que os EUA, ou outra qualquer Nação, intente “alterar o regime”.

5.2. AS ORM AO DISPOR DOS EUA FACE AO IRÃO

Os EUA já por diversas vezes manifestaram que o seu objetivo estratégico não passa por “decapitar” o Irão (pelo que esta abordagem não será tida como ORM), antes sim, por “provocar a mudança sistémica nas ações hostis e desestabilizadoras da República Islâmica, incluindo o bloqueio de todos os caminhos para o desenvolvimento de uma arma nuclear e da exportação do terrorismo” (Thomas, 2020). Esta ideia foi recentemente reiterada pelo Presidente Trump (2020) no discurso proferido logo após o ataque perpetrado pelo Irão à base no Iraque (08 de janeiro de 2020), no qual, ao entrar na sala, e antes de qualquer outra intervenção, afirmou que “Enquanto for Presidente, o Irão nunca poderá ter armas nucleares”.

Face ao exposto, na validação estratégica das ORM tomar-se-ão como objetivos estratégicos dos EUA: (1) Proteger os interesses dos EUA na região; (2) evitar que o Irão atinja a capacidade nuclear.

Por último, importa referir que a presente discussão é baseada exclusivamente em fontes abertas, não sendo, face à atualidade da temática, possível asseverar se alguma destas ORM se encontra a ser considerada pelos EUA.

Assim, para efeitos do presente e artigo, são equacionadas as seguintes ORM: (1) manter o *Status Quo* militar; (2) projeção de Forças militares; (3) bloqueio naval do Estreito; (4) conduzir ataques contra alvos e infraestruturas no Irão; (5) conduzir ataque em grande escala.

Uma vez identificadas as ORM, ir-se-á agora analisar, individualmente, a sua adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade, ou seja, a sua validade estratégica. Na Figura 2 é identificada a validade estratégica das ORM dos EUA face ao Irão.

Opções de Resposta Militar	Adeq.	Aceit.	Exeq.
1. Manter o <i>Status Quo</i> militar	S	S	S
2. Projeção de Forças militares	A	S	S
3. Bloqueio naval do Estreito	A	A	S
4. Conduzir ataques contra alvos e infraestruturas	A	M	A
5. Conduzir ataque em grande escala	M	M	M

Legenda	S	Sem restrições (efeitos, riscos, meios)
	A	Com algumas restrições (efeitos, riscos, meios)
	M	Com muitas restrições (efeitos, riscos, meios)

Figura 2 – Síntese da validade estratégica das ORM dos EUA face ao Irão
Fonte: Adaptado de Correia (2018, p. 63).

No que se refere à ORM (1) – “Manter o *Status Quo* militar”, entende-se que a mesma possui validade estratégica total. Ainda que se considere que a manutenção do mesmo possa conduzir ao aumento da influência do Irão na região, esta poderá ser mitigada através do recurso a outros instrumentos de poder, evitando-se os riscos associados ao emprego da força militar. Situação diferente é saber se a manutenção do *status quo* será suficiente para evitar que o Irão intensifique o seu programa militar e adquira a capacidade nuclear, sendo que a partir daí as opções dos EUA para conter e dissuadir o Irão de processar atividades hostis, passam a ser significativamente inferiores às detidas atualmente. Contudo, o facto de a Alemanha, a França e o Reino Unido terem recentemente ativado o mecanismo de resolução de conflitos previsto no JCPOA, poderá levar ao restabelecimento de todas as sanções levantadas no acordo de Viena ao Irão, o que apontará para um comprometimento da comunidade internacional em evitar que o Irão venha a atingir essa capacidade.

Relativamente à ORM (2) – “Projeção de Forças militares”, a mesma é exequível e aceitável, na medida em que com a projeção de forças os EUA teriam ganhos ao nível da *deterrence*, superando os custos humanos (analistas entendem que face ao poder e precisão dos mísseis balísticos iraniano, e não tendo havido qualquer vítima mortal no ataque à base, não houve qualquer intenção dos iranianos em causar mortes) e monetários³⁷ associados à opção. No que concerne à adequabilidade, considerando que as projeções militares dos EUA ocorridas desde maio tiveram como objetivo impedir o Irão de tomar ações provocatórias e posicionar os EUA para defender as suas forças e interesses na região, os recentes

³⁷ O Presidente Trump declarou em outubro de 2019 que a Arábia Saudita iria sustentar os custos do envio de tropas e capacidades adicionais dos EUA para ajudar na defesa territorial da Arábia Saudita e na dissuasão da agressão iraniana na região em geral (Katzman, Mcinnis, & Thomas, 2020).

ataques e atividades hostis perpetradas pelos iranianos sugerem que a projeção de forças militares não impede o Irão de usar a força militar, ou seja, existiriam algumas restrições para os EUA atingirem o estado final desejado. Além disso, a projeção de um elevado número de militares para a região poderia ser entendida pelo Irão como uma preparação para uma invasão, o que, a acontecer, lograria levar aquele a decidir atacar primeiro no intuito de prevenir a incursão percebida.

No que tange à ORM (3) – “Bloqueio naval do Estreito”, esta é também exequível no que se refere aos meios disponíveis e à capacidade dos EUA em desenvolver tal ação. Já relativamente à adequabilidade, a opção apresenta algumas restrições. O empenhamento naval, no qual a frota ficaria ao alcance dos mísseis balísticos iranianos presumivelmente por um longo período de tempo face à grande resiliência demonstrada pelo Irão perante a “*maximum pressure*” exercida pelos EUA, implicaria custos humanos e materiais desproporcionais relativamente aos ganhos. No que se refere à aceitabilidade, além de à luz do direito internacional ser considerado um ato de Guerra, o bloqueio do Estreito poderia fazer escalar a tensão junto de países que, apesar das sanções impostas, continuam a adquirir petróleo ao Irão (*e.g.* China). Além disso, um bloqueio prolongado do Estreito poderia conduzir a consequências humanitárias graves para a população iraniana, bem como para toda a zona do Golfo Pérsico.

Relativamente à ORM (4) – “Conduzir ataques contra alvos e infraestruturas no Irão”, do ponto de vista da adequabilidade esta opção apresenta limitações, desde logo pela grande dispersão e ocultação das bases de lançamento de mísseis balísticos iranianas, e pelo facto do Irão disponibilizar armamento de igual gama aos seus aliados e *proxies*, os quais, em caso de ataque contra alvos e infraestruturas na república persa, poderiam perpetrar ataques contra bases e interesses do EUA e dos seus aliados na região (*i.e.* Arábia Saudita, Israel). Além disso, não é evidente que um único ataque fizesse mudar o comportamento iraniano. Quanto à aceitabilidade, entende-se que a opção apresenta muitas limitações face à capacidade de ocultação dos sistemas de mísseis por parte do Irão, sendo que algumas das instalações poderão estar localizadas em aglomerados populacionais, o que originaria a perda de um elevado número de vidas civis. Por outro lado, esta opção, e como se viu anteriormente, levaria ao aumento de ataques a bases e infraestruturas críticas (*e.g.* refinarias) em toda a região, o que poderia comprometer as alianças dos EUA na região contra o Irão, nomeadamente com a Arábia Saudita e com Israel. A opção seria exequível ainda que com alguma restrição dos meios a utilizar, desde logo pela localização de alguns dos sistemas e infraestruturas, mas também pela sua dispersão por toda a região (aliados e *proxies*) – Síria, Iémen, etc.

Contudo, os EUA mantêm a opção de desenvolver ataques aéreos e de

mísseis, bem como operações (ciber) contra alvos no próprio Irão e infraestruturas iranianas (i.e. instalações nucleares, portos, bases) (Trump, 2020; Newsweek, 2019).

Por último, no caso da ORM (5) – “conduzir ataque em grande escala”, entende-se que esta opção apresenta severas limitações em todas as provas da estratégia. Além das razões apresentadas para as anteriores ORM, questões como a grande capacidade de desenvolver guerra assimétrica, o perfeito conhecimento do terreno, a existência de mísseis balísticos dispersos por todo o país e pela região (móveis e ocultos), a existência de aliados e *proxies* com capacidade de operar em toda a região e também à escala global, o terrorismo, a capacidade ciber detida pelo Irão, o tempo necessário para os EUA atingirem objetivos³⁸, a dificuldade de progredir no terreno³⁹, as baixas, os custos de sustentação, ou até os prejuízos económicos globais subjacentes a um eventual bloqueio do estreito de Ormuz - caso o Irão afunde um navio no Estreito, bloquearia totalmente a passagem a navios petroleiro, levam-nos a concluir que muito dificilmente os objetivos estratégicos e o estado final desejado seriam alcançados, pelo menos sem que daí resultassem efeitos indesejados, baixas pesadas e custos politicamente inaceitáveis para os EUA e para os seus aliados.

Além disso, acompanhando a análise de Ketzman, Mcinnis e Thomas (2020, p. 16), considerando que a Estratégia de Segurança Nacional (2017) e Estratégia de Defesa Nacional (2018) dos EUA identifica a China e Rússia como os desafios estratégicos chave do presente e do futuro, uma projeção militar de grande escala para o Médio-Oriente e consequente movimentação de efetivos de outros teatros (i.e. Europa e Pacífico), resultaria no sacrifício de outras prioridades estratégicas de longo termo dos EUA.

Assim, e em síntese, pode concluir-se que apenas as 3 primeiras ORM são válidas. Importa ainda referir que todas as ORM partem do pressuposto que o Irão é um ator racional e que ainda não atingiu a capacidade nuclear, situação que a ocorrer, muito provavelmente, alteraria drasticamente a análise e os resultados obtidos.

6. IMPLICAÇÕES

Perante o recente recrudescimento da conflitualidade entre os EUA e o Irão, sobretudo desde maio de 2019, vários jornalistas, académicos, investigadores e especialistas, têm discorrido sobre as ORM que os EUA poderão adotar para lidar com a crise que detém com o Irão. Porém, tal como Correia (2018) já tinha

³⁸ Contrariamente ao sucedido no Iraque, a ideia de que as tropas americanas seriam recebidas como libertadoras é mera fantasia (Friedman, 2019).

³⁹ Possui pequenas cadeias de montanhas ao longo de algumas de suas fronteiras. Entrar pelo Afeganistão significaria atravessar dois desertos, sendo que entrar por oeste também pode ser difícil, mesmo com a Turquia como nação fronteiriça (Ward, 2020).

identificado relativamente ao conflito que opõe a Coreia do Norte aos EUA, as ORM e as análises formuladas, ainda que válidas e pertinentes, padecem de validade estratégica, a qual assenta na verificação da sua adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade (provas da estratégia).

Assim, no presente artigo, além de formularmos algumas das ORM à disposição dos EUA, e à semelhança do exercício que é desenvolvido aos vários níveis no quadro do instrumento militar, submetemo-las às provas da estratégia, no intuito de verificar da sua validade estratégica.

Das ORM levantadas, analisando as restrições (efeitos, riscos, meios) inerentes a cada uma delas face ao contexto (*i.e.* poder militar do Irão, demografia, política externa, alianças), verifica-se que apenas as opções menos cinéticas apresentam validade estratégica, razão pela qual apenas estas devem ser colocadas à consideração dos decisores políticos. Contudo, será sempre necessário efetuar uma análise do risco associado a cada uma delas.

Através da aplicação da matriz da estratégia às ORM levantadas, verifica-se ainda que, no caso concreto do Irão, a sua capacidade e preparação para desenvolver uma guerra assimétrica, não só no país, mas em toda a região através dos aliados e *proxies*, é o fator que mais contribui para a reprovação das ORM nas provas da estratégia. Assim, com vista a evitar constrangimentos ao emprego do instrumento militar e garantir o maior número de ORM com validade estratégica ao decisor político, urge desenvolver mecanismos e medidas que permitam mitigar as restrições provocadas pela guerra assimétrica, as quais poderão operar ao nível estratégico, operacional ou tático.

7. CONCLUSÕES

“A guerra nada mais é que o conflito de ideias”.

(Aukay, s.d.)

O antagonismo entre os EUA e o Irão é marcado por uma longa história de guerras de baixa intensidade. Remonta à criação da República Islâmica em 1979, que depôs o governo de Xá Mohammad Reza Pahlavi, o qual mantinha um bom relacionamento com os EUA. Porém, sobretudo durante o último ano, tem-se assistido ao recrudescimento da conflitualidade entre as partes, marcada por ataques e retaliações que tiveram o seu apogeu na morte do Major-General Soleimani e consequente retaliação por parte do Irão.

Perante o cenário de crise, no decorrer do último ano várias têm sido as ORM colocadas à consideração do decisor político – Presidente Trump (maio de 2019; setembro de 2019; janeiro de 2020).

Assim, no presente artigo propusemo-nos avaliar as possíveis ORM que os EUA têm ao seu dispor na crise que mantêm com o Irão. Para atingir os referidos resultados, recorreu-se a um raciocínio dedutivo e a uma estratégia de investigação qualitativa.

A verificação da validade estratégica das ORM foi conseguida através da verificação da adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade (provas da estratégia) de cada uma delas. Importa relevar que a verificação da satisfação das provas da estratégia partiu do pressuposto que o Irão é um ator racional e que ainda não dispõe da arma nuclear.

Uma vez aplicada a matriz da estratégia, apenas 3 das ORM consideradas possuem validade estratégica, nomeadamente: (1) manter o *Status Quo* militar; (2) projeção de Forças militares; (3) bloqueio naval do Estreito, contudo as restantes continuam a materializar-se como opções, ainda que com severas restrições associadas. Tais ORM não poderão ser desconsideradas, pois “numa situação de retaliação, a ascensão aos extremos é sempre uma possibilidade, ainda que muito condicionada” (Correia, 2018).

Da observação aos fatores que motivam as restrições às ORM, resulta que o desenvolvimento de táticas de guerra assimétrica, ainda que com diferentes graus de severidade, provoca restrições em todo o espectro das provas da estratégia. Assim, e de modo a evitar o condicionamento das ORM ao dispor do decisor político, urge desenvolver mecanismo capazes de mitigar os efeitos deste tipo de guerra.

Como limitação, derivado da sua desmedida atualidade (morte de Soleimani), importa destacar a grande volatilidade das informações/notícias/fontes existentes. Para elaborações futuras, releva-se pertinente avaliar as possíveis ORM do Irão face aos EUA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aukay, J. (s.d.). *Julio Aukay: A guerra nada mais é do que o conflito...* Retirado de <https://www.pensador.com/frase/MTE3Mjc5Mg/>
- Baldor, L. (2019). *US military presenting range of options to Trump on Iran*. AP News. Retirado de <https://apnews.com/710196c6346246c7819c3c7277c8724f>
- BBC News. (2018). *Iran country profile*. Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14541327>
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4ª ed ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Chipman, J. (2019). *Iran is winning the war for the Middle East, and the West has no convincing response*. Retirado de <https://www.telegraph.co.uk/news/2019/11/07/iran-winning-war-middle-east-west-has-no-convincing-response/>

- Correia, J. (2018). Estados Unidos da América: Opções de Resposta Militar. *Coreia no Século XXI: Uma Península Global*. Cadernos do IUM, 34, 57-69. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- Defense Intelligence Agency. (2019). *Iran Military Power: ensuring regime survival and securing regional dominance*. Washington, D.C.: U.S. Government Publishing Office. Defense Intelligence Agency.
- DoD. (2020). *Statement by the Department of Defense*. Retirado de <https://www.defense.gov/Newsroom/Releases/Release/Article/2049534/statement-by-the-department-of-defense/>
- Ehteshami, A. (2002). The foreign Policy of Iran. Em R. Hinnebusch, & A. Ehteshami, *The Foreign Policies of Middle East States* (pp. 284-309). Londres: Lynne Rienner Publishers.
- Friedman, G. (2019). *US Military Options in Iran*. Retirado de <https://geopoliticalfutures.com/pdfs/us-military-options-in-iran-geopoliticalfutures-com.pdf>
- Gaouette, N., Alkhshali, H., Browne, R., Starr, B., & Qiblawi, T. (2020). *Trump says 'Iran appears to be standing down' following its retaliatory attacks against Iraqi bases housing US troops*. Retirado de <https://edition.cnn.com/2020/01/07/politics/rockets-us-airbase-iraq/index.html>
- Katzman, K. (2019). *Iran: Internal Politics and U.S. Policy and Options*. Washington, D.C.: Congressional Research Service.
- Katzman, K., Mcinnis, K., & Thomas, C. (2020). *U.S.-Iran Conflict and Implications for U.S. Policy*. Washington, D.C.: Congressional Research Service.
- Kerr, P., & Katzman, K. (2018). *Iran Nuclear Agreement and U.S. Exit*. Washington, D.C.: Congressional Research Service.
- Khamenei. (2020). *Khamenei.ir (@khmenei_ir)*. Retirado de https://twitter.com/khamenei_ir
- Lendon, B. (2020). *Iran's military power is boosted by unconventional tactics and proxies in strategic locations*. Retirado de <https://theiranproject.com/blog/2020/01/09/irans-military-power-is-boosted-by-unconventional-tactics-and-proxies-in-strategic-locations/>
- Ministério da Defesa de Espanha. (2018). *PDC-01(A) Doctrina para el empleo de las FAS*. Madrid: Ministério da Defesa de Espanha.
- Muslim Public Affairs Council. (2012). *Selecting Options on the Table Carefully: The consequences of a military strike on Iran*. Washington, D.C.: Muslim Public Affairs Council.

- Newsweek. (2019). *Trump Administration Prepares Multiple Military Options for Iran, Including Airstrikes and Setting Up Ground Invasion*. Retirado de <https://www.newsweek.com/trump-administration-iran-military-airstrikes-invasion-1425365>
- O'Flaherty, K. (2020). *The Iran Cyber Warfare Threat: Everything You Need To Know*. Retirado de <https://www.forbes.com/sites/kateoflahertyuk/2020/01/06/the-iran-cyber-warfare-threat-everything-you-need-to-know/#3aed7e7115aa>
- Santo, M., & Baldasso, T. (2017). A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã. *Revista Perspectiva*.
- Santos, L., Garcia, F. P., Monteiro, F., Lima, J., Silva, N. P., Silva, J., . . . Afonso, C. (2019). *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação* (2.^a Edição, revista e atualizada ed.). Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- Simão, L. (2011). República Islâmica do Irão. Em M. R. Freire, *Política Externa: As Relações Internacionais em mudança* (pp. 401-433). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Thomas, C. (2020). *U.S. Killing of Qasem Soleimani: Frequently Asked Questions*. Washington, D.C.: Congressional Research Service.
- Trump, D. (2019). *Donald J. Trump (@realDonaldTrump)*. Retirado de <https://twitter.com/realdonaldtrump/status/1212121026072592384>
- Trump, D. (2020). *'Iran Appears To Be Standing Down.'* *President Trump De-Escalates Tension With Iran in Televised Address*. TIME. Retirado de <https://time.com/5761407/president-trump-iran-soleimani-address/>
- US Joint Chiefs of Staff. (2017). *Joint Plannig*. Retirado de https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp5_0_20171606.pdf
- Wainer, D., & Carey, G. (2020). *What to know about the Escalating U.S.-Iran Conflict*. Bloomberg. Retirado de <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-12-31/tracking-the-escalating-conflict-between-u-s-iran-quicktake>
- Ward, A. (2020). *"A nasty, brutal fight": what a US-Iran war would look like*. Retirado de <https://www.vox.com/world/2019/7/8/18693297/us-iran-war-trump-nuclear-iraq>
- Watling, J. (2019). *Iran's Objectives and Capabilities: Deterrence and Subversion*. Royal United Service Institute. Retirado de [www://rusi.org/sites/default/files/20190219_op_irans_objectives_and_capabilities_web.pdf](http://www.rusi.org/sites/default/files/20190219_op_irans_objectives_and_capabilities_web.pdf)

PARTE III
CONFLITUALIDADE

1. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: AMEAÇA PARA A BALANÇA DE PODER NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

José Manuel Costa da Silva Barradas

Mãjor de Cavalaria
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/20
Lisboa, Portugal

RESUMO

A região da Ásia-Pacífico tem vindo a afirmar-se globalmente pelo seu rápido crescimento económico, mas também tem contribuído de sobremaneira para o aquecimento global e o aumento de emissões de gases com efeito de estufa no planeta. Neste contexto, o objetivo do presente artigo centrou-se em efetuar uma análise às alterações climáticas, e o impacto que daí advém, nomeadamente no desenvolvimento de poder nesta região, que se tem verificado ao longo das últimas décadas. Para concretizar o objetivo de estudo, foi seguido um método de pesquisa científico, que teve como base a recolha de dados e a sua interpretação, procurando construir um raciocínio dedutivo, a partir dos factos e evidências obtidas pela análise documental. Verificou-se que a ação do homem tem provocado alterações climáticas que têm projetado diversos fenómenos catastróficos, com grande ocorrência na Ásia-Pacífico, provocando um desequilíbrio na natureza, mas também nas próprias populações desta região. Neste contexto, conclui-se que a disputa pelos mercados mundiais, com a China a assumir um papel de destaque, tem grandes implicações ao nível de elevados gastos energéticos e produção de gases com efeito de estufa nesta região, fazendo com que este país possa vir a tornar-se a maior vítima das suas próprias ambições.

Palavras-chave: Alterações climáticas, Aquecimento global, Ásia-Pacífico, Gases com efeito de estufa.

ABSTRACT

The Asia-Pacific region has been asserting itself globally for its rapid economic growth, but it has also contributed greatly to global warming and the increase in greenhouse gas emissions on the planet. In this context, the study objective of the present article it was to analyze climate change, and the impact that comes from it, namely in the power development in this region, which has been verified over the last decades. In order to achieve the study objective, a scientific research method was

followed, based on data collection and its interpretation, seeking to build a deductive reasoning, based on facts and evidence obtained by the documentary analysis. It was found that the man action has caused climatic changes that have projected several catastrophic phenomena, with major occurrence in Asia-Pacific, causing an imbalance in nature, but also in this region population. In this context, it is concluded that the worlds markets dispute, with China assuming a prominent role, has great implications for the high energy expenditures level and production of greenhouse gases in this region, making it possible for this country to become the biggest victim of their own ambitions.

Keywords: *Climate change, Global warming, Asia-Pacific, Greenhouse gases.*

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a região da Ásia Pacífico⁴⁰ tem vindo a alcançar uma posição de relevo na geopolítica mundial, pelo seu crescente poder económico e dinâmica, e no que respeita à estratégia relativamente à sua afirmação na cena internacional, assistindo-se à emergência e ressurgência de vários países como a Rússia, China, Japão e Índia, mas também outros elementos decisivos de poder como o Paquistão, Indonésia, Austrália, Coreia, ou a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)⁴¹ e a Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC)⁴² (Tomé, 2013).

A estratégia de ascensão desta região levanta várias questões internacionais, como sejam a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), principalmente pela emergência de poder da China, concentrando tópicos como a competição económica e rivalidades ao nível da segurança e defesa, nomeadamente no desenvolvimento de capacidades de meios e forças militares de ambas as potências. No entanto, o crescente desenvolvimento e afirmação mundial, por parte desta região, vê-se agora ameaçado por questões de ordem ambiental, cuja solução não está ao seu alcance, nem se vislumbra um entendimento global que possa alterar este paradigma nas próximas décadas.

A superfície terrestre é uma fonte natural de gases com efeito de estufa, sendo um elemento fundamental para a harmonia dos ecossistemas e biodiversidade. No

⁴⁰ A Ásia Pacífico é a área geográfica que compreende a Ásia Oriental, Ásia Meridional e Oceânia (Tomé, 2013).

⁴¹ Criada em 1967, visa a cooperação nos domínios económico, social, cultural, técnico, educacional e outros, dos seus membros, assim como promover a paz e estabilidade da região (ASEAN, 2019).

⁴² Fundada em 1989, tem o objetivo de incrementar o desenvolvimento económico, a cooperação entre países membros, o comércio e o investimento na Ásia-Pacífico (Porto Editora [PE], 2019).

entanto, o aumento excessivo destes gases apresenta diferentes efeitos e múltiplos impactos climáticos por todo o mundo, com maior ou menor gravidade. (IPCC, 2019). Os eventos climáticos extremos são cada vez mais frequentes e com maior intensidade, ameaçando severamente o equilíbrio dos ecossistemas, mas também a economia mundial, a segurança e a saúde da população.

A região da Ásia Pacífico, principalmente o Sudeste Asiático, é uma das mais frágeis regiões do mundo, no que diz respeito às alterações climáticas, devido à sua longa faixa costeira e forte atividade piscatória, elevada densidade populacional e pela sua grande dependência da agricultura, sendo elementar implementar medidas de adaptação e mitigação para reduzir os impactos e riscos associados.

2. ESTADO DA ARTE

Nos últimos séculos, enquanto vai degradando a superfície terrestre e a atmosfera, a atividade humana vai contribuindo também para a alteração do sistema terrestre, afetando os ecossistemas e causando fenómenos como a extinção de espécies animais e desflorestação, dando lugar à urbanização e perda de paisagens naturais (Preston, Suppiah, Macadam , & Bathols, 2006).

Através da literatura analisada foi possível identificar que esta alteração do equilíbrio do planeta resultou em alterações climáticas severas, que são uma problemática identificada à escala global, e em que, num quadro de vulnerabilidade, a região da Ásia-Pacífico ocupa um lugar de destaque, sendo afetada por fenómenos climáticos provocados pelo aquecimento global, que vão desde ondas de calor e períodos de seca extremos até às fortes chuvas e inundações. Estes fenómenos causam impactos violentos no meio ambiente, na humanidade e nos domínios económico e securitário.

Esta problemática tem sido, cada vez mais, debatida por várias nações e organizações mundiais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que tem vindo a promover e a apelar à implementação de medidas para inverter a situação, procedendo a vários estudos e elaboração de diversos relatórios que servem de base científica para os decisores políticos elevarem os seus esforços nesta matéria (Comissão Europeia [CE], 2019).

Assim, a ONU criou o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas⁴³ (IPCC), constituindo um corpo científico para avaliar as alterações climáticas, para permitir que sejam tidos em conta os seus resultados, apresentando opções de adaptação e mitigação de riscos futuros prováveis (IPCC, s.d.).

A importância e a urgência desta complexa problemática na região da Ásia-

⁴³ Tradução do Inglês “Intergovernmental Panel on Climate Change”.

Pacífico também levam à realização de vários trabalhos de investigação, de âmbito escolar, e também artigos de publicação que envolvem grupos de trabalho, tendo servido os mesmos como fonte de informação para a elaboração do presente artigo. Neste âmbito destaca-se o relatório da Banco Asiático de Desenvolvimento⁴⁴ (ADB), intitulado “*A region at risk: The human dimensions of climate change in Asia and the Pacific*”, de 2017, que eleva esta problemática à dimensão securitária e geração de conflitos na região em estudo.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

As alterações climáticas representam transformações nos padrões normais do clima, afetando a média ou variação das suas características, por um período alargado, normalmente definido por décadas ou períodos ainda maiores. Estas alterações podem ser consequência de eventos naturais ou fatores externos, como sejam os resultantes da ação do homem. De acordo com a *United Nations Framework Convention on Climate Change*⁴⁵ (UNFCCC), as alterações climáticas são despoletadas, de forma direta ou indireta, pela atividade humana, modificando as particularidades da atmosfera global, em períodos de comparação observáveis (IPCC, 2014).

Os gases com efeito de estufa desempenham um papel fundamental para manter quentes a atmosfera e a superfície terrestre, possibilitando a existência dos seres vivos. Elementos como partículas atmosféricas, nuvens e determinadas superfícies do solo refletem cerca de 30% de luz solar para o espaço, sendo a restante percentagem absorvida pelos oceanos, ar e terra, mantendo o equilíbrio da temperatura. No entanto, alguma da radiação refletida é reabsorvida por gases que se encontram na atmosfera, denominados por gases com efeito de estufa, impedindo a sua evasão, sendo projetada de novo para a superfície terrestre (Shahzad, 2015). A utilização de combustíveis fósseis aumenta substancialmente os níveis de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, levando ao aquecimento global, e traduzindo-se em consequências desastrosas para o planeta (Shahzad, 2015).

A *United States Environmental Protection Agency* (EPA) refere-se ao aquecimento global como um tipo de alteração climática, com efeitos à escala mundial e com origem da ação do homem (EPA, s.d.).

⁴⁴ Tradução do Inglês “*Asian Development Bank*”. É uma organização criada em 1966 com vista à obtenção de uma região Ásia-Pacífico próspera, estabelecendo esforços para erradicar a pobreza extrema (ADB, s.d.).

⁴⁵ É uma das três Convenções das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, concretizada em 1992, no Rio de Janeiro, com o objetivo de regularizar as emissões de gases com efeito de estufa na atmosfera, impedindo a ação do homem nesta interferência climática (*United Nations Climate Change* [UNCG], 2019).

A região da Ásia-Pacífico, não tendo uma definição exata, é mencionada pela “*World Population Review*” (WPR) como o conjunto de países localizados no este, sul e sudeste da Ásia e Oceânia (WPR, 2019).

4. METODOLOGIA

Como objeto de estudo deste artigo identifica-se as alterações climáticas, tendo como objetivo geral (OG) analisar as dinâmicas associadas às alterações climáticas na região da Ásia-Pacífico e os impactos das mesmas no desenvolvimento de poder que se tem verificado nesta região nas últimas décadas. Por forma a atingir este propósito, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos (OE):

OE1: Identificar as vulnerabilidades da região da Ásia-Pacífico, face às alterações Climáticas.

OE2: Analisar a influência de poder da Ásia-Pacífico no contexto mundial.

Para auxiliar na análise do artigo, foi elaborada a questão central (QC): Face ao crescente poder e influência global da região da Ásia-Pacífico, qual o impacto das alterações climáticas na balança de poder entre esta região e os EUA? Foram ainda desenvolvidas as seguintes questões derivadas (QD):

QD1: Qual o impacto das alterações climáticas na região da Ásia-Pacífico?

QD2: Qual a relação de poder entre a região da Ásia-Pacífico e os EUA?

No presente artigo, foi utilizada uma metodologia que se dividiu em três fases: (i) fase exploratória, procurando definir o estado da arte, através de uma busca e análise de informação, procedendo também a uma revisão de literatura com o foco do objetivo proposto; (ii) fase analítica, fazendo uma revisão da informação obtida na fase anterior, e analisando e interpretando os dados obtidos, procurando responder às questões derivadas colocadas; (iii) fase conclusiva, em que se procurou dar resposta à questão central, apresentada, redigindo de seguida, as conclusões finais, e atingindo, desta forma, o objetivo geral do presente estudo.

Para atingir o desiderato pretendido deste artigo, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, assente num raciocínio dedutivo, e tendo como base uma análise documental.

Nesta investigação foram desenvolvidos dois subcapítulos, tendo o primeiro como foco as alterações climáticas na região da Ásia-Pacífico, e o segundo a influência de poder da Ásia-Pacífico no contexto mundial.

5. INVESTIGAÇÃO

5.1. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

Calcula-se que, após a revolução industrial, a atividade humana aumentou cerca de 1°C a temperatura do planeta Terra, com uma variação provável de 0,8°C a

1,2 °C, sendo plausível que este valor aumente até 1,5 °C, no período compreendido entre 2030 e 2052 (IPCC, 2018). Projeta-se que, quanto maior for este valor, mais irá afetar as características climáticas globais, sendo a ambição do Acordo de Paris⁴⁶ limitar os níveis de aumento da temperatura abaixo dos 1,5 °C (IPCC, 2018).

Todos os anos, na região da Ásia-Pacífico, morrem cerca de 43.000 pessoas, devido a tempestades, inundações e deslizamentos de terra, tornando-se urgente que a temperatura global não aumente mais de 1,5 °C, relativamente aos níveis pré-industriais, para salvar vidas a longo prazo, uma vez que a subida do nível médio da água do mar ameaça aumentar as inundações e agravar a intensidade das tempestades (Aishath, 2019).

A região da Ásia-Pacífico (*vide* Figura 1) apresenta a maior suscetibilidade de ocorrência de desastres originados pelas alterações climáticas, fruto da sua geografia, caracterizada por vastas zonas costeiras, de superfície terrestre de baixa altitude, e existência de muitas regiões insulares, tornando-a bastante vulnerável ao aumento do nível do mar, assim como a contextos climáticas extremos (Aishath, 2019).

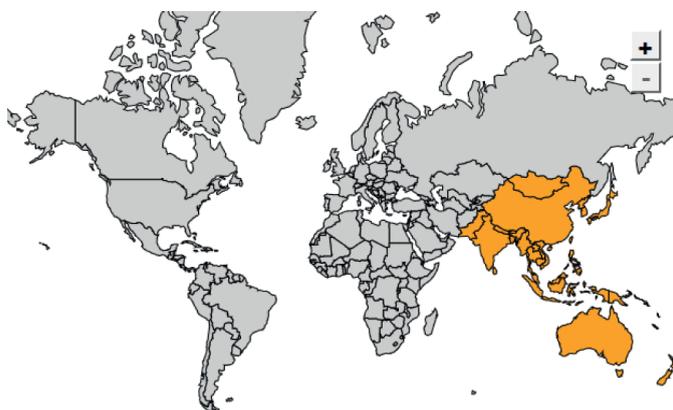


Figura 1 – Região da Ásia-Pacífico

Fonte: WPR (2019).

Para além de ser vulnerável às alterações climáticas, esta região apresenta-se como um dos principais responsáveis pela sua causa, contribuindo para mais de metade das emissões de gases com efeito de estufa do mundo, sendo que o crescente desenvolvimento económico na região também sugere que esta situação tem tendência a agravar-se, a não ser que sejam implementadas significativas

⁴⁶ Em 2015, foi ratificado o Acordo de Paris, pelos maiores dirigentes mundiais, constituindo-se num plano de ação ambicioso para limitar o incremento da temperatura média mundial a 1,5° C, em relação aos níveis pré-industriais (ONU, 2015).

medidas mitigadoras, como o desenvolvimento e emprego de energias renováveis, o incremento da eficiência energética ou mesmo a alteração de práticas do consumidor (Internet Society [IS], 2017).

Praticamente um décimo do consumo de energia mundial é atribuído à produção, distribuição e consumo de tecnologias de informação e comunicação, valor este que tende a aumentar 7% anualmente, enquanto mais pessoas e “coisas” se conectam em rede (IS, 2017). Na Ásia, a fabricação de *smartphones* está a crescer cada vez mais, com fabricantes de países, como a Índia, Filipinas, Indonésia, Vietname e Tailândia, a unirem-se a marcas estabelecidas da China, Japão e Coreia, significando maiores consumos de energia e emissões de gases com efeito de estufa, nesses países (IS, 2017).

5.2. INFLUÊNCIA DE PODER DA ÁSIA-PACÍFICO NO CONTEXTO MUNDIAL

O poder dos Estados é mensurável, entre outras, pelas suas características políticas, económicas e militares, no entanto, atualmente, a determinação do poder tornou-se mais difusa, sendo que a economia mundial fez ressaltar a dimensão económica, com maior destaque para a Ásia, nomeadamente a China, que se aproxima a passos largos de consolidar o seu estatuto de grande potência (Tomé, 2013).

Atualmente, a região da Ásia-Pacífico está a atravessar grandes alterações, sustentadas pelos altos níveis de desenvolvimento económico, reforçando o poder político e militar por toda a região, ameaçando a liderança mundial dos EUA. Estas alterações criam um ambiente de segurança regional, assinalado pela emergência de novos focos de poder mundiais, principalmente a China, seguido pela Índia, e também um grupo de países de menor expressão como a Coreia do Sul e a Indonésia (Swaine, et al., 2015).

A China apresenta intenções estratégicas a longo prazo, projetando o seu poder e influência global, conseguindo orientar o centro de gravidade económico de toda a região da Ásia-Pacífico à sua volta (Swaine, et al., 2015). Segundo o *Department of Defense* (DoD) dos EUA (2019), as primeiras duas décadas do século XXI representam um “período de oportunidade estratégica” para a China se desenvolver internamente e disseminar a sua influência mundialmente. Para além do seu poder económico, é declarada também a intenção em desenvolver o seu poder militar, pretendendo afirmar-se como potência mundial, e de emergir como a principal potência na região Indo-Pacífica (DoD, 2019).

A nova rota da seda é um claro exemplo desta estratégia mundial da China, esperando-se um elevado salto económico para este país, favorecendo também todos os outros intervenientes, principalmente a Ásia e a Europa, permitindo-lhe, simultaneamente, afirmar-se cada vez mais nas relações internacionais e influenciar todo o comércio mundial (Kaplan, 2018).

Assim, torna-se evidente que, atualmente, a balança de poder global é disputada entre estas duas grandes potências, os EUA e a China, verificando-se um crescente alargamento económico da China a nível mundial, influenciando e conquistando os mercados mundiais, enquanto reforça as suas parcerias e estabelece novas alianças, ameaçando desta forma a hegemonia mundial dos EUA (Monteiro & Obregon, 2019).

6. IMPLICAÇÕES

Como referido anteriormente, a região da Ásia-Pacífico é das mais vulneráveis às alterações climáticas, com riscos distintos que são, maioritariamente, mais significativos para populações desfavorecidas, afetando especialmente a produção agrícola, e populações que habitam junto às zonas costeiras, podendo verificar-se um agravamento destes riscos caso se verifique um aumento do aquecimento global em cerca de 2 °C (IPCC, 2014). Os riscos consideram-se moderados, com um aumento de temperatura até 1 °C⁴⁷, e aumentam de forma abrupta entre 1 e 2 °C, podendo atingir os 3 °C, com a subida do nível do mar, provocada pela perda do manto de gelo na Gronelândia (IPCC, 2014).

6.1. IMPACTO AMBIENTAL E DESASTRES NATURAIS

O aquecimento global traz consigo inúmeras consequências ao nível ambiental, tais como fortes ondas de calor, chuvas torrenciais e inundações, seca extrema, degradação de florestas e propagação de incêndios florestais, aumento do nível do mar e inundações costeiras (Wang & Chameides, 2005). Se as emissões de gases com efeito de estufa globais não reduzirem, prevê-se que a temperatura média global, nos períodos de verão, aumente mais de 6 °C, acima dos níveis pré-industriais, até o final do século XXI (IPCC, 2013).

Em 2003, a Índia foi afetada por uma violenta onda de calor, em que as temperaturas atingiram os 50 °C e mais de 1.200 pessoas acabaram por falecer. Já em 1998, havia sido atingida por outra onda de calor, ainda mais dramática, que levou a 3.028 mortes, devido a uma subida de temperatura estimada entre os 45 e 49,8 °C. A enorme afluência de pessoas aos hospitais causou interrupções no fornecimento de energia, acabando por inutilizar vacinas e medicamentos que se encontravam em equipamentos refrigeradores (Wang & Chameides, 2005).

Prevê-se que nas próximas décadas os níveis mais altos de temperatura se verifiquem, mais rapidamente, nas zonas secas do oeste da China, Índia e

⁴⁷ Já verificado, por exemplo, através os ecossistemas presentes nos recifes de coral de águas quentes, mas também na região do Ártico, que apresentam alterações significativas de equilíbrio (IPCC, 2014).

norte do Paquistão (Preston, Suppiah, Macadam , & Bathols, 2006). Em 2019, a Índia e o Paquistão já tiveram de enfrentar, novamente, temperaturas acima de 50 °C, afetando significativamente a saúde humana, trazendo problemas como a insolação, ataques cardíacos, doenças transmitidas por mosquitos, e também a segurança alimentar, através dos efeitos nefastos na agricultura (Aishath, 2019).

Nas próximas décadas é provável que, no sul da Ásia, as populações enfrentem enormes dificuldades de abastecimento de água e insegurança alimentar devido ao aumento da temperatura global que tem levado à intensificação das secas e à desestabilização da cadeia montanhosa dos Himalaias. Os glaciares dos Himalaias podem perder praticamente toda a sua massa de gelo, que atualmente fornece água a cerca de 1,3 mil milhões de pessoas, que vivem nas bacias dos rios da grande Ásia (ADB, 2017).

As chuvas intensas poderão levar a fortes inundações, enquanto períodos consecutivos de ausência de chuva ou chuvas leves poderão originar secas, o que, em ambos os casos, se reflete em elevadas perdas agrícolas. No sul da Ásia, o fenómeno mais severo e complexo são as monções, tornando extremamente complicado realizar uma previsão de chuvas (ADB, 2017). Prevê-se um aumento da chuva em grande parte da região, com maior incidência durante as monções dos meses de verão, o que irá provocar um aumento do nível do mar de aproximadamente 3 a 16 cm, até 2030, e 7 a 50 cm, até 2070 (Aishath, 2019). No sul da Ásia, a frequência de chuvas fortes tem vindo a aumentar e as chuvas ligeiras a diminuir, e no sudeste, a precipitação de dias de chuva aumentou 22 mm por década, enquanto as chuvas extremas aumentaram 10 mm por década (Barros, et al., 2014).

Os cientistas defendem que o aquecimento global tem tendência a aumentar a frequência dos fenómenos de seca mais severos em algumas regiões do planeta e contribuir para a deflagração de mais incêndios florestais (Wang & Chameides, 2005). Os impactos florestais causados pelas alterações climáticas podem originar, entre outros, o aumento de incêndios, surtos de pragas, secas e danos provocados pelos ventos fortes, assim como a degradação dos seus ecossistemas (Food and Agriculture Organization [FAO], 2010). A ação do homem é, assim, um fator determinante, especialmente na região da Ásia-Pacífico, uma vez que o rápido crescimento económico sugere que a procura por produtos com origem florestal da Ásia-Pacífico irá duplicar até 2030. Atualmente, a China ultrapassou a Europa, tornando-se o principal exportador de móveis, assim como o Vietname que, desde 2005, também apresenta níveis elevados de exportação de móveis de madeira (FAO, 2010).

A recente situação de incêndios na Austrália⁴⁸ é, para muitos cientistas, uma consequência das alterações climáticas, causado pelos eventos extremos como as ondas de calor intensas, e que está associada à elevação da temperatura em 1 °C no século passado. Os fenómenos de verões extremamente quentes não são novidade para este país, sendo que o aquecimento climático é uma característica já de longa data, que associada aos anos de seca promove um ambiente ideal para a propagação de incêndios (Freitas, 2020).

Os Estados insulares do Oceano Pacífico e os países situados em zonas litorais mais baixas da Ásia são mais vulneráveis às inundações e ao aumento do nível do mar do que a maioria dos países. No Bangladesh (*vide* Figura 2), se o nível do mar apresentar um aumento de um metro, cerca de 18 milhões de pessoas, que habitam nas zonas costeiras, terão de abandonar as suas casas. Atualmente, a Indonésia planeia alterar a localização da sua capital, de Jacarta para Bornéu, a fim de conferir proteção à população de inundações extremas (Aishath, 2019). Já em 2019, a Índia, o Bangladesh e o Nepal foram alvo de chuvas torrenciais e deslizamentos de terra, que levaram à morte de mais de uma centena de pessoas, fenómeno este que acontece todos os anos, deixando para trás um rasto de terror e destruição (Expresso, 2019).

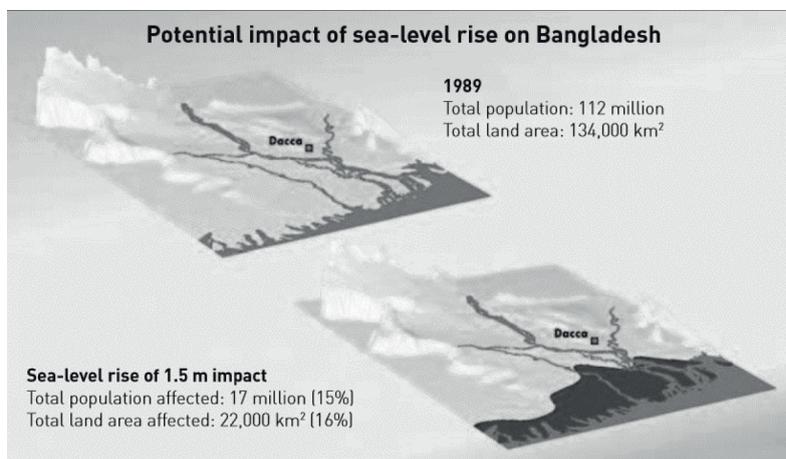


Figura 2 – Potencial impacto do aumento do nível do mar no Bangladesh

Fonte: Disponível em Wang e Chameides (2005).

⁴⁸ Após três meses de incêndios florestais, e enquanto as fortes chamas fizeram atingir temperaturas recorde, foi devastada uma área superior à de Portugal Continental, tendo causado a morte a 29 pessoas e 800.000 animais, e a destruição de mais de 2500 casas (Tomás, 2020).

Também se prevê uma maior frequência de ciclones tropicais, de maior intensidade, e alterações abruptas dos padrões climáticos, como a oscilação “*El Niño-Sul*” (Preston, Suppiah, Macadam , & Bathols, 2006). Estes fenómenos estão associados às variações significativas das marés, pela alteração da temperatura do oceano, mas também a fenómenos de secas e precipitações extremas (Preston, Suppiah, Macadam , & Bathols, 2006).

Sensivelmente metade da população da Ásia, aproximadamente 2,4 mil milhões de pessoas, vivem em áreas costeiras de baixa altitude, e 200 milhões de pessoas, da Ásia-Pacífico, vivem da atividade piscatória, prevendo-se que sejam extremamente afetadas pelo aumento do nível do mar, que segundo os cientistas, terá subido 65 cm até ao final do século, ameaçando a existência de muitos países da região (Aishath, 2019).

6.2. IMPACTO HUMANO

O risco da segurança alimentar e da água, assim como os desastres naturais e degradação dos ecossistemas, representam elementos de grande perigo para a segurança humana, ameaçando a saúde e a subsistência de várias comunidades e nações. Os impactos ambientais acima mencionados constituem um desafio aos sistemas políticos regionais, no que respeita à segurança humana (Preston, Suppiah, Macadam , & Bathols, 2006).

Os oceanos são fortes vítimas das alterações climáticas, sofrendo efeitos de acidificação e destruição de recifes de corais, que têm vindo a perder as suas características de ecossistema rico em biodiversidade, como resultado do aquecimento global e do aumento da temperatura da água, ameaçando, não só as várias espécies de peixe que habitam nos oceanos, como também o equilíbrio das populações da Ásia-Pacífico (Aishath, 2019).

Apesar da adaptação e resiliência às alterações climáticas, as comunidades indígenas que habitam nas florestas da Ásia-Pacífico são bastante vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, uma vez que o seu sistema alimentar depende deste ecossistema. Nesta região habitam mais de 260 milhões de pessoas, correspondendo a 70% da população indígena total do mundo, representando as comunidades mais pobres da região (FAO, 2018).

Não existe um entendimento relativamente à relação do fenómeno de migração com as alterações climáticas na Ásia-Pacífico, no entanto é certo que há um impacto na mobilidade da população na região, ainda que não seja possível avaliar com pormenor o nível desse impacto. Também não sendo possível determinar os motivos exatos da migração, é provável que resultem de três causas principais: (i) aumento de riscos ambientais; (ii) dificuldade no acesso e o uso dos recursos naturais; (iii) receio de eventuais impactos das alterações climáticas (ADB, 2009).

De acordo com Myers (1993), é previsível que, em 2050, 75 milhões de pessoas sejam deslocados, como resultado das alterações climáticas, na Índia, Bangladesh e China (Myers, 1993). Segundo Tol (2002), aproximadamente 2,3 milhões de migrantes do sul e sudeste da Ásia irão abandonar as suas habitações (*vide* Figura 3), devido ao aumento de cerca de um metro do nível do mar (Tol, 2002).

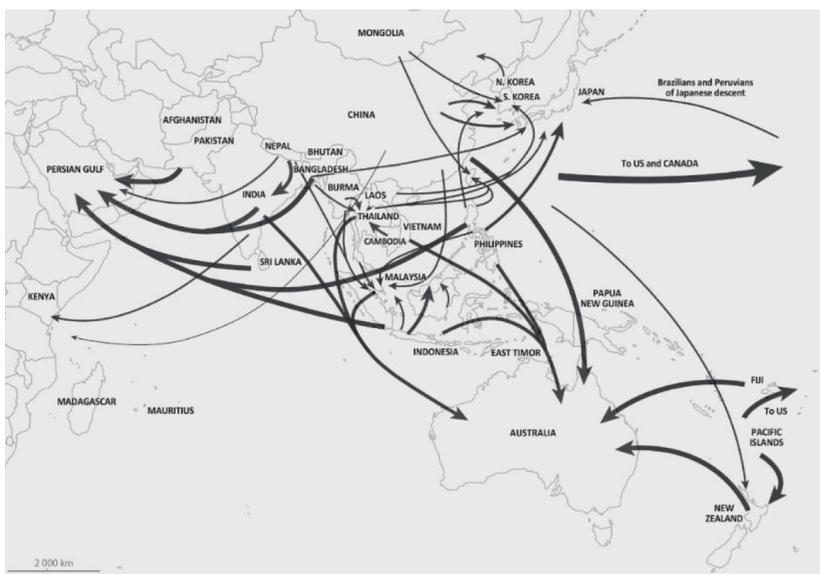


Figura 3 – Principais fluxos migratórios atuais da Ásia-Pacífico

Fonte: Disponível em Haas, Castles, e Miller (2014).

6.3. IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

As alterações climáticas na região da Ásia-Pacífico decorrem, em grande parte, do próprio desenvolvimento económico da região. Nas próximas décadas os impactos económicos serão dominantes, prevendo-se que o aumento do nível do mar se constitua como a maior vulnerabilidade, que, de acordo com vários estudos, irá inundar as costas e pântanos, causando fortes impactos nos rendimentos agrícolas, diminuindo a sua receita e desviando fundos para a resolução desta problemática, principalmente no Bangladesh e nas Ilhas do Pacífico (Preston, Suppiah, Macadam, & Bathols, 2006).

Nesta região, em média, os custos inerentes a desastres naturais aumentaram, anualmente, cerca de US\$ 1,8 mil milhões, durante a década de setenta, para US\$ 73,8 mil milhões, entre 2004 e 2013, (*vide* Figura 4) traduzindo-se em 49% das perdas anuais médias globais (*United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* [UNESCAP], 2016).

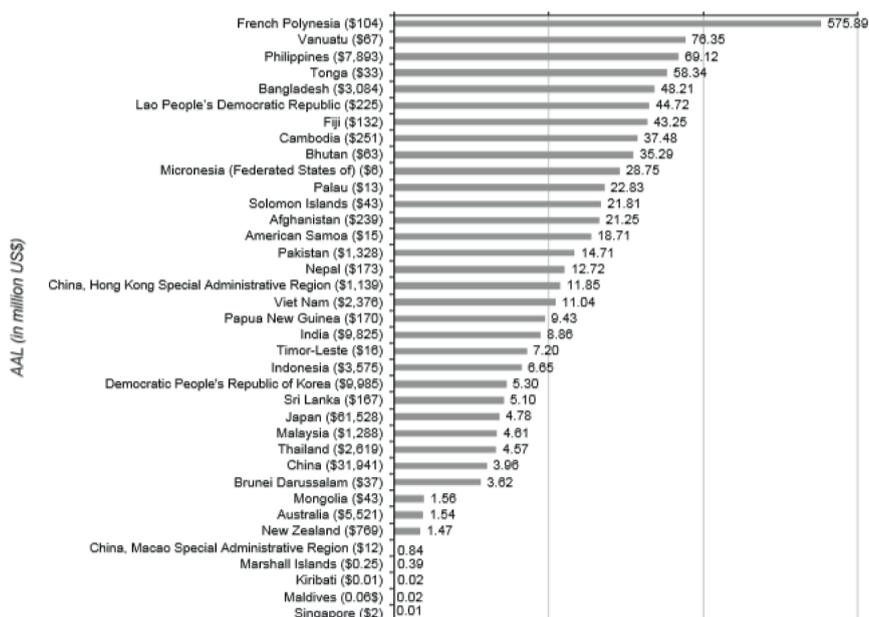


Figura 4 – Médias de perdas anuais/despesas sociais (em%)

Fonte: Disponível em UNESCAP (2016).

A produção agropecuária e piscatória apresenta tendência para ser cada vez mais afetada, devido aos padrões de precipitação e aumento da temperatura global, mas também devido ao aumento de pragas e doenças, fazendo com que a disponibilidade alimentar reduza e aumentem os perigos para a saúde humana. Como resultado, poderá verificar-se uma desestabilização de mercados, pela falta e aumento dos preços dos alimentos, com maior impacto nos consumidores com níveis de renda baixos (IPCC, 2019).

Um estudo da empresa de seguros “*Munich Re Group*” (MRG) refere que os danos económicos resultantes de desastres naturais têm vindo a crescer nos últimos anos, simultaneamente com o crescimento económico (MRG, 2006). No Sri Lanka, segundo um estudo do Banco Asiático de Desenvolvimento, o aumento em 2 °C de temperatura irá ter impactos anuais de 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Já em 2004, no mesmo país, o *tsunami* no Oceano Índico causou estragos na ordem dos 4,5% do PIB, com um aumento adicional de 7,5% para financiamento de esforços de assistência e reconstrução (Jayasuriya, Steele, Weerakoon, Malathy, & Arunatilake, 2006).

O Acordo de Paris traz consigo objetivos bem definidos, para transformar o paradigma das alterações climáticas. No entanto, os custos calculados para

diminuir as emissões de gases com efeito de estufa, associados à complexidade e riscos inerentes à implementação de políticas, para incentivar as alterações de práticas ambientais positivas, continuam a ser assustadores para alguns países. Relativamente aos países da Ásia-Pacífico, prevê-se que estes tenham de duplicar os seus níveis de ambição atuais para dar resposta aos objetivos estabelecidos (Preston, Suppiah, Macadam , & Bathols, 2006).

6.4. IMPLICAÇÕES SECURITÁRIAS

Os desenvolvimentos económicos, políticos e militares na região têm vindo a demonstrar uma cooperação entre os vários países da Ásia-Pacífico, no que diz respeito à resolução de problemas análogos de segurança, terrorismo, instabilidade financeira global e também alterações climáticas. Por outro lado, começam a verificar-se concorrências interestaduais, tendo como tema de fundo as questões de soberania territorial, competição de recursos, segurança energética e posição e acesso ao mercado (Swaine, et al., 2015).

As alterações climáticas, por si só, não geram conflitos, no entanto, são um forte catalisador dos mesmos, com maior agravamento quando conjugados com outros fatores. À medida que as populações vão aumentando, a concorrência de recursos tende a agravar-se devido à sua maior escassez, como consequência das alterações climáticas (Hendrix & Glaser , 2007). Em regiões com populações em contexto de pobreza, dependentes da agricultura, confirmou-se que as secas levam a uma maior probabilidade de ocorrência de violência, gerando e prolongando conflitos que constituem uma ameaça à segurança e à paz (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, & WHO, 2017).

Na região da Ásia-Pacífico, milhões de pessoas dependem de recursos naturais para a sua subsistência, atravessando dificuldades económicas, como resultado das suas fracas produções agrícolas, que sofrem o impacto das alterações climáticas, com a agravante do aumento constante dos alimentos, que leva a que, cada vez mais, seja difícil a sustentação de famílias. Nesta região, mais de 60% da população trabalha em setores extremamente vulneráveis às alterações climáticas (Aishath, 2019).

Considerando este paradigma, as alterações climáticas ameaçam a estabilidade na região e ostentam potenciais riscos de conflitos, apresentando diversos desafios à segurança humana nas décadas que se avizinham. O domínio político, assim como potenciais investidores, são fulcrais para mitigar os efeitos e fatores de risco, criando estratégias que permitam evitar a escalada de conflitos (ADB, 2017).

Vários estudos obtiveram resultados que evidenciam fenómenos de

guerra e crises sociais catalisados pelas alterações climáticas (Donges, et al., 2015). Segundo Schleussner et al. (2016), a coincidência de desencadeamento de conflitos armados e desastres naturais, resultantes de condições climáticas, é elevada nas sociedades que acolhem distintas etnias, concluindo-se que a ligação entre o fracionamento étnico e os desastres naturais fazem com que seja maior a probabilidade de ocorrência de ações violentas e conflitos (*vide* Figura 5). A falta de recursos, quer sejam energéticos ou naturais, associados à pobreza, constituem variáveis de peso na deflagração de conflitos, sendo que a região da Ásia Pacífico, pela sua vulnerabilidade às alterações climáticas, poderá vir a refletir esta evidência (Schleussner, et al., 2016).

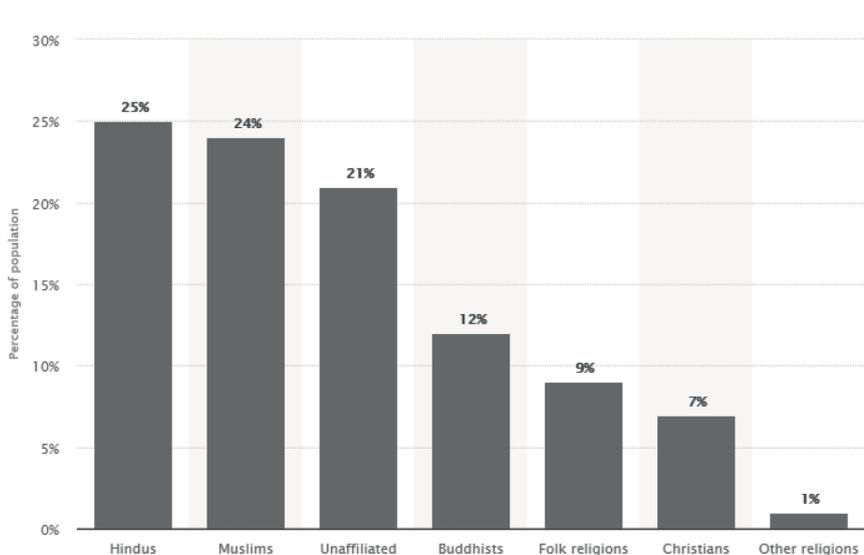


Figura 5 – Diversidade religiosa na Ásia-Pacífico

Fonte: Statista Research Department (2019).

O caso do Mali, em África, é um exemplo do que poderá acontecer na região da Ásia-Pacífico, em que a seca extrema, em 2012, matou milhares de animais e assolou a subsistência dos pastores, aumentando o número de fações rebeldes armadas e levando a elevados índices de crime, como o roubo pela sobrevivência (Breisinger, Franco, & Olivier, 2015).

7. CONCLUSÕES

As alterações climáticas são um assunto bastante controverso que, cada vez mais, ocupa as agendas internacionais de muitos países e organizações

internacionais. Dos vários estudos, artigos e trabalhos realizados, as conclusões são coerentes, no que respeita à grande vulnerabilidade da região da Ásia-Pacífico, no sentido em que esta poderá vir a sofrer as maiores consequências nas próximas décadas, se não houver uma consciencialização mundial e não forem tomadas medidas necessárias para a redução de impactos das alterações climáticas.

Respondendo à QD1, conclui-se que, para além dos impactos já verificados, nas próximas décadas as alterações climáticas poderão atingir níveis ainda mais devastadores nas dimensões ambiental e humana, levando a fenómenos climáticos mais severos, que para além de serem destrutivos para os ecossistemas irão conduzir a mais mortes humanas. As lutas pela subsistência e pela sobrevivência poderão ser fenómenos que irão dominar a região, levando a conflitos internos, com efeitos migratórios à larga escala. Neste sentido, poderá afirmar-se que o aquecimento global poderá afetar drasticamente os sucessos alcançados até à data, no que concerne ao desenvolvimento económico e à melhoria do nível de vida da população, se não forem alterados os comportamentos prejudiciais ao ambiente.

Assim, e dando resposta à QD2, destaca-se a rivalidade económica existente entre os EUA e a China, marcada pela concorrência e disputa pelos mercados mundiais, em que a China se evidencia cada vez mais na balança de poder mundial, ameaçando, desta forma, a hegemonia mundial dos EUA.

Relativamente à QC conclui-se que, com um rápido crescente poder económico, esta região, com maior expressividade para a China, poderá vir a tornar-se a maior vítima das suas próprias ambições. Atendendo ao facto de que os elevados gastos energéticos, necessários para alimentar este crescimento económico, associados à grande produção de gases com efeito de estufa, são a maior ameaça ao ambiente, esta região poderá ver todo o seu desenvolvimento económico ser drasticamente afetado, perdendo a sua posição na balança de poder mundial estabelecida, atualmente, entre si e os EUA.

Torna-se então fundamental desenvolver práticas e implementar medidas que suportem o equilíbrio entre o desenvolvimento económico da região e a proteção ambiental, por forma a impedir que as alterações climáticas alterem a geografia da região e o equilíbrio dos ecossistemas, que se constituem como parte da garantia para o desenvolvimento económico, quer a nível regional, quer mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADB. (2009). *Climate change and migration in the Ásia and Pacífic*. Philippines: Asian Development Bank.
- ADB. (2017). *A region at risk: The human dimensions of climate change in Ásia and the Pacífic*. Philippines: Asian Development Bank.

- ADB. (s.d.). *Asian Development Bank* [Página online]. Retirado de <https://www.adb.org/>
- Aishath, A. (2019). *Medium* [Página online]. Retirado de <https://medium.com/@UNDP/climate-change-in-asia-and-the-pacific-whats-at-stake-47c7b0de5ade>
- ASEAN. (2019). *Association of Southeast Asian Nations*. Retirado de <https://asean.org/asean/about-asean/history/>
- Barros, V., Field, C., Dokken, D., Mastrandrea, M., Mach, K., Bilir, T., . . . White, L. (2014). *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability-Ásia*. Suíça: IPCC.
- Breisinger, C., Franco, J., & Olivier, E. (2015). How do we break the links. *Conflict and food insecurity*.
- Comissão Europeia. (2019). *UE saudou o relatório das Nações Unidas sobre os oceanos e as alterações climáticas* [Página online]. Retirado de https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_19_5869
- DoD. (2019). *Annual Report to Congress - Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2019*. Virgínia, EUA: Department of Defense.
- Donges, J., Donner, R., Marwan, N., Breitenbach, S., Rehfeld, K., & Kurths, J. (2015). Non-linear regime shifts in Holocene Asian monsoon variability: potential impacts on cultural change and migratory patterns. *Climate of past*.
- EPA. (s.d.). *United States Environmental Protection Agency* [Página online]. Retirado de <https://www.epa.gov/ghgemissions/understanding-global-warming-potentials>
- Expresso. (2019). *Expresso* [Página online]. Retirado de <https://expresso.pt/internacional/2019-07-15-Mais-de-100-mortos-devido-a-cheias-na-India-Nepal-e-Bangladesh>
- FAO. (2010). *Forest and climate change in the Asia-Pacific Region*. Roma, Itália: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- FAO. (2018). *Indigenous Peoples in the Asia-Pacific region*. Roma, Itália: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP, & WHO. (2017). *The state of food security and nutrition in the world*. Roma, Itália: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Freitas, A. C. (2020). *Público* [Página online]. Retirado de <https://www.publico.pt/2020/01/03/ciencia/noticia/tempestade-perfeita-incendios-australia-1899049>
- Haas, H., Castles, S., & Miller, M. (2014). *The Age of Migration*. London, Inglaterra: Macmillan Education.

- Hendrix , C., & Glaser , S. (2007). *Trends and Triggers: Climate Change and Civil Conflict in Sub-Saharan Africa*. San Diego, EUA: University of California.
- IPCC. (2013). *Climate change 2013*. Génèbra, Suíça: Intergovernmental Panel on Climate Change.
- IPCC. (2014). *Alterações climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade*. Génèbra, Suíça: Intergovernmental Panel on Climate Change.
- IPCC. (2018). *Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas - Aquecimento Global de 1,5°C*. Génèbra, Suíça: Intergovernmental Panel on Climate Change.
- IPCC. (2019). *Climate Change and Land*. Genebra, Suíça: Intergovernmental Panel on Climate Change.
- IPCC. (s.d.). IPCC [Página online]. Retirado de <https://www.ipcc.ch/>
- IS. (2017). *Issue Paper Asia-Pacific Bureau: Climate Change*. Reston, Virgínia, EUA: Internet Society.
- Jayasuriya, S., Steele , P., Weerakoon, D., Malathy, K.-J., & Arunatilake, N. (2006). *Post-Tsunami Recovery: Issues and Challenges in Sri Lanka*. Philippines: Asian Development Bank.
- Kaplan, Z. (2018). The new Silk Road:: The European Union, China and the future of trade.
- Monteiro, C., & Obregon, M. (2019). *O novo muro de Trump: uma análise das implicações da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China*.
- MRG. (2006). *Natural catastrophes 2005*. Munique, Alemanha: Munich Re Group.
- Myers, N. (1993). *Environmental refugees in a globally warmed world*. Herndon, EUA: American Institute of Biological Sciences.
- ONU. (2015). *Adoção do Acordo de Paris*. Paris, França: Autor.
- Porto Editora. (2019). Infopédia [Página online]. Retirado de [https://www.infopedia.pt/\\$apec](https://www.infopedia.pt/$apec)
- Preston, B., Suppiah, R., Macadam , I., & Bathols, J. (2006). *Climate Change in the Asia/Pacific Region*. Camberra, Austrália: CSIRO Marine and Atmospheric Research.
- Schleussner, C.-F., Lissner, T., Fischer, E., Wohland, J., Perrette, M., Golly, A., . . . Schaeffer, M. (2016). Differential climate impacts for policy-relevant limits to global warming: the case of 1.5 C and 2 C. *Climate to past*.
- Shahzad, U. (2015). *Global Warming: Causes, Effects and Solutions*.
- Statista Research Department. (2019). *Statista* [Página online]. Retirado de <https://www.statista.com/statistics/374716/religious-diversity-in-asia-pacific-region-by-religion/>
- Swaine, M., Eberstadt, N., Fravel, M., Herberg, M., Keidel, A., Revere, E., . . . Wong, A. (2015). *Conflict and cooperation in the Ásia-Pacific region*. Washington, DC, EUA: Carnegie Endowment for International Peace.

- Tol, R. S. (2002). *Estimates of the Damage Costs of Climate Change*. Dordrecht, Países Baixos: Kluwer Academic Publishers.
- Tomás, C. (12 de janeiro de 2020). Austrália, um continente em chamas. *Expresso*.
- Tomé, L. (2013). Revista Nação e Defesa. (I. d. Nacional, Ed.) *A Arquitetura de Segurança na Ásia-Pacífico*.
- UNCG. (2019). *United Nations Climate Change* [Página online]. Retirado de <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-convention/what-is-the-united-nations-framework-convention-on-climate-change>
- UNESCAP. (2016). *The economics of climate change in the Ásia-Pacific region*. Bangkok, Tailândia: United Nations ESCAP.
- Wang, J., & Chameides, B. (2005). *Global Warming's Increasingly Visible Impacts*. New York, EUA: Environmental Defense.
- WPR. (2019). *World Population Review* [Página online]. Retirado de <http://worldpopulationreview.com/countries/apac-countries/>

2. OS NACIONALISMOS E A VIOLÊNCIA

Nelson Miguel Gonçalves Ferreira

Major de Infantaria
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/20
Lisboa, Portugal

RESUMO

Este estudo tem como principal finalidade identificar os principais desafios securitários decorrentes do reforço dos nacionalismos. Para tal, recorreu-se a ao estudo dos fatores que contribuíram para a formação da Jugoslávia e seu desmembramento tendo como objeto de estudo os nacionalismos étnicos. Apesar de vários autores afirmarem que os conceitos de nacionalismo e violência não têm uma relação dependente, no caso da Jugoslávia, devido a motivações étnicas, a violência caminhou ao lado do nacionalismo, tanto na ótica da sua unificação dos reinos eslavos do sul como no desmembramento da Jugoslávia originado guerras civis e conflitos étnicos de extrema violência nos países cujas fronteiras administrativas não coincidentes com as fronteiras étnicas e culturais, como é caso da Bósnia-Herzegovina. Apesar do esforço da comunidade internacional para a contenção dos conflitos étnicos, os interesses dos diversos atores internacionais contribuíram para a destabilização do ambiente de segurança que tem sido constantemente desenvolvido, emancipando os nacionalismos étnicos latentes, colocando desafios securitários decorrente deste fenómeno.

Palavras-chave: Nacionalismo étnico, Jugoslávia, conflitos étnicos, independência.

ABSTRACT

This study aims to identify the main security challenges arising from the strengthening of nationalisms. To this end, we studied the factors that contributed to the formation of Yugoslavia and its dismemberment with ethnic nationalisms as the study object. Although several authors claim that the concepts of nationalism and violence do not have a dependent relationship, in the case of Yugoslavia, due to ethnic motivations, violence has walked alongside nationalism, both from the perspective of its unification of the Southern Slavic kingdoms and in the dismemberment of Yugoslavia, leading to civil wars and ethnic conflicts of extreme violence in countries whose administrative boundaries not coincident with ethnic and cultural borders, as is the case of Bosnia and Herzegovina. Despite the international community's

effort to contain ethnic conflicts, the interests of the various international actors have contributed to the destabilization of the security environment that has been constantly developed, emancipating the latent ethnic nationalisms, posing security challenges arising from this phenomenon.

Keywords: *Ethnic nationalism, Yugoslavia, ethnic conflicts, independence.*

1. INTRODUÇÃO

O nacionalismo e a violência são dois conceitos que se relacionam e emergem com maior visibilidade nos períodos de crise. Após o fim da guerra fria, verificou-se o surgimento de novos estados europeus e eurasiáticos, onde as aparentes disputas étnico-nacionais estiveram na origem da construção argumentos nacionalistas (King, 2010).

De modo a compreender o fenómeno do nacionalismo e o carater violento estes podem relevar, ainda que determinados autores assumam que há uma relação indireta e na maior parte fraca, esta conotação deverá ser tida como relevante, pois a história encarrega-se de mostrar que os genocídios, atos terroristas ou outro tipo de violência organizada contra minorias eleva os ódios que perduram por gerações e o ressurgimento dos nacionalismos étnicos (Malešević, 2013).

Os defensores do nacionalismo cívico partilham do ideal de que uma nação enquanto agência do poder democrático foi capaz de desafiar a ordem opressiva de um regime antigo. Em contrapartida os nacionalismos étnicos são propícios ao surgimento de regimes autoritários e que sustentam os ideais “pan-nacionalistas”, cuja violência é apoiada numa estrutura ou organização (Galtung, 1969; Smith & Hutchinson, 1994).

O propósito deste trabalho de investigação é analisar o nacionalismo étnico enquanto catalisador para a conflitualidade, com o intuito de identificar os principais desafios securitários, tem como objeto de estudo os nacionalismos, delimitando-se a investigação ao nível do conteúdo, tempo e espaço (Santos, et al., Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação, 2019). Ao nível do conteúdo, a investigação é delimitada ao nacionalismo étnico, justificada pela possibilidade de ser o catalisador para a conflitualidade e alteração da geopolítica através do surgimento de “pan-nacionalismos”. Ao nível espacial é delimitada à região da Europa Oriental, com enfoque nos Balcãs. Na delimitação temporal, o trabalho compreende o período desde o século XIX até à Guerra civil da Bósnia-Herzegovina (1992-95).

Relativamente ao horizonte temporal, segundo (Santos, et al., Orientações

Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação, 2019), o estudo foi transversal, permitindo, após a recolha de dados referente aos conceitos de nacionalismo e violência, bem como a relação entre ambos em diversos casos de estudo por forma a detetar padrões de aproximação e divergência possibilitando inferir sobre os principais desafios securitários decorrentes do reforço dos nacionalismos.

Por forma a alcançar o desiderato da investigação formulou-se uma questão central que orientou o estudo, designadamente, de que forma são manifestados os nacionalismos intrinsecamente violentos?

A resposta a esta questão foi alcançada através das seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: O nacionalismo é um catalisador de violência?

QD2: Quais os principais desafios securitários que decorrem do nacionalismo?

Através da validação das questões derivadas, deu-se resposta à questão central pelo desenvolvimento de uma estratégia de investigação qualitativa cuja pesquisa e recolha de dados incidiu em fontes e consistiu numa consulta bibliográfica relacionada com o tema, nomeadamente sobre o surgimento dos nacionalismos da violência daí decorrente com enfoque na região dos Balcãs, permitindo conhecer o estado da arte e a definição da linha orientadora da investigação.

O trabalho encontra-se organizado em cinco secções, incluindo a introdução e as conclusões. Na segunda secção apresenta-se o estado da arte e enquadramento conceptual focado nos conceitos de nacionalismos e violência e relação entre estes conceitos. Na terceira secção aborda-se em contexto histórico a forma como os nacionalismos se manifestaram na construção e desmembramento da Jugoslávia. Na quarta secção pretende-se identificar, do ponto de vista polemológico, as consequências securitárias dos nacionalismos. Por fim, nas conclusões, apresenta-se o sumário das grandes linhas de investigação, e resposta à QC.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCETUAL

2.1. ESTADO DA ARTE

O nacionalismo e a violência são dois conceitos que se relacionam e emergem com maior visibilidade nos períodos de crise, como refere King (2010) na obra intitulada *“Extreme Politics: Nationalism, Violence, and the End of Eastern Europe”*, após o fim da guerra fria, verificou-se o surgimento de novos estados europeus e eurasiáticos, onde as aparentes disputas étnico-nacionais estiveram na origem da construção da nação e reivindicações territoriais nacionalistas.

Apesar dos fenómenos de nacionalismo e violência emergirem através dos

mesmos processos estruturais e ambos se intensificaram nos mesmos momentos históricos, segundo o argumento de Malešević (2013), através do artigo *“Is Nationalism Intrinsicly Violent?”*, depreende que a relação entre os dois é indireta e, na maior parte, fraca. Ainda que os estados ou movimentos sociais sejam bem-sucedidos e tenham conseguido mobilizar massas para lutar, matar ou morrer pelos ideais nacionalistas, esta conotação tendencialmente não dura muito tempo. Mesmo quando são cometidos genocídios ou atos terroristas, após ser alcançada uma revolução ou uma guerra ganha, nenhuma autoridade do Estado requer grupos violentos de inspiração nacionalista numa base permanente. Uma vez que o apoio estrutural é removido, a relação entre nacionalismo e violência organizada fica ténue e evapora rapidamente

Apesar destes dois conceitos se cruzarem com alguma frequência, segundo Romão (2012), não deverão ser vistos como elementos de relação direta nem constantes, pois o nacionalismo não dispõe de uma definição única, podendo variar consoante a ideologia que defende e a forma como atua. De facto, têm-se verificado ações violentas levadas a cabo por agentes com objetivos nacionalistas, no entanto, o nacionalismo também atua em contextos democráticos e plenamente normalizados

Numa tentativa de superação da dicotomia entre nacionalismo cívico e étnico, Seymour (1999), no seu artigo *“On Redefining the Nation”*, defende que a conceção de nação sociopolítica é caracterizada como sendo uma comunidade política, composta por diversidade linguística e cultura, referindo o exemplo do Canadá, onde através de uma postura tolerante, é possível acomodar as diferenciações sem recurso a relações conflituais.

Kaldor (2012), na obra *“New & Old Wars”*, efetua a abordagem mais empírica à temática do nacionalismo recorrendo a casos de estudo da guerra da Jugoslávia e outros conflitos na sequência do final da Guerra Fria, que observa que o nacionalismo ocupou o vazio deixado pelo comunismo, sendo caracterizado pela autora como sendo um fenómeno crescente e moldado pela globalização, que designa por *“novo nacionalismo”*, cujo alcance tem maior expressão pela facilidade e velocidade dos meios de comunicação. A autora confirma que a tendência é evitar as batalhas e dirigir a violência contra civis para controlar as populações em vez do território.

Berberoglu (1995), na obra *“The National Question- Nationalism, Ethnic Conflict and Self-Determination in the 20th Century.”*, são apresentados casos de estudo que através de uma perspetiva histórica e comparativa é aborda a ascensão do nacionalismo e dos conflitos étnicos numa perspetiva marxista inerente às lutas pela autodeterminação nacional.

Aludindo ao caso de estudo da Europa, através da apresentação de vários

indicadores económicos, sociais e políticos Lopes (2017) afirma que “... a crise na Europa no início do século XXI veio dar expressão e apoio a partidos e a forças de orientação nacionalista”, também (Polyakova & Fligstein, 2016) no artigo “*Is European integration causing Europe to become more nationalist?*” refere que as eleições de maio de 2014 para o Parlamento Europeu robustecem o argumento dos autores de que a crise financeira de 2007 a 2009 afetou o sentimento de pertença à identidade Europeia, tais sinais ou tendências resultaram no apoio sem precedentes que os partidos antieuropeístas receberam do eleitorado, sendo de destacar a ascendência de partidos populistas e nacionalistas.

A análise do estado da arte permite inferir que o nacionalismo e a violência são fenómenos que se relacionam e emergem com maior visibilidade nos períodos de crise, após o fim da guerra fria, verificou-se o surgimento de novos estados europeus e eurasiáticos, onde as aparentes disputas étnico-nacionais estiveram na origem da construção. No entanto, apesar de haver uma conexão entre os conceitos de nacionalismo e a violência, esta relação não é dependente nem constante em determinados casos a violência poderá ser movida por argumentos e narrativas nacionalistas, neste contexto importa identificar os principais desafios securitários decorrentes do reforço dos nacionalismos recorrendo ao estudo de caso da Jugoslávia como estratégia de pesquisa.

2.2. NACIONALISMO

As obras de Meinecke (1970), Kohn (1944) e Plamenatz (1976) abriram caminho a uma série de trabalhos académicos que desenvolveram no âmbito dos nacionalismos em torno da diferenciação étnico-cívica, tendo estes autores identificado as seguintes distinções: o nacionalismo étnico está associado à exclusão, xenofobia e violência; enquanto as “nações cívicas”, nacionalismos cívico está associado a regimes liberais capazes de integrar os recém-chegados e de fomentar valores universais e humanistas.

De acordo com Muro e Quiroga (2005, p. 11) “[...] o fator que origina a variação dos nacionalismos étnico-cívicos são as mudanças dos fatores políticos ou culturais feitos pelo discurso nacionalista onde se estabelece uma linha entre o nacionalismo “cívico” e o nacionalismo “étnico”.

Os defensores do nacionalismo cívico partilham do ideal iluminista original de que uma nação enquanto agência do poder democrático foi capaz de desafiar a ordem opressiva de um regime antigo. Neste sentido, o nacionalismo francês, tradicionalmente considerado o berço do nacionalismo cívico, assenta no ideal de que as virtudes cívicas eram mais importantes para a nova república do que a etnia, a cultura comum ou mesmo a língua comum. Por essa razão, todos, pelo menos

na teoria, poderiam assumir a cidadania francesa adquirindo as virtudes cívicas necessárias (Auer, 2004).

Esta noção voluntarista de identidade nacional contrasta com o nacionalismo étnico, que tende a ser excludente, uma vez que, neste caso a pertença a uma a uma nação é determinada pelo nascimento, sangue e etnia. O nacionalismo étnico emergiu no final do século XIX na Europa Central e Oriental, sendo propício ao surgimento de regimes autoritários (Auer, 2004).

A conceção romântica da Alemanha desenvolvida por Fichte, um dos fundadores do nacionalismo germânico, que no final do século XIX, assumiria um carácter abertamente etnocêntrico adotado pela Alemanha Nazi a partir de 1938, sendo este um exemplo de que as nações podem ser criadas a partir de etnias pré-existentes, onde o nacionalismo étnico enfatiza os diferentes fatores raciais, linguísticos, religiosos ou culturais distintos da etnia original onde a nação étnica se define em princípios culturais em vez dos termos de direitos políticos (Muro & Quiroga, 2005; Abizadeh, 2005).

Uma forma de nacionalismo étnico mais abrangente em extensão e desígnio, considerado por diversos autores é o “pan-nacionalismo”, cujos movimentos são efetuados em torno da unificação de uma única comunidade cultural e política de vários estados, geralmente contíguos, com base em características culturais partilhadas ou por afinidade de culturas. O jugoslavismo foi um dos primeiros exemplos de pan-nacionalismo, seguindo-se vários outros movimentos irredentistas (Smith & Hutchinson, 1994).

No palco da Europa Central e Ocidental, ao longo da história assiste-se à exaltação dos valores e interesses considerados nacionais através de movimentos defensores de uma identidade nacional, em torno da língua ou da tradição histórica. Os movimentos nacionalistas e exaltação dos valores nacionais foram o mote para as diversas revoluções, e insurreições que conduziram à independência de vários povos, e também, por outro lado, como argumento para justificar as agressões contra outros estados ou minorias (Branco, 2009).

Neste âmbito o nacionalismo surge como um dos aspetos mais relevantes de um Estado-Nação, cujo sentimento está afeto a um conjunto de símbolos e convicções representativos para a identidade nacional, assumindo o nacionalismo a força motriz para a unificação e mobilização do sentimento nacional (Baumgratz, 2017).

2.3. VIOLÊNCIA

A violência está constantemente sujeita a mudanças históricas e culturais, enquanto forma de coação. O seu alcance é variável e compreende a violência psicológica, cultural, física e até mesmo estrutural. Ao mesmo tempo poderá haver

sintomas de violência mais dissimulada que procurando atingir os seus alvos (pessoas ou objetos) No que respeita à aplicabilidade do conceito de violência às condições sociais, um protagonista ou uma ação invariavelmente envolve um conflito sobre a legitimidade da violência também: um conflito que permanece intransponível porque as convenções sociais e as regras que regem o uso legítimo da violência pode mudar a qualquer momento no decurso de conflitos políticos (Heitmeyer, Haupt, Malthaner, & Kirschner, 2011).

A violência estrutural é um termo comumente atribuído a Galtung (1969), referindo-se a uma forma de violência que recorre a uma estrutura ou instituição social para prejudicar as pessoas impedindo-as de satisfazer as suas necessidades básicas. O nacionalismo, o etnocentrismo, racismo, entre outras, são exemplos de violência estrutural que afetam pessoas de formas diferentes em várias estruturas sociais, estando intimamente ligada à injustiça social.

Numa abordagem à forma como a conflitualidade política se organizou no final da Guerra Fria, tendo como base os conflitos nas antigas federações soviética e jugoslava, quando se observa o fenómeno do nacionalismo, este surge como um catalisador para elevação de particularismos que não encontram acomodação nos novos cenários de integração global.

3. NACIONALISMOS E VIOLÊNCIA NA JUGOSLÁVIA

3.1. ATÉ À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Em termos históricos, na região em estudo, os primeiros movimentos nacionalistas surgem em 1804, numa insurreição Sérvia contra o Império Otomano, surgindo o desejo de emancipação nacional. Esta é considerada a primeira revolta nacional da Sérvia contra o Império Otomano. No entanto apenas em 1878 a Sérvia obtém a sua independência com a particularidade de até 1912, mais de metade da população de etnia servia habitar em territórios sob administração dos impérios Otomano e Austro-Húngaro (Trbovich, 2008).

Com o intuito de libertar a população sérvia de domínios imperiais, inicia-se o movimento nacionalista para a criação da “Grande Sérvia”, tendo resultado na Primeira Guerra dos Balcãs (1912-1913) contra o império Otomano, e Segunda Guerra dos Balcãs para a definição das fronteiras balcânicas, incorporando os territórios da Macedónia do Norte e do Kosovo, materializando a ideia de “Balcãs para os povos dos Balcãs” (Trbovich, 2008, p. 73).

Nesta senda de ideologias, nacionalistas, a organização secreta “Mão Negra” cujo ideal versava o pan-eslavismo para unificação das populações elavas do Sul anexadas pelo Império Austro-Húngaro promoveu o assassinato do Arquiduque

Franz Ferdinand, em Sarajevo, sendo considerado este ato o catalisador para a Primeira Guerra Mundial.

3.2. DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Durante a Primeira Guerra Mundial o governo da província croata-eslovena restringiu o uso da linguagem sérvia (cirílico sérvio), tendo sido proibido por completo em 1915. Na Bósnia as escolas sérvias foram encerradas e milhares de sérvios civis presos ou deslocalizados à força. Perante a desintegração austro-húngara, os eslovenos temiam uma nova influência alemã, os croatas temiam a ocupação italiana da Dalmácia. Para os sérvios, criação da Jugoslávia era a forma mais segura de unir a nação geograficamente dispersa num só estado. Posição partilhada pelos croatas e eslovenos, que consideravam que esta era a melhor forma de evitar uma nova submissão a uma potência estrangeira (Trbovich, 2008).

Com o apoio do Reino Unido e da França, ainda durante a Primeira Guerra Mundial, foi ratificada a Declaração Corfu, constituindo-se o comité Jugoslavo composto por políticos no exílio na Grécia que representavam os Eslovenos, Croatas e representantes do Reino da Sérvia, único estado independente, sendo este o embrião da Jugoslávia (Foster, 2016).

3.3. APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos foi proclamado em 1 de dezembro de 1918 por Aleksandar Karadordević no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, mudando o nome para “Reino da Jugoslávia” em 1929 a fim de refletir a união dos povos eslavos do Sul num único Estado. (Apostolova, 1994; Smith & Hutchinson, 1994).

Até 1929, a Jugoslávia era uma democracia parlamentar. No entanto, em 20 de junho de 1928, após uma disputa movida por motivos étnicos levou a que um deputado do Montenegro atingisse mortalmente dois deputados croatas na assembleia. Este evento motivou que o Rei Alexander Karageorgevich em 6 de janeiro de 1929 dissolvesse a Assembleia Nacional e a anulasse a constituição, com um objetivo declarado de preservar a unidade do Estado e dos seus povos (Trbovich, 2008).

Para além da reorganização interna do Estado releva-se a proibição dos partidos nacionalistas. Esta medida foi contrariada pela maioria sérvia, que consideravam as políticas do rei contrárias aos princípios das liberdades políticas e civis, e pelos croatas, que interpretaram a supressão do nacionalismo como uma máscara para o hegemonismo sérvio. Em outubro de 1934, um assassino búlgaro

patrocinado pelas autoridades de Mussolini e da Hungria e que trabalhava para as organizações separatistas croatas - *ustaše* assassinou o Rei Alexandre durante a sua visita de Estado a França. (Trbovich, 2008).

O Conselho de Regência, liderado pelo primo de Alexandre, o Príncipe Paulo, assumiu o reinado, tendo-se focado essencialmente na resolução do conflito servo-croata, temendo que o agravamento deste problema pudesse ser explorado pela Alemanha Nazi, que pressionou a Jugoslávia a juntar-se às suas fileiras em 1938 (Trbovich, 2008).

3.4. DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A “primeira” Jugoslávia colapsa em 1941 quando as Forças do Eixo (Alemanha, Itália e Hungria) invadiram a Jugoslávia (Mazat, 2011). Ao mesmo tempo, as divergências políticas entre os povos jugoslavo foram fraturantes para a unidade Jugoslava. Os croatas estavam do lado dos nazis, enquanto os sérvios e muitos muçulmanos eslovenos e bósnios lutaram ao lado dos aliados (Trbovich, 2008).

A Jugoslávia enfrentava não só uma invasão estrangeira aos seus territórios como ao mesmo tempo estava a ser conduzida uma guerra civil entre croatas e sérvios, originando a criação de um regime extremista e ditatorial apoiado pelos Nazis, os *ustaše*, cuja prática centrava-se na destruição de todas as marcas nacionais sérvias, adotando uma política de purificação étnica, religiosa e política, tendo cometido genocídio contra a população sérvia, judeus e outras minorias, atos estes que teriam repercussões permanentes nas relações sérvias-croatas (Trbovich, 2008; Mazat, 2011).

A perseguição dos sérvios resultou em massacres de larga escala, tanto em campos de concentração como no extermínio de aldeias. Trbovich (2008, p. 138) refere que “uma das características mais desconcertantes do regime *ustaše* foi o apoio explícito e implícito de algumas secções da Igreja Católica [...] Até os nazis alemães ficaram chocados com a extensão dos crimes croatas *ustaše*, e intrigados com o seu fascínio pelo catolicismo, razão pela qual o catolicismo desempenhou um papel crucial no nacionalismo croata”.

O plano *ustaše* visava o seguinte esquema: abater um terço da população sérvia, expulsar um terço do seu país natal e converter o resto ao catolicismo (*vide* Figura 1) (Ognyanova, 2000).



Figura 1 – Zonas ocupadas 1941-1943
 Fonte: Disponível em Wikipédia (s.d.).

Do lado Sérvio surgem dois movimentos de resistência baseados em ideologias muito dispares. O primeiro, os *chetniks*, de etnia predominante sérvia, também incluíam outros jugoslavos, como os eslovenos, era composto essencialmente por elementos do antigo exército jugoslavo, cujo objetivo inicial era restaurar a monarquia pré-guerra na estrutura do estado unitário, no entanto, no decurso da guerra acabam por aceitar uma estrutura federativa, embora com uma unidade sérvia dominante (Trbovich, 2008).

Josip Broz “Tito”, líder do partido Comunista Jugoslavo, inicialmente com o apoio de Stalin organizou o segundo movimento de resistência, os *partisans*. Apesar de Tito ser de origem croata, o movimento era composto maioritariamente por sérvios vindos de áreas do país onde os fascistas croatas cometeram genocídio. Os *Partisans* introduziram o conceito leninista de autodeterminação nacional no seu programa político, confiando em sentimentos patrióticos e nacionalistas. O apelo partidário ao nacionalismo caracteriza o discurso de 1942 de Tito onde ele afirmou “Aqui na Bósnia, vocês da Sérvia e Montenegro, lutam contra todos os inimigos, e continuarão a fazê-lo, pois isso é ao mesmo tempo uma luta pela liberdade dos sérvios e montenegrinos. E amanhã, quando chegar a altura - garanto-vos, camaradas, que o tempo não está longe - marcharão novamente para a Sérvia, Montenegro... para libertar o vosso povo” (Trbovich, 2008, p. 135).

Os *partisans* não tinham uma agenda de liquidação dos seus inimigos, o seu slogan “irmandade e unidade” assentava na unificação de todas as nações jugoslavas. Os *chetniks* e *partisans* cooperaram em grande parte nas suas atividades contra as forças do Eixo (Trbovich, 2008). Segundo Ognyanova (2000) a literatura não é consensual uma vez que autores sérvios culpabilizam os *ustaše* pelo início da guerra nacionalista para o mote da criação de um estado independente croata, e por outro lado, autores croatas referem que os *ustaše* não foram instigadores, mas vítimas dos ataques *chetniks*.

3.5. APÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, Tito apoio por Moscovo e Londres estava determinado a liderar um Estado comunista independente, ganhou as eleições de 11 de novembro de 1945 com mais de 90% dos votos, materializando a criação da “segunda” Jugoslávia – Federação Jugoslava, cuja política foi caracterizada como sendo um misto de opressão e liberdade, o regime de Tito proporcionou o exercício livre da religião, reconheceu a etnia muçulmana em 1961 e a nacionalidade muçulmana em 1974 e por outro lado reprimiu os movimentos nacionalistas o que contribuiu para que as regiões da Jugoslávia se mantivessem unidas até sua morte em 1980 (Aguilar & Mathias, 2012).

O processo de fragmentação da Jugoslávia generalizou-se por todas as regiões, em 1991, após o fim da Guerra Fria, no decurso da crise dos países socialistas e dissolução da União Soviética. A Croácia, Eslovénia, Macedónia e Bósnia decretam a sua independência pondo fim à federação jugoslava e desencadeando guerras civis internas reacendendo os velhos ódios entre de *ustaše* e *chetniks*, mas as consequências mais dolorosas haviam de se repercutir na Bósnia, resultando numa violenta guerra civil que durou até 1995 resultando 200.000 mortos e 1 milhão de refugiados (Correia, 2004; Galgano & Palka, 2011).

Como resultado dessas disputas, a dispersão étnica foi-se reajustando verificando se uma maior dispersão étnica na Bósnia e na Sérvia, nas regiões de fronteira entre Montenegro e o Kosovo. e Bulgária.

3.6. NACIONALISMO ENQUANTO CATALISADOR DA VIOLÊNCIA

A formação histórica e geopolítica da Jugoslávia permite perceber a realidade multiétnica e a origem dos conflitos entre as diferentes nacionalidades e minorias movidas por ideologias nacionalistas mais radicais decorrentes das migrações forçadas e da disputa pelos espaços nacionais que a geografia política, tornando-se um dos fatores de maior instabilidade (vide Figura 2) (Apostolova, 1994; Correia, 2004).



Figura 2 – Principais etnias e nacionalidades na ex-Iugoslávia

Fonte: Disponível em Wikipédia (s.d.).

O constantes avanços e recuos das fronteiras dos impérios na consolidação dos espaços nacionais que ocorreram sempre num ambiente de tensão e conflitualidade originou a criação de bolsas de minorias, que apesar de haver uma raiz étnica eslava comum as divisões dos Balcãs separam os interesse sérvios, para a criação da Grande Sérvia e croatas na criação da Grande Croácia na disputa e controlo pela Bósnia, esta conflitualidade agudizou-se durante a ocupação Nazi resultando marcas profundas no relacionamento entre sérvios e croatas (Correia, 2004).

O nacionalismo surge com maior evidencia nos períodos de crise, note-se que durante a ocupação dos Balcãs na Segunda Guerra Mundial surgiu o movimento unificador *partisans* de Tito, no entanto, quando o objetivo é expansionista “pan-nacionalismo” assume um carater violento apoiado nas diferentes estruturas que no caso da *ustsa* no apoio à criação de uma Grande Croácia foram perpetrados genocídios étnicos a sérvios e outras minorias. Responde-se à questão derivada “O nacionalismo é um catalisador de violência?”

4. IMPLICAÇÕES SECURITÁRIAS

Considerando os fatores anteriormente caracterizados e que potenciam o reforço e ressurgimento dos nacionalismos étnicos, importa refletir acerca das implicações securitárias que daí advém.

A formação histórica e geopolítica da Jugoslávia permite perceber a realidade

multiétnica e a origem dos conflitos entre as diferentes nacionalidades e minorias movidas por ideologias nacionalistas mais radicais decorrentes das migrações forçadas e da disputa pelos espaços nacionais que a geografia política, tornando-se um dos fatores de maior instabilidade (Apostolova, 1994; Correia, 2004).

As duas Guerras dos Balcãs moldaram o mapa do sudeste da Europa originando grandes movimentos populacionais, tendo sido cometidas atrocidades contra as populações muçulmanas do Kosovo fazendo com que estas se tivessem deslocado para a Turquia e Albânia em procura de segurança. (Hall, 2014). A vitória Sérvia transmitiu uma sensação de sucesso nacional tendo os partidos políticos adotado os componentes do nacionalismo fortalecendo os ideais de Estado e libertação do Império Austro-húngaro recorrendo a atos violentos (Trbovich, 2008; Hall, 2014).

Perante a Primeira Guerra, com o intuito de mitigar futuras influências alemãs e italianas, representantes Sérvios, Croatas e Eslovenos através da Declaração de Corfu, após a Guerra é materializada a unificação dos seus países num só Reino (Trbovich, 2008) (Hall, 2014). No entanto pairava o sentimento de que os “os Sérvios regulavam”, os “Croatas discutiam” e os “Eslovenos pagavam” (Šesták et al., 1998, p. 380 cit. por Jovanović, 2017, p. 50), levando à formação de partidos populistas locais, colocando o futuro da “primeira” Jugoslávia numa posição instável.

Neste contexto, o populismo, apesar de não ser objeto de estudo do presente trabalho, segundo o argumento de Metz (2018), poderá aumentar as possibilidades de conflitos quando dos líderes populistas, conotados a alas mais radicais e fundamentalistas cujos ideais tendem a fragilizar as instituições, assumindo em caso extremos o autoritarismo com um sentimento de falsa democracia.

O assassinato dos deputados croatas na assembleia, foi o fator que contribuiu para a proibição dos partidos nacionalistas, no entanto, os nacionalistas radicais croatas inspirados pela veia extremista de Ante Starčević são formados os *ustaše*, organização que, numa fase inicial, recorreu a meios terroristas e luta armada, para alcançar as suas ambições nacionalistas e independentistas para a criação da “Grande Croácia”, sendo de realçar o assassinato do Rei Alexandre durante uma visita de estado, com o apoio de Itália (Trbovich, 2008; Hall, 2014).

O movimento *ustaše* estava estabelecido em pleno durante a segunda guerra, com o apoio dos Nazis e de algumas secções da Igreja Católica estavam descartadas eventuais cooperações entre a Sérvia e a Croácia. Até os Nazis ficaram chocados com a extensão dos crimes croatas *ustaše*, e intrigados com o seu fascínio pelo catolicismo, um jornal alemão à época descreveu a causa *ustaše* como “uma extraordinária luta eclesiástica”, razão pela qual o catolicismo desempenhou um papel crucial no nacionalismo croata em oposição aos sérvios, a religião encarnava

a principal diferença entre croatas e sérvios, que possuíam características étnico-linguísticas semelhantes (Trbovich, 2008).

O constantes avanços e recuos das fronteiras dos impérios na consolidação dos espaços nacionais que ocorreram sempre num ambiente de tensão e conflitualidade originou a criação de bolsas de minorias, que apesar de haver uma raiz étnica eslava comum as divisões dos Balcãs separam os interesse sérvios, para a criação da Grande Sérvia e croatas na criação da Grande Croácia na disputa e controlo pela Bósnia, esta conflitualidade agudizou-se durante a ocupação Nazi onde os grupos extremistas *ustaše*, colaboracionista com os alemães e maioritariamente sérvio se defrontou com os *tchetniks*, movimento nacionalista apoiado pelas fações monárquicas, deste conflito interno resultaram marcas profundas para o futuro no relacionamento entre sérvios e croatas (Correia, 2004).

O genocídio croata contra os sérvios, reside profundamente nas mentes dos sérvios desde a Segunda Guerra Mundial, reforçando fortemente o seu sentido de vulnerabilidade e o medo da perda de identidade nacional. Muitos sérvios juntaram-se ao movimento *partisans* sem compreenderem verdadeiramente quais eram os seus objetivos políticos e ideológicos nem tão pouco qual era a ligação com a União Soviética, para muitos a “mãe Rússia” era a protetora do Cristianismo Ortodoxo Eslovo (Trbovich, 2008).

Os *partisans* foi o movimento da resistência que mais se afirmou, a sua estratégia era ofensiva em relação aos Nazis e movia-se pela sua ideologia leninista de autodeterminação em detrimento da causa etnia, sendo de notar que “Tito” era de origem Croata. Este movimento foi apoiado pelos Aliados e também da União Soviética, tendo no final da Segunda Guerra vem trazer uma dinâmica unificadora do nacionalismo jugoslavo que acaba por se impor e perdurar até à morte de “Tito em 1980 (Correia, 2004)

A Rússia ao longo do tempo procurou apoiar as posições sérvias, “principal intérprete do mundo ortodoxo na Jugoslávia”, no entanto face ao recuo estratégico que se encontrava no final da Guerra Fria acaba por ceder e perder influência nos Balcãs (Correia, 2004).

4.1. DESAFIOS DECORRENTES DO NACIONALISMO

No campo da polemologia enfatizam-se neste capítulo as consequências das guerras que ocorreram nos Balcãs promovidas pelos nacionalismos resultando em limpezas étnicas, redistribuição de comunidades e repovoamento em disputa pelo reconhecimento dos limites geográficos e territoriais. No caso da Jugoslávia verificou-se que o nacionalismo emergiu nos períodos de crise tornando-se a relação entre violência e nacionalismo mais forte quanto uma estrutura política ou movimento

incita à violência estruturada para alcançar os seus fins políticos e independentistas.

A estabilidade da região, em particular na Bósnia “é algo artificial, porque é garantida pela presença de forças estrangeiras de manutenção da paz [...] as esperanças da Organização das Nações Unidas de que possam atenuar-se os conflitos nacionais e étnicos[...] têm sido contrariados pelos sucessivos processos eleitorais efetuados depois dos processos de paz que têm reforçado os partidos de base identitária quer nacionalista quer religiosa [...] os Balcãs, presumivelmente, vão perdurar zona de tensão e conflito” (Correia, 2004, p. 266).

Dada a importância geopolítica dos Balcãs e perante a multiplicidade étnica e religiosa, esta região, principalmente a Bósnia é particularmente vulnerável às influências exteriores que poderão alimentar o ressurgimento dos nacionalismos étnicos e ódios não sanados do passado, garantir a estabilidade e promover o desenvolvimento da região por forma a evitar crises, sejam elas políticas ou económicas serão os principais desafios com que a Comunidade internacional depara, no entanto essa vontade poderá ser comprometida mediante as agendas políticas e estratégicas particulares dos atores externos e internos, responde-se assim à questão “Quais os principais desafios securitários que decorrem do nacionalismo?”

5. CONCLUSÕES

Os Balcãs ocupam uma posição de elevado valor geoestratégica uma vez que se constitui como plataforma de ligação entre os continentes europeu e asiático, tendo sido um local de intercâmbio de culturas e disputa entre impérios ao longo da história, fator que contribuiu para a multiculturalidade e diversidade étnica alimentando a conflitualidade étnica e religiosa através de movimentos nacionalistas que degeneravam em genocídios, limpeza étnica e deslocação forçada de minorias.

O “pan-eslavismo” enquanto projeto de unificação dos povos eslavos não teve sucesso na integração dos eslavos do Sul, uma vez que nos períodos onde foi possível uma aparente unificação da Jugoslávia, os sistemas políticos de Alexandre e de Tito eram regimes totalitários, que quando terminados assistiu-se nas regiões Jugoslavas movimentos independentistas movidos por fatores étnicos e religiosos enquanto pendão identitário.

Nos períodos independentistas movidos pelos ideais nacionalistas a conflitualidade assumiu um caráter de violência assente nas estruturas de movimentos radicais que perpetuaram massacres, genocídios e deslocação forçada da população. A Bósnia é a região com maior dispersão étnica e por sua vez mais instável no que respeita ao ressurgimento dos ódios étnicos movidos através do nacionalismo.

Decorrente da breve investigação centrada nos nacionalismos étnicos na Jugoslávia, foram identificadas implicações essencialmente ao nível securitário e polemológico, que concorrem para o problema da imigração e um jogo de interesses geopolíticos de diversos atores para a região que exercem o poder de influência, seja económica, política ou cultural na prossecução dos seus interesses, fator este que contribuiu e tem contribuído aumentar a instabilidade e prosperidade da região.

Apesar dos esforços da Comunidade Internacional na promoção da estabilização da região, esta estabilidade poderá ser “artificial”, garantida pela presença de forças e organizações internacionais. Da investigação efetuada infere-se que nos períodos de crise dá-se o recrudescimento dos nacionalismos étnicos gerando tensões entre etnias e minorias com um passado marcado de violência extrema, corroborando-se a forte relação que nacionalismo étnico e a violência assumem nos períodos de crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguilar, S., & Mathias, A. (2012). Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 4(8), 438-458. Retirado de <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10494/6836>
- Apostolova, M. S. (1994) Iugoslávia: crônica de uma crise. *Revista Brasil Política Internacional*, 37, 82-105.
- Auer, S. (2004). *Liberal Nationalism in Central Europe*. London : Routledgecurzon.
- Baumgratz, D. (2017). O Estado, a Nação e o Estado-Nação. *Revista Alamedas*, 5(2), 28-40. Retirado de <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/18293/12393>
- Berberoglu, B. (1995). *The national question : nationalism, ethnic conflict, and self-determination in the 20th century*. Philadelphia: Temple University Press.
- Branco, A. (2009). *Os Nacionalismos nos Séculos XVIII, XIX e XX: o Princípio Construtivo da Modernidade numa Prespetiva Histórica - Filosôfica e Ideológica. Um Caso Paradigmático: a Alemanha*. [versão PDF]. Retirado de <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium36/7.pdf>
- Foster, S. (2016). *Corfu Declaration* [versão PDF]. Retirado de https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-corfu_declaration-2016-06-24.pdf
- Galgano, F., & Palka, E. (2011). *Modern Military Geography*. New York: Routledge.
- Galtung, J. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191. Retirado de http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_7/Galtung_Violence,%20Peace,%20and%20Peace%20Research.pdf

- Heitmeyer, W., Haupt, H.-G., Malthaner, S., & Kirschner, A. (2011). *Control of Violence*. London: Springer.
- Kaldor, M. (2012). *New & old Wars - Organised Violence in a Global Era* (3rd Edition ed.). Cambridge: Polity Press.
- King, C. (2010). *Extreme Politics: Nationalism, Violence, and the End of Eastern Europe*. New York: Oxford University Press, Inc.
- Kohn, H. (1944). *The Idea of Nationalism*. New York: Collier Books.
- Lopes, J. (2017). *Ressurgimento dos Nacionalismos na Europa?* Retirado de https://observare.autonoma.pt/conference/images/congresso_2017/Acta_IIICongresso_JoanaLopes.pdf
- Malešević, S. (2013). Is Nationalism Intrinsicly Violent? *Nationalism and Ethnic Politics*, Retirado de <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13537113.2013.761894?needAccess=true>
- Mazat, N. (2011). *A Iugoslávia de Tito: a gênese de um estado original no contexto da Guerra Fria (1945-1965)*. Retirado de <https://www.researchgate.net/publication/327920493>
- Meinecke, F. (1970). *Cosmopolitanism and the National State*. Princeton: Princeton University Press.
- Metz, S. (2018). The Rise of Identity Populism is Making the World More Dangerous. [Página *online*]. Retirado de <https://www.worldpoliticsreview.com/insights/26663/the-rise-of-identity-populism-is-making-the-world-more-dangerous>
- Muro, D., & Quiroga, A. (2005). Spanish nationalism: Ethnic or civic? Retirado de https://www.researchgate.net/publication/258136736_Spanish_nationalism_Ethnic_or_civic
- Ognyanova, I. (2000). *Nationalism and National Policy in Independent State of Croatia (1941-1945)*. [versão PDF]. Retirado de <http://www.iwm.at/wp-content/uploads/jc-06-05.pdf>
- Plamenatz, J. (1976). *Nationalism: The Nature and Evolution of an Idea*. Camberra: Australian National University Press
- Polyakova, A., & Fligstein, N. (2016). Is European integration causing Europe to become more nationalist? Evidence from the 2007-9 financial crisis. *Journal of European Public Policy*, 23:1, 60-83. Retirado de <https://tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13501763.2015.1080286?needAccess=true>
- Romão, F. (2012). Nacionalismos centrípetos e centrífugos e conflitualidade: o caso espanhol. (*Tese de Doutoramento em Relações Internacionais*). Faculdade de Economica Universidade de Coimbra [FEUC], Coimbra.

- Santos, L., Proença, F., Monteiro, F., Lima, J., Silva, N., Silva, J., . . . Afonso, C. (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Seymour, M. (1999). On Redefining the Nation. *The Monist*, 82(3), 411-445. Retirado de <https://academic.oup.com/monist/article-abstract/82/3/411/996094?redirectedFrom=fulltext>
- Smith, A., & Hutchinson, J. (1994). *Nationalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Trbovich, A. (2008). *A Legal Geography of Yugoslavia's Desintegration*. New York: Oxford University Press.
- Wikipédia. (s.d.). História da Jugoslávia. [Página *online*] Retirado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Jugosl%C3%A1via

3. AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NA CRISE DAS MIGRAÇÕES: DESAFIOS SECURITÁRIOS PARA A EUROPA

Ana Patrícia Cardoso Lopes

Major da Guarda Nacional Republicana
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/20
Lisboa, Portugal

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios securitários decorrentes dos movimentos secundários de migrantes na União Europeia, resultado da crise das migrações que tem assolado a Europa na última década, e sua exposição a organizações criminosas. Após contextualização da temática, abordaram-se os movimentos secundários no contexto das migrações, aludindo aos mecanismos de coordenação e instrumentos operacionais disponíveis para os tentar conter, bem como as ameaças e implicações securitárias para a União Europeia. O fenómeno dos movimentos secundários de migrantes tem evidenciado uma tendência crescente ao longo dos últimos anos, situação que se revelou uma oportunidade para as organizações criminosas que exploram a fragilidade desta população que, na procura de melhores condições de vida junto das suas comunidades, têm procurado diferentes países daqueles que são determinados pelas normas do Regulamento de Dublin, o que os coloca numa situação irregular. Concluiu-se que a União Europeia enfrenta assim um conjunto de desafios securitários diversificado, quer ao nível da segurança comum, quer ao nível da segurança humana, que urge solucionar, recorrendo para tal a mecanismos como a EUROPOL, a EUROJUST e a FRONTEX, que se pretendem cada vez mais reforçados mas, fundamentalmente, que os Estados-Membros cumpram rigorosamente as políticas de asilo da União Europeia, possibilitando assim uma melhor coordenação neste âmbito.

Palavras-chave: movimentos secundários de migrantes, organizações criminosas, União Europeia.

ABSTRACT

This work aims to examine the security challenges arising from secondary migrant movements in the European Union, the result of the migration crisis that has plagued Europe over the past decade, and its exposure to organized crime groups. After contextualizing the theme, secondary movements were addressed in the context

of migrations, alluding to the coordination mechanisms and operational instruments available to try to contain them, as well as the threats and security implications for the European Union. The phenomenon of secondary migrant movements has shown a growing trend over the past few years, a situation that has proved to be an opportunity for criminal organizations exploiting the fragility of this population, which, in the search for better living conditions among their communities have sought different countries from those determined by the rules of the Dublin Regulation, which puts them in an irregular situation. It was concluded that the European Union thus faces a diverse set of security challenges, both in terms of common security and in terms of human security, which needs to be resolved, using mechanisms such as EUROPOL, EUROJUST and FRONTEX, which should be strengthened, but fundamentally, member states strictly comply with the Asylum Policies of the European Union, thus enabling better coordination in this area.

Keywords: *secondary movements, organized crime, European Union.*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo a problemática dos movimentos secundários⁴⁹ originados pela crise das migrações e sua exposição a organizações criminosas (OC).

Recorrendo à hipótese de reformulação do enquadramento e posicionamento dos Estudos Estratégicos de Pedro Borges Graça (2014, pp. 78-79), focar-se-á esta investigação na *area study temático* dos Estudos de Segurança, levando em consideração a observação especial necessária que o mesmo autor destaca, fruto da abrangência do conceito de *segurança*. Na realidade, ao longo dos últimos anos, a temática das migrações tem sido tratada pelos Estados como relacionada com a (in)segurança das sociedades receptoras dessas migrações (Figueira, 2015).

Não aprofundando o conceito de segurança, mas posicionando a temática ora em apreço na já mencionada *area study*, e recorrendo aos ensinamentos de Silva Ribeiro (s.d., p. 5), levar-se-á em consideração a incidência do estudo na segurança comum, pois a delimitação incidirá sobre a União Europeia (UE), e na segurança humana, em respeito pela problemática da crise das migrações.

A crise das migrações constitui-se como um dos maiores fenómenos

⁴⁹ O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) adotou o termo “movimentos em diante” (tradução livre de *onward movements*) em detrimento de “movimentos secundários” “para refletir o facto de que tais movimentos envolvem, na maioria dos casos, estágios terciários ou múltiplos” (Carrera, Stefan, Cortinovis, & Luk, 2019).

sociais e políticos dos nossos tempos, tendo a própria *International Organization for Migration* afirmado que a Europa enfrentou, em 2015, a maior crise migratória desde a 2ª Guerra Mundial (Slot, 2016).

Não obstante a redução dos fluxos migratórios nas fronteiras externas da UE, a EUROPOL⁵⁰ atesta que as OC estão a focar-se na facilitação de imigração ilegal dentro da UE, constituindo o contrabando de migrantes nos movimentos secundários uma verdadeira ameaça à integridade da livre circulação no espaço Schengen e, por inerência, à segurança interna da União (EUROPOL, 2019).

Para melhor compreender a influência destes movimentos no contexto da segurança do espaço da UE, define-se como Objetivo Geral (OG) deste estudo a seguinte premissa: Identificar os desafios securitários para a UE decorrentes dos movimentos secundários de migrantes.

Para sustentar tal objetivo geral formulou-se a seguinte Questão Central (QC):

Quais os desafios securitários para a UE decorrentes dos movimentos secundários, de migrantes?

De forma a conseguir responder ao OG da investigação, torna-se necessário atingir os seguintes Objetivos Específicos (OE):

- OE 1. Compreender os movimentos secundários dentro do fenómeno da migração;
- OE 2. Identificar e analisar os mecanismos e instrumentos da UE no combate às OC, no âmbito dos movimentos secundários;
- OE 3. Identificar as ameaças decorrentes dos movimentos secundários.

Para os objetivos estabelecidos para este estudo, recorre-se a uma metodologia baseada no raciocínio dedutivo, optando-se por uma estratégia de investigação qualitativa, alicerçada em análise documental de vasta bibliografia, tendo em vista um entendimento aprofundado sobre o tema e suas envolventes (Santos, L. & Lima, J. (Coord.), 2019).

De referir que esta investigação será delimitada temporalmente desde o ano 2015, pico da crise das migrações, até à presente data, sendo o foco da mesma a problemática dos movimentos secundários dentro do espaço da UE.

Este trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos, constituindo o primeiro a presente introdução. No segundo capítulo alude-se ao estado da arte no que respeita à problemática dos movimentos secundários e OC. Seguidamente, faz-se um enquadramento concetual onde se apresentarão os conceitos basilares para uma melhor compreensão do problema, nomeadamente no que concerne às questões legais em vigor na UE para efeitos de requisição de asilo pelos migrantes.

⁵⁰ Agência Europeia da UE para a cooperação policial.

O quarto capítulo enforma o coração do trabalho, no qual se abordam os movimentos secundários na UE, os mecanismos e instrumentos à disposição dos Estados-Membros (EM) da UE para conter e controlar estes movimentos e, por fim, procurar-se-á identificar as ameaças que deles decorrem em matéria securitária. No quinto capítulo é feita uma análise das implicações que advêm desta problemática. Finalmente, tecer-se-á um elenco de conclusões sobre o fenómeno ora analisado.

2. ESTADO DA ARTE

Vários estudos têm sido realizados sobre a crise das migrações e o seu impacto nas questões securitárias, pelo que, fruto da sua objetividade, salienta-se o recente estudo efetuado por Fernando Álvarez (2019), com o tema *Migration and Security: a european perspective*, focado no fenómeno das migrações sob o ponto de vista securitário, seus métodos, riscos inerentes e políticas da UE em vigor, defendendo a implementação de medidas conducentes à gestão da migração, ao invés da mera contenção.

Na mesma linha, também Paulo Nicolau (2017) analisou o fenómeno da crise migratória, sublinhando a importância da cooperação dos EM na resolução da problemática, particularizando o contributo de Portugal.

Outro assunto amplamente explorado respeita ao papel das OC na crise migratória, sendo que neste prisma se destaca o relatório conjunto da EUROPOL/INTERPOL (2016), alusivo às redes de contrabando de migrantes na Europa, do qual é possível extrair uma perspetiva global sobre a influência das OC na crise das migrações, descrevendo as redes e sua estrutura, *modus operandi* e tipologia de crimes associados, bem como os riscos e recomendações inerentes.

A crise das migrações, inicialmente focada na fronteira externa da UE, viria, entretanto, a criar um novo fenómeno causado pelo excessivo número de pedidos de asilo junto dos diferentes EM, do qual decorrem, necessariamente, movimentos secundários de migrantes e refugiados ao longo das fronteiras internas da UE, num claro desafio à continuidade da livre circulação.

Sobre movimentos secundários de migrantes releva-se o estudo efetuado por Brekke e Brochman (2014), no qual efetuam uma abordagem comparativa da forma como os diferentes EM encaram as políticas de asilo e a materialização da Convenção de Dublin.

Destaca-se ainda o trabalho desenvolvido por Wagner, Perumadan e Baumgartner (2019), no contexto de avaliação do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), no qual são mapeadas as diferentes políticas em torno dos movimentos secundários, com alusão às causas deste fenómeno e ao diferente tratamento a que os migrantes são sujeitos nos EM, tendo em vista o estabelecimento de mecanismos capazes de debelar

tais movimentos. De salientar a metodologia usada por estes autores, sustentada em entrevistas a migrantes, candidatos e beneficiários de proteção internacional, o que enriquece de forma inestimável o ganho conclusivo em torno desta problemática.

Face ao exposto, afigura-se que os movimentos secundários de migrantes têm vindo a ser estudados sob o ponto de vista das políticas da UE relacionadas com a concessão de asilo e do ponto de vista das condições degradantes a que os migrantes são sujeitos, contudo não aprofundados numa vertente de análise das ameaças provenientes deste fenómeno e suas implicações em matéria de segurança.

3. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

No contexto das migrações, fruto do elevado número de migrantes e requerentes de asilo que continuam a chegar à UE, destaca-se a criação do SECA, sustentado pelo denominado Regulamento de Dublin⁵¹. Este Regulamento é a pedra angular do SECA, pois determina as responsabilidades em matéria de análise dos pedidos de asilo apresentados nos EM. Em sintonia com este Regulamento, e também fundamental para o controlo dos movimentos secundários de migrantes na UE, releva-se o Regulamento Eurodac⁵², que cria uma base de dados de impressões digitais que habilita os EM a determinar o país responsável pela análise de pedidos de asilo, através da comparação de impressões digitais, sendo um dos melhores mecanismos para aferir e quantificar esta problemática (Parlamento Europeu, 2017).

Estes movimentos secundários de migrantes⁵³ podem ser considerados como as deslocações realizadas por cidadãos de países terceiros e apátridas de um EM da UE, ou país associado a Schengen, para outro, sem o consentimento prévio das autoridades nacionais, com ou sem o apoio de criminosos (EUROPOL, 2019). Outra definição, que se adota para efeitos de análise do presente trabalho, classifica os movimentos secundários como fenómeno de migrantes, incluindo refugiados e requerentes de asilo, que por várias razões se deslocam do país de primeira entrada na UE, para solicitar proteção num outro EM (Parlamento Europeu, 2017).

Associadas a este fenómeno surgem diversas OC que exploram as fragilidades decorrentes da crise das migrações, pelo que se alude ao estipulado pela EUROPOL (2019), ao definir estas organizações como uma entidade estruturada,

⁵¹ Regulamento (UE) n.º 604/2013 - estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou um apátrida.

⁵² Última redação pelo Regulamento (UE) n.º 603/2013 - relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) n.º 604/2013.

⁵³ Não existindo uma definição universalmente aceite no plano internacional, leva-se em consideração a definição estatuída pelo Glossário sobre Migrações: Migrantes correspondem aos indivíduos que decidem migrar de forma livre por razões de conveniência pessoal e sem fatores externos que o obriguem a tal (Organização Internacional para as Migrações, 2009).

estabelecida ao longo de um período de tempo, por mais de duas pessoas, agindo em concertação para cometer crimes puníveis com privação de liberdade, para obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro material.

O fenómeno dos movimentos secundários está exposto a ilícitos vários, dos quais se salienta o designado contrabando de migrantes, que se assume como a facilitação da entrada ilegal ou irregular de uma pessoa num determinado EM, do qual não é residente nacional, mediante a aquisição de benefícios financeiros ou materiais (Aquino, 2018). A particularidade do contrabando de migrantes, em oposição ao tráfico de seres humanos, reside no consentimento, pois decorre de um ato voluntário, sem exploração, não obstante ocorrer, muitas das vezes, em condições degradantes e perigosas (Aquino, 2018).

A EUROPOL, no seu relatório de avaliação de ameaças em contexto de criminalidade organizada (SOCTA⁵⁴), incluiu o contrabando de migrantes associado aos movimentos secundários nas ameaças mais elevadas para a UE (EUROPOL, 2017), pelo que se reveste da maior importância analisar este assunto, até por que esta problemática tem assumido uma tendência crescente⁵⁵.

Na mesma linha de pensamento, Paulo Nicolau (2017) justifica que a UE foi exposta a novos desafios pela crise das migrações ocorrida em 2015, o que viria a pôr em causa os seus pilares estratégicos de desenvolvimento, evidenciando um conjunto de fragilidades, nomeadamente no que respeita à ausência de mecanismos de proteção internacional e a falta de uma capacidade imediata de resposta no âmbito da gestão das fronteiras externas.

4. INVESTIGAÇÃO

4.1. OS MOVIMENTOS SECUNDÁRIOS NA UNIÃO EUROPEIA

Como referia Maihold (2018), a crise de 2015 criou uma pressão excessiva nas fronteiras externas da UE, não tendo os EM afetados sido capazes de oferecer aos migrantes asilo e proteção, também pela falta de capacidade de registo e identificação, o que levou à proliferação de movimentos secundários, catalisando a exposição das fragilidades do sistema supranacional Schengen.

Destaca a EUROPOL que, desde 2018, o fluxo migratório global continua a diminuir, notando-se, contrariamente, um aumento na procura, por parte de migrantes, de serviços de facilitação que lhes permita a execução dos movimentos secundários, especialmente ao longo dos Balcãs e através do Canal da Mancha (*vide* Figura 1) (EUROPOL, 2019).

⁵⁴ *Serious and Organised Crime Threat Assessment*.

⁵⁵ Conforme o relatório do Eurodac de 2015, os movimentos secundários totalizavam 273 701 migrantes. Em 2016 ascendeu aos 307 mil e em 2018 foram contabilizados cerca de 400 000 (CE, 2019).



Figura 1 – Rotas do Contrabando de Migrantes

Fonte: Disponível em EUROPOL (2017).

Aludindo a Radjenovic (2017), as razões associadas a estes movimentos estão relacionadas com motivos justificáveis, tais como limites de disponibilidade e padrões deficitários de proteção, obstáculos na obtenção de documentação, desejo de unir família e comunidades, falta de acesso a canais de migração regulares e desejo de encontrar oportunidades melhores.

Denote-se que os movimentos secundários não são apenas integrados pelos migrantes que aguardam decisões sobre requisição de asilo, uma vez que um número significativo de refugiados, já com proteção internacional conferida, continuam a movimentar-se entre diferentes EM, tendo em vista também melhores condições de vida e perspetivas de integração (Colombo, 2019).

Dados recentes, do Eurodac, apontam para o facto de em 2018 terem sido detetados cerca de 400 000 resultados positivos de impressões digitais de pessoas em movimentos secundários, sendo os países mais afetados, enquanto destino, a França e a Alemanha, e com registo de entrada via Itália e Grécia (CE, 2019).

De acordo com o mais recente relatório de análise de risco da FRONTEX, os movimentos secundários continuaram a aumentar em 2019, pelo terceiro ano consecutivo, salientando-se também um aumento dos movimentos levados a efeito por via marítima.

Esta problemática vem colocar em causa o SECA, nomeadamente no que respeita ao Regulamento de Dublin, pois quando um migrante requer asilo num

determinado EM tem de aguardar que lhe seja determinado o país que analisará o seu pedido de proteção internacional. Este processo demora cerca de seis meses, durante os quais o migrante ali terá de permanecer até que lhe seja comunicada a decisão (SEF, s.d.).

Caso o migrante abandone o país ou permaneça com paradeiro desconhecido, no intuito de não ser transferido, poderá ser detido e conduzido a um centro de instalação temporária. No caso de ser detetado num EM diferente será transferido para o EM onde realizou o pedido. Ainda ao abrigo do mesmo Regulamento, a decisão da determinação do país responsável terá por base a existência de membros familiares, emissão de visto ou autorização de residência, a permanência regular ou irregular anterior, ou se já possuía pedido de proteção internacional pendente noutro EM (SEF, s.d.).

A título de exemplo, só em Portugal, entre o ano de 2015 a 2018, ao abrigo do Programa de Recolocação, das 1520 pessoas que chegaram ao nosso país, 768 integravam movimentos secundários, das quais 79, no âmbito do Regulamento de Dublin, sofreram retomas a cargo, o que significa que 689 estão ausentes do país, em parte incerta. Em termos de caracterização desta população pode afirmar-se que 54% dos movimentos secundários correspondem a adultos isolados e 45% a famílias. As razões para o abandono foram justificadas por as principais nacionalidades transferidas para Portugal, nomeadamente sírios, iraquianos e eritreus, não possuírem comunidades prévias instaladas no nosso território, o que se traduziu em dificuldades de adaptação à língua e cultura (Alto Comissariado para as Migrações, IP, 2017).

Como se pode verificar, o sucesso das políticas da UE depende da forma como os EM empregam os instrumentos e se coordenam através dos mecanismos disponíveis para controlar esta ameaça, pelo que seguidamente passar-se-á a analisar os mais relevantes nesta matéria.

4.2. MECANISMOS E INSTRUMENTOS USADOS PELA UNIÃO EUROPEIA

No que respeita ao controlo dos movimentos secundários e à tentativa da UE em mitigar o problema, assume especial relevo o já mencionado SECA, cujo objetivo passa pela limitação desses movimentos, no entanto, o elevado fluxo de requerentes de asilo mostrou que o sistema tem sido incapaz de desencorajar tais deslocamentos (Radjenovic, 2017). Este mecanismo é suportado pelo instrumento operacional do Regulamento de Dublin, o Eurodac, que, embora possa fornecer um panorama sobre os movimentos secundários, não poderá ser assumido como representativo da globalidade dos movimentos (CE, 2017).

Em paralelo a este instrumento, as forças policiais recorrem às bases de

dados de pessoas e objetos do Sistema de Informação de Schengen de 2ª geração⁵⁶ (SIS II) e ao Sistema de Informação sobre Vistos⁵⁷ (VIS) (EUR-Lex, 2020). Estes instrumentos são parte integrante da Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala, a eu-LISA, responsável pelo intercâmbio contínuo de dados entre EM.

Na senda do combate ao contrabando de migrantes e ao auxílio à imigração ilegal, importa a adoção, por parte dos EM, de uma abordagem abrangente, multidisciplinar e transfronteiriça, envolvendo agências europeias como a EUROPOL⁵⁸, EUROJUST⁵⁹ e FRONTEX (Conselho da União Europeia, 2016).

A EUROPOL, constitui-se como um mecanismo de cooperação mútua de luta e prevenção da criminalidade grave que afete dois ou mais EM (EUR-Lex, 2020). No plano da cooperação judiciária realça-se a EUROJUST, cujos objetivos assentam na estimulação e melhoramento da coordenação e cooperação entre as autoridades judiciárias dos vários EM.

A operacionalização desta cooperação, quer ao nível policial quer judiciário, materializa-se na criação de *Joint Investigation Teams* (JIT), equipas conjuntas de investigação, formadas por dois ou mais EM, para fazer face à criminalidade transnacional.

Ao nível da prevenção, destacam-se as recentes alterações no contexto da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira⁶⁰, adiante FRONTEX, que passou a ter competências para recolher dados sobre movimentos secundários no espaço da UE, tendo em vista a criação de um quadro situacional que integre a área além fronteiras e os movimentos secundários não autorizados (EUR-Lex, 2020).

A operacionalização deste mecanismo será alimentada pela introdução de dados e ocorrências relacionadas com movimentos secundários no Sistema de Vigilância Europeu (EUROSUR), agora parte integrante do regulamento da FRONTEX, cujo objetivo consiste no conhecimento comum, entre EM, do mencionado quadro situacional tendo em vista uma melhor gestão de fronteiras, em todas as suas vertentes, contribuindo para a proteção e salvaguarda da vida dos migrantes (EUR-Lex, 2020).

Apesar da eficácia destes instrumentos e mecanismos, a falta de

⁵⁶ Regulamento (CE) n.º 1987/2006 - Sistema de Informação de Schengen de segunda geração.

⁵⁷ Regulamento (CE) n.º 676/2008 - Sistema de Informação sobre Vistos (VIS).

⁵⁸ Regulamento (UE) 2016/794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (EUROPOL).

⁵⁹ Regulamento (UE) 2018/1727 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (EUROJUST).

⁶⁰ Regulamento (UE) 2019/1896 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2019, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, que revoga os Regulamentos (UE) n.º 1052/2013 e (UE) 2016/1624.

homogeneidade dos EM na aplicação do Regulamento de Dublin, particularmente pela forma como lidam com a problemática dos migrantes, havendo indícios que alguns EM permitem de forma deliberada a movimentação para países vizinhos, dentro do espaço Schengen, sem o devido controlo, registo e sem uma abordagem rigorosa dos pedidos de asilo (Maihold, 2018), coloca em causa todo o sistema. Estas questões podem ainda ter implicações bilaterais entre EM, levando a tensões entre países que têm interesses divergentes, pois uns assumem-se como zonas de “trânsito” e outros, reconhecidamente, como países de “destino” (Radjenovic, 2017).

4.3. IDENTIFICAÇÃO DE AMEAÇAS

Dados da Comissão Europeia (2017) apontam para o facto de que mais de 90% dos migrantes que viajam para a UE recorreram a facilitadores ligados a OC. Estas atividades criminais geram lucros substanciais com o contrabando de migrantes, que, não obstante a voluntariedade dos mesmos, constituem normalmente um perigo para as suas vidas. Necessariamente, as OC encontram-se também associadas aos movimentos secundários.

A EUROPOL (2019), tal como já referido anteriormente, realça que as OC estão a focar-se na facilitação de imigração ilegal dentro da UE (*vide* Figura 2), sendo o contrabando de migrantes em movimentos secundários uma ameaça à integridade da livre circulação no espaço Schengen.

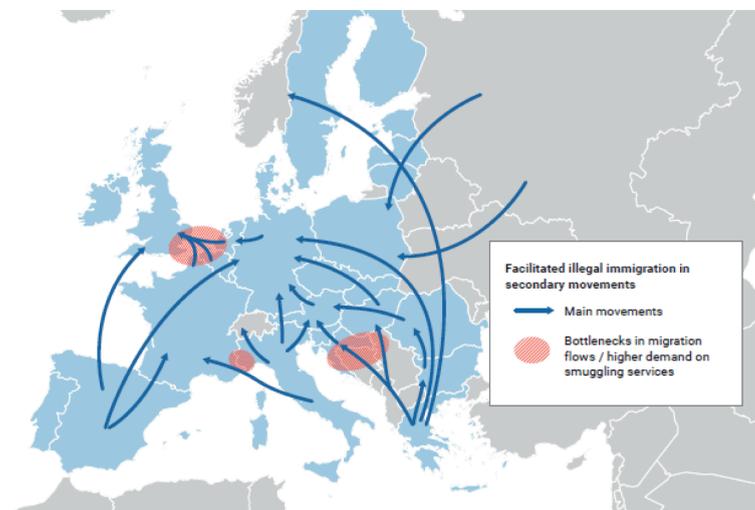


Figura 2 – Movimentos secundários e contrabando de migrantes

Fonte: Disponível em EUROPOL (2019).

Conforme se pode constatar na Figura 2, a procura por serviços de facilitação assume maior relevo junto aos *bottlenecks*, as zonas de “engarramento” com maior concentração de migrantes “em espera” para se movimentarem para outros países.

Na Figura 3, de forma mais detalhada, a EUROPOL e a INTERPOL elencam os *hotspots* existentes ao longo da Europa, locais de elevada concentração de migrantes que se constituem como pontos nevrálgicos para o recrutamento e aliciamento de migrantes por parte das redes criminosas.

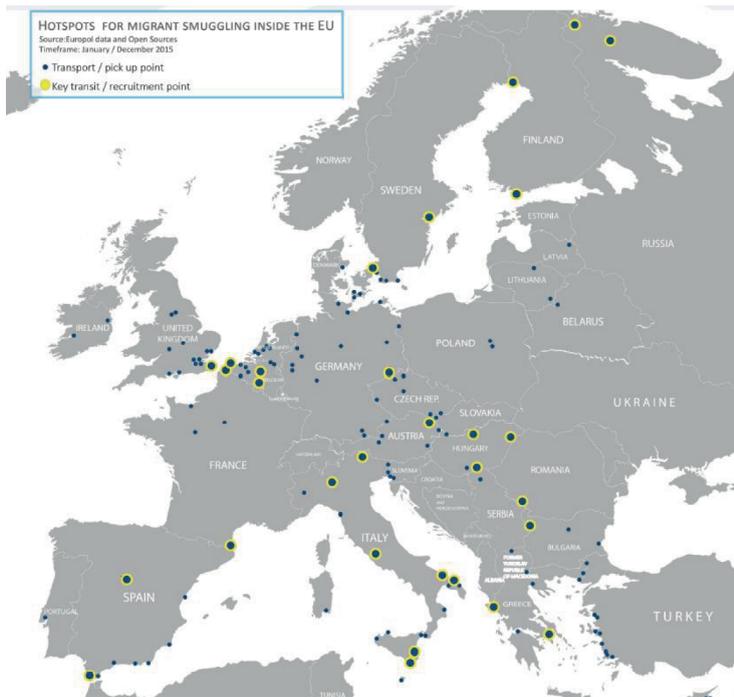


Figura 3 – Hotspots do contrabando de migrantes dentro do espaço da União Europeia
 Fonte: Disponível em EUROPOL/INTERPOL (2016).

As autoridades policiais da UE são confrontadas assim com uma ameaça contínua de contrabando de migrantes em movimentos secundários, bem como de crimes relacionados, tais como a mendicância forçada, crimes contra a propriedade ou tráfico de drogas (CE, 2019). Esta problemática foi devidamente aprofundada no relatório conjunto da INTERPOL e EUROPOL (2016) que aludia à relação entre o contrabando de migrantes e a multicriminalidade, sendo que, em 2015, mais de 220 contrabandistas foram identificados como estando envolvidos em outras tipologias de crime, nomeadamente: 22% em tráfico de droga, 20% em tráfico de seres humanos,

20% em crimes contra a propriedade e 18% na falsificação de documentos.

Os migrantes são frequentemente aliciados por contrabandistas que oferecem serviços diversos, tais como falsificação de documentos ou de diplomas e qualificações, para obter vistos de estudante (EUCE, 2013). A título de exemplo, vários testemunhos de migrantes descreveram o *modus operandi* que usaram para se deslocarem de Itália para França, em movimentos secundários, recorrendo a autocarros e comboios, na maioria das vezes sem qualquer tipo de documentação. Os mesmos explicam que só procuraram os serviços dos facilitadores quando precisaram de documentação falsa para contornar os controlos de segurança (EUROPOL/INTERPOL, 2016).

Para impedir os movimentos secundários, o Conselho da UE (2016) recomendou a eliminação progressiva dos documentos de identificação não biométricos, suscetíveis de maior falsificação por parte das OC, bem como a intensificação na recolha e intercâmbio de dados estatísticos fiáveis, atualizados e comparáveis, relativamente ao auxílio à imigração ilegal.

De realçar que o aliciamento aos migrantes ocorre cada vez mais através de redes sociais *online*. As OC, através de facilitadores, exploram regularmente estas redes no sentido de organizar movimentos intra-UE de migrantes irregulares, nomeadamente com recurso a plataformas de partilha de transporte (*carpooling*⁶¹) (EUROPOL, 2015). Todavia, a cibercriminalidade não se circunscreve à procura de migrantes através das redes sociais, uma vez que, fruto da melhoria dos instrumentos e mecanismos de controlo da UE em combater este fenómeno, a EUROPOL (2015) prevê que as OC acompanhem esta evolução, sobretudo na venda de identidades falsas mais sofisticadas que incluem dados biográficos, dados pessoais, fotos, informações relativas a cartões de crédito e dados biométricos, obtidos através de ataques cibernéticos. Deste modo, os migrantes adquirem uma nova identidade completa e capaz de ludibriar as medidas de segurança da UE, quer para entrada na Europa quer em movimentos secundários (EUROPOL, 2015).

Neste seguimento, emerge uma nova ameaça ao estado social e democrático, pois, após os movimentos secundários, quando os migrantes e refugiados, essencialmente os das classes mais baixas e menos qualificados, alcançam o EM de destino que pretendiam, acabam muitas vezes por se estabelecer em locais onde já existem residentes da mesma nacionalidade, constituindo os designados enclaves ou sociedades paralelas, onde a polícia é vista como inimigo (Åberg, 2019). Outros autores também designam estas áreas por guetos, zonas de exclusão ou *No Go Zones*, definida desta forma por não permitir a entrada de pessoas não muçulmanas. Esta

⁶¹ Plataformas online para partilha de um veículo próprio, e respetivas despesas, numa viagem entre vários passageiros (Ekonomista, 2017).

problemática surge em vários países da UE: “*Whether the United Kingdom, France, Denmark, Norway, Sweden or Italy, parts of neighbourhoods have been converted to quasi-islamic territories and thereby declared as exclusionary areas where young Muslim males declare that this is their city*” (Jacob & Luedtke, 2018, p. 223).

Não obstante as diversas formas de apelidar estes locais, oficialmente eles possuem outra designação. Assim, a título de exemplo e tendo por base um relatório da polícia sueca, da *Nationella Operativa Avdelningen*⁶² (2017), pode observar-se que as áreas são denominadas como “especialmente vulneráveis” quando há uma incapacidade de a polícia desenvolver a sua atividade com normalidade, existem estruturas sociais paralelas e verifica-se a presença de extremismos islâmicos violentos, onde os residentes não possuem proatividade para cumprir a lei. Do mesmo relatório ressalta uma ameaça decorrente dos conflitos étnicos entre vários grupos, sendo que a presença de simpatizantes com a ideologia do Estado Islâmico, do *Al-Shabaab* e de representantes de mesquitas salafistas, têm contribuído para o aumento de tensões nestes locais.

De realçar que, se o Estado não intervém nestes locais, os migrantes não acedem às políticas de integração, o que facilita a radicalização onde impera a “*sharia law*”, não apenas como uma espécie de polícia moral islâmica, mas sistemas de tribunais paralelos onde os clãs impõem a lei proveniente do seu país de origem (Åberg, 2019). Segundo o mesmo autor, a falta de integração dos migrantes afigura-se como uma “bomba relógio” e um desafio para o Estado, cujas causas inicialmente decorriam de um problema linguístico e de desemprego, porém, atualmente, é entendido como uma verdadeira questão cultural marcada pela desagregação e fragmentação, constituindo-se assim como uma ameaça à lei e à ordem.

Por conseguinte, as OC e os líderes religiosos espalham mensagens contrárias aos valores democráticos defendidos pelo país. Estas organizações satisfazem de forma adequada as necessidades de bens e serviços da população dos enclaves, que o Estado não consegue fornecer de forma satisfatória, ao ponto de considerarem que existem atividades e recursos suficientes para as pessoas do enclave, algumas em situação ilegal, viverem completamente fora do sistema social, o que torna estas zonas “especialmente vulneráveis” atraentes para aqueles que vivem escondidos do controlo policial e estatal (*Nationella Operativa Avdelningen*, 2017).

Noutro prisma, na perspetiva da segurança humana, toda esta problemática levanta graves ameaças à preservação da segurança e da dignidade dos migrantes. Estas ameaças são dirigidas ao indivíduo e à comunidade migratória, e podem ter origem na pobreza e na escassez a que os migrantes são sujeitos (Figueira, 2015).

⁶² Departamento operacional da polícia sueca.

5. IMPLICAÇÕES

A análise das implicações dos movimentos secundários e das OC associadas a este fenómeno deverá ser efetuada no plano político, social e securitário.

Ao nível político evidencia-se o facto de alguns países como a Alemanha, Áustria, Itália, entre outros, considerarem a possibilidade da adoção de medidas de encerramento de fronteiras internas (Congressional Research Service, 2018). Isto traduz-se numa ameaça séria ao Acordo Schengen e como tal à livre circulação de pessoas e bens. O restabelecimento das fronteiras internas da UE, apesar de excecional, permite uma resposta a uma ameaça grave à ordem pública, ou à segurança interna, resultante do fluxo descontrolado de migrantes, normalmente não documentados e/ou registados, após terem chegado ao primeiro EM da UE, ou seja, em movimentos secundários (Comissão Europeia, 2016).

Por outro lado, as relações entre EM estão também comprometidas, uma vez que a forma como cada um lida com a problemática cria pressões adicionais nos países de destino e poderá fomentar a propagação dos movimentos sem controlo. Esta situação descredibiliza a UE como um todo e coloca em causa o funcionamento dos instrumentos e mecanismos utilizados para combater o fenómeno, os quais nunca serão bem-sucedidos se os EM não os aplicarem de forma rigorosa e coordenada.

Ainda em contexto político poderão surgir implicações ao nível das relações diplomáticas entre os EM e os países de origem dos migrantes, dada a incapacidade destes últimos em propiciar condições de vida aceitáveis, bem como ao nível da contenção dos fluxos migratórios. Considerando esta implicação, a FRONTEX, no seu mais recente mandato, prevê pela primeira vez a intervenção em países terceiros não vizinhos da UE.

Adicionalmente, surgem as implicações sociais que têm um impacto significativo por os migrantes em movimentos secundários, que se estabelecem em enclaves, como forma de impedir serem identificados e transferidos para o país responsável por analisar o seu processo, ou ao país que lhe concedeu asilo, ficarem impossibilitados de acederem às políticas de integração proporcionadas pelos EM, o que implicará também dificuldades em aprender o novo idioma e encontrar um emprego suscetível de lhes conferir direitos laborais. Todas estas circunstâncias poderão levar à radicalização destas pessoas, o que constitui também um problema securitário. Este novo paradigma poderá influenciar também a criação de novas perceções de segurança nos EM.

Assim, torna-se claro que as implicações políticas e sociais convergem para implicações securitárias, quer ao nível da segurança comum, quer da segurança humana.

Neste pressuposto, os migrantes, para ludibriar o controlo das autoridades e alcançarem os países onde se pretendem estabelecer, utilizam OC que lhes facultam a documentação falsa necessária para atingir este fim. A falsificação de documentos está cada vez mais sofisticada tornando mais difícil o trabalho das autoridades em detetar situações anómalas, o que facilita a prevalência deste fenómeno na UE.

Não obstante, sublinha-se que os migrantes com autorização de asilo, ou mesmo refugiados, podem envolver-se em atividades ilícitas por estarem insatisfeitos com os países que lhes foram determinados, encontrando, como única alternativa, os serviços das OC, que lhes prometem, a troco de dinheiro, o movimento para junto das suas comunidades, estabelecidas noutros EM. Quando chegam aos locais pretendidos continuam à mercê das OC como forma de sobrevivência, pois, como se verifica no exemplo da Suécia, as estruturas paralelas são capazes de fornecer todos os serviços e bens suscetíveis de perpetuar a vida destes migrantes de forma anónima e ilegal. Além disso, muitas vezes são ainda forçados a cometer outro tipo de crimes, sendo o tráfico de droga o mais comum. Ainda assim, os migrantes sujeitam-se a estas condições porque estão junto das suas comunidades, da sua língua e da sua cultura. Circunstâncias estas que muito beneficiam a atuação das OC que sabiamente exploram as fragilidades das políticas da UE neste âmbito.

Um problema adicional securitário surge pelo desconhecimento do número de pessoas que vivem nestas situações, uma vez que as próprias autoridades locais têm dificuldades em entrar nos enclaves, onde não raramente são vistas como inimigos, o que facilita a propagação da ascendência das OC sobre estes migrantes. Em *ultima ratio* poderá ser entendido como uma “bomba-relógio”, pois, os migrantes, instrumentalizados pelas OC, poderão assumir a violência contra a polícia como forma natural de manter o enclave, o que se traduz em ameaças graves à ordem pública e à segurança interna, colocando em causa a autoridade do Estado e, conseqüentemente, da UE.

Ao nível da segurança humana, esta problemática evidencia-se de igual importância uma vez que os migrantes, às mãos das redes contrabandistas, acabam por se sujeitar a condições muito deficitárias nas viagens intra-UE, como forma de contornar os pontos de controlo de segurança, o que pode colocar em risco as suas próprias vidas. Ademais, mesmo nos enclaves, as condições em que vivem serão sempre degradantes, uma vez que lhes é vedado o acesso a uma vida tendo por base os valores democráticos, em detrimento de uma ordem moral imposta por clãs.

Assim, sendo esta problemática transversal a vários países da UE entende-se que as implicações políticas, sociais e securitárias, ora expostas, são de extrema relevância e deverão ser devidamente precavidas de forma a manter a identidade e valores da UE como se conhece e idealiza.

6. CONCLUSÕES

A tendência crescente de movimentos secundários de migrantes constitui-se como uma das maiores ameaças à UE, com implicações políticas, sociais e securitárias, tendo surgido com maior relevância após a crise migratória em 2015 e justificado pela vontade dos migrantes se reunirem com as suas comunidades já estabelecidas nos EM, por motivos económicos e de maiores apoios governamentais. Todavia, em face ao maior controlo das fronteiras externas da UE, as OC encontraram uma oportunidade nestes movimentos, maioritariamente com destino final na Alemanha, Reino Unido e França, e como ponto de entrada principal na Grécia e Itália.

Assim, tendo em vista a preparação e execução de tais movimentos, os migrantes recorrem cada vez mais a facilitadores, controlados por OC, que os habilitam, muitas das vezes através de documentação falsa, e conduzem ao longo das fronteiras internas da UE, expondo-os aos mais diversos tipos de perigos e crimes, como o tráfico de droga, mendicância e, por vezes, tráfico de seres humanos. Estas organizações usam mecanismos sofisticados suscetíveis de ludibriar o controlo das autoridades dos diferentes EM, o que, associado ao facto de alguns EM não aplicarem o Regulamento de Dublin na sua plenitude, constitui um desafio acrescido para a manutenção do Acordo Schengen.

Para fazer face a esta problemática e para combater as OC relacionadas com as migrações, a UE dispõe de diversos mecanismos de cooperação, tais como a EUROPOL, a EUROJUST e a FRONTEX, bem como de instrumentos operacionais de controlo de movimentos secundários, disso exemplo o Eurodac em matéria de pedidos de asilo. No entanto, mesmo que estes instrumentos sejam suficientes e tecnologicamente capazes de responder às necessidades securitárias que decorrem dos movimentos secundários, se os EM e demais Agências com responsabilidade nesta matéria, não encontrarem o caminho para uma cooperação genuína, coordenação eficiente, alicerçados numa postura norteada pela solidariedade e entreajuda, os seus esforços não alcançarão o sucesso pretendido. Este sucesso corresponde em simultâneo a um conjunto de políticas capazes de integrarem os migrantes acolhidos pelos EM, mas também na adesão dos EM ao cumprimento rigoroso do quadro normativo estabelecido pela UE.

Não obstante os esforços desenvolvidos no plano político desde o pico da crise das migrações em 2015, as ameaças securitárias resultantes da exploração destes movimentos por OC continuam a existir, não só nos trajetos, mas também nos países de destino quando os migrantes das classes mais baixas e menos qualificados, para não serem identificados pelas autoridades e, conseqüentemente, transferidos para outro país, acabam por ficar à mercê das OC, com documentação

falsa, e vivendo em enclaves com capacidade de bens e serviços suficientes para os manter sem apoios do Estado. Circunstâncias estas que impedem a integração destes migrantes, não aprendem o novo idioma e não adquirem um emprego com as devidas regalias e proteções laborais. Concomitantemente, esta situação poderá conduzir a uma radicalização destes migrantes que para estarem junto das suas comunidades subjugam-se às normas impostas pelas OC que os apoiam e aceitam a violência contra a polícia como forma de sobrevivência no enclave, numa verdadeira ameaça à ordem e segurança interna.

A esta problemática subjazem desafios securitários graves que urge solucionar. Por um lado, desafios ao nível da *segurança comum* dos EM da UE, resultado das ameaças securitárias advenientes da criminalidade associada aos movimentos secundários. Por outro, desafios no plano da *segurança humana*, fruto das ameaças decorrentes das condições a que os migrantes são sujeitos quer nas deslocações entre países, quer nos enclaves onde se estabelecem.

Como possível linha de investigação futura propõe-se uma análise comparativa da situação dos migrantes em enclaves nos vários países da UE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Åberg, J. H. (2019, janeiro). Symposium: order and disorder around the world. *Is There a State Crisis in Sweden?*
- Alto Comissariado para as Migrações, IP. (2017, dezembro). *Relatório de avaliação da política portuguesa de acolhimento de pessoas refugiadas: Programa de recolocação*. Retirado de https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Relatorio_Acolhimento+Pessoas+Refugiadas_Dez.2017.pdf/d21546b3-7588-483d-92a3-fa8185d61b5b
- Álvarez, F. (2019). *Migration and Security: a european perspective*. Navarra: Navarra Center for International Development.
- Apap, J., Radjenovic, A., & Dobрева, A. (2019). *The migration issue*. Retirado de [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/635542/EPRS_BRI\(2019\)635542_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/635542/EPRS_BRI(2019)635542_EN.pdf)
- Aquino, G. M. (2018). Tráfico de seres humanos e contrabando de migrantes pelo mar. *Política, Direito e Economia do Mar*. Lisboa: CEDIS, Universidade Nova de Lisboa.
- BBC News. (2016). *Migrant crisis: Migration to Europe explained in seven charts*. Londres: BBC. Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-europe-34131911>
- Belkin, P. (2018). *France and U.S.-French Relations: In Brief*. Washington: Congressional Research Service. Retirado de <https://fas.org/sgp/crs/row/R45167.pdf>

- Brekke, J.-P., & Brochman, G. (2014). Stuck in Transit: secondary migration asylum seekers in Europe, national differences, and the Dublin Regulation. *Journal of Refugee Studies* Vol. 28, No. 2.
- Carrera, S., Stefan, M., Cortinovis, R., & Luk, N. (2019, dezembro). *When mobility is not a choice*. Retirado de <https://www.ceps.eu/ceps-publications/when-mobility-is-not-a-choice/>
- CE. (2017, dezembro). European Commission - EMN policy brief on migrants movements through the mediterranean. *Migration & Home Affairs*. Comissão Europeia.
- CE. (2019, março). *Comissão Europeia - Relatório intercalar sobre a aplicação da Agenda Europeia da Migração*. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2019:0126:FIN:PT:PDF>
- Cerruti, T. (2016). Croatia an the (necessary) European Union Policy making on immigration in the Mediterranean Region. *European Studies*, pp. 5-28.
- Colombo, E. (2019, julho). EU Secondary Movements of Asylum Seekers: a Matter of Effective Protection and Solidarity. Milão: Fondazione ISMU.
- Comissão das Comunidades Europeias. (1985). Acervo de Schengen - Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, de 14 de junho. Bruxelas: Jornal Oficial L239.
- Comissão Europeia. (2016). Proposta de Decisão de Execução do Conselho que estabelece uma recomendação quanto à realização de controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen. Bruxelas: CE.
- Comissão Europeia. (2020). *Europa sem fronteiras: o espaço Schengen*. Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf
- Congressional Research Service. (2018). *The European Union: ongoing challenges and future prospects*. CRS Report.
- Conselho da União Europeia. (2016). *Conclusões do Conselho sobre o auxílio à imigração ilegal*. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/03/10/council-conclusions-on-migrant-smuggling/>
- Economista. (2017). *Carpooling: o que é e como funciona*. Retirado de <https://www.e-konomista.pt/carpooling/>
- EUCE. (2013). *The EU, transnational crime and illegal immigration*. Chapel Hill: European Union Center of North Carolina.
- EuLISA. (2020). *Eurodac - 2019 statistics*. Retirado de <https://www.eulisa.europa.eu/Publications/Reports/Eurodac%20-%202019%20Statistics.pdf>
- EUR-Lex. (2020). *Acesso ao Direito da União Europeia*. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/homepage.html>

- EUROPOL. (2015). *Exploring tomorrow's Organised Crime*. Haia: European Poli Office.
- EUROPOL. (2017). *Serious and Organised Crime Threat Assessment*. Haia: EUROPOL.
- EUROPOL. (2018). *European Migrant Smuggling Centre: 3th Annual Activity Report*. Haia: EUROPOL.
- EUROPOL. (2019). *European Migrant Smuggling Centre: 3th Annual Activity Report - 2018*. Haia: EUROPOL.
- EUROPOL/INTERPOL. (2016). *Joint Europol-INTERPOL Report on Migrant Smuggling Networks*.
- Fachada, C., Ranhola, N., & Santos, L. (2019). *Regras e Normas de Autor no IUM*. Pedrouços: Centro de Investigação e desenvolvimento do IUM.
- Figueira, R. R. (2015). Tensões e distensões entre segurança do Estado-Nação e os direitos humanos: segurança humana e migrações internacionais sob o olhar da teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy. *Revista de Direitos Humanos em Perspetiva, Vol. 1, N.º 2*, pp. 90-109.
- FRONTEX. (2020). *Risk Analysis for 2020*. Varsóvia: Frontex.
- Graça, P. B. (2014). A área dos estudos estratégicos. *Política Internacional e Segurança*, pp. 65-81.
- Jacob, F., & Luedtke, A. (2018). *Migration and the Crisis of the Modern Nation State*. New York: Vernon Press.
- Jones, C. (2019, dezembro). *Monitoring "secondary movements" and "hotspots": Frontex is now an internal surveillance agency*. Retirado de <https://www.statewatch.org/analyses/no-348-frontex-internal-surveillance.pdf>
- Maihold, G. (2018). Migración, control de fronteras y acuerdos migratorios de la Unión Europea con terceros países. *Revista Mexicana de Política Exterior, núm. 112*, 161-183.
- Mateus, C. S. (2016). *Criminalidade Organizada em Portugal - nos inícios do século XXI*. IISBOA: Universidade de Lisboa.
- Nationella Operativa Avdelningen. (2017, junho). *Utsatta omraden - Social ordning, kriminell struktur och utmaningar for polisen*. Retirado de https://polisen.se/siteassets/dokument/ovriga_rapporter/utsatta-omraden-social-ordning-kriminellstruktur-och-utmaningar-for-polisen-2017.pdf
- Nicolau, P. A. (2017). A Crise Migratória da Europa: a importância de Schengen para a convergência europeia e o contributo de Portugal. *Política Internacional e Segurança*, 67-96.
- Organização Internacional para as Migrações. (2009). *Glosário sobre Migração*. Genebra: OIM.

- Parlamento Europeu. (2017). *Secondary movements of asylum-seekers in the EU asylum system*. Retirado de [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/608728/EPRS_BRI\(2017\)608728_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/608728/EPRS_BRI(2017)608728_EN.pdf)
- Peixoto, J., Soares, A., Costa, P., Murteira, S., Pereira, S., & Sabino, C. (2005). *O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Lisboa: FCT.
- Pereira, J. A. (2016). *Da crise de refugiados na europa: uma ameaça à segurança?* Lisboa: ISCPSI.
- Pinho, F. (2015). Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIX*, 81-103.
- Radjenovic, A. (2017). *Briefing: Secondary movements of asylum-seekers in the EU asylum system*. Retirado de [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/608728/EPRS_BRI\(2017\)608728_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/608728/EPRS_BRI(2017)608728_EN.pdf)
- Ribeiro, A. S. (s.d.). *Segurança e Defesa Nacional*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- Santos, L. & Lima, J. (Coord.). (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação (2.ª ed., revista e atualizada)*. *Cadernos do IUM*, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- SEF. (s.d.). *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - Regulamento Dublin III*. Retirado de <https://www.sef.pt/pt/Documents/Folheto%20DUBLIN%20.pdf>
- Slot, L. (2016). *Unaccompanied Minors and the 'Migrant Crisis'*. *Master Thesis: International Crimes and Criminology*. Amsterdão: Vrije University.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Portugal:Lidel.
- Torrens, J. D. (2018). El restablecimiento temporal de controles en las fronteras interiores de la Unión Europea como respuesta a las amenazas al orden público ya a la seguridad interior: entre la excepcionalidad y la normalidad. *Revista de Derecho Comunitario Europeo*, 61, 899-932.
- UNHRC. (2017). *The 10-Point Plan in Action - Chapter 8 - Addressing Onward Movements*. Retirado de <https://www.unhcr.org/publications/manuals/5846d1a17/10-point-plan-action-2016-update-chapter-8-addressing-onward-movements.html>
- União Europeia. (2012). Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*. UE.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Wagner, M., Perumadan, J., & Baumgartner, P. (2019). *Secondary Movements*. Chemnitz: CEASEVAL.

PARTE IV
NOVOS DESAFIOS

1. A COMPUTAÇÃO QUÂNTICA E A GUERRA FUTURA

Tiago Filipe Abreu Moura Guedes

Major de Transmissões
Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/20
Lisboa, Portugal

RESUMO

O objeto de estudo deste artigo centra-se nas capacidades que a Computação Quântica pode disponibilizar e enfrentar em contexto militar, correlacionando estes efeitos com a caracterização de guerras futuras. A metodologia de investigação adotada assenta numa estratégia qualitativa e em um desenho de pesquisa comparativo entre os atores mais relevantes na cena internacional, baseado em análise documental de entidades estatais e de instituições da área de estudos que versam sobre essa área. A computação quântica tem desenvolvido capacidades consideradas disruptivas que previsivelmente e potencialmente alterarão o balanço de poder, pois se por um lado se constituem como uma capacidade, por outro lado essa capacidade posta-se como uma ameaça quando observada pelo flanco oposto.

Palavras-chave: Computação Quântica, Distribuição De Chaves Quânticas, Criptoanálise Quântica, Deteção Quântica.

ABSTRACT

The aim of this investigation focuses on the capabilities that Quantum Computing can provide and face in a military context, correlating these effects in the portrayal of future wars. The research methodology adopted is based on a qualitative strategy and a design of comparative research between the most relevant actors on the international scene, based on the documentary analysis of state entities and institutions in the area of studies that deal with this area. Quantum computing has developed disruptive effects that predictably and potentially will alter the balance of power, because if in one hand it is used as a capacity, on the other hand that capacity can be seen as a threat while observed from the opposite flank.

Keywords: *Quantum Computing, Quantum Key Distribution, Quantum Cryptoanalysis, Quantum Sensing.*

1. INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica tem moldado a evolução do aparelho militar que procura a evolução constante das suas capacidades. Das tecnologias empregues em contexto militar destacam-se as consideradas *Tecnologias Disruptivas* que conferem uma capacidade nitidamente superior a quem a possui face ao seu adversário. Das várias tecnologias disruptivas destaca-se a relevância da *Computação Quântica* em contexto militar ao possibilitar um conjunto de novas capacidades, também algumas delas *disruptivas*.

O objeto de estudo deste artigo centra-se nas capacidades que a Computação Quântica pode disponibilizar e enfrentar em contexto militar, correlacionando estes efeitos com a caracterização de guerras futuras.

O presente artigo tem como Objetivo Geral (OG): - Analisar as oportunidades e ameaças conferidas pelo desenvolvimento e utilização da computação quântica na guerra futura.

De acordo com o OG, define-se a Questão Central (QC): - Quais as oportunidades e ameaças conferidas pelo desenvolvimento e utilização da computação quântica na guerra futura?.

A resposta à QC vai permitir atingir o OG, possibilitando descrever qual a capacidade que a computação quântica pode oferecer em benefício do aparelho militar bem como quais as capacidades que se podem constituir como ameaça.

Tendo em mente o OG e considerando o facto de que a Computação Quântica é uma tecnologia disruptiva recente e em desenvolvimento, a metodologia do presente artigo assenta numa estratégia qualitativa e num desenho de pesquisa de estudo multicaso baseado em análise documental de entidades estatais e de instituições da área de estudos que versam sobre essa área.

O segundo, terceiro e quarto capítulos postam-se como enquadramento desta investigação pelo que aludem a uma breve evolução histórica da computação quântica bem como a um enquadramento concetual relativo ao objeto de estudo. O quinto capítulo apresenta a metodologia adotada. No sexto capítulo são apresentados os resultados da investigação permitindo a sua análise no capítulo seguinte, referindo as implicações dos factos identificados, respondendo assim às Questões Derivadas (QD) QD1 e QD2. Por fim, o último capítulo dedicado às conclusões resume a linha condutora da investigação, avalia os resultados e responde à QC, bem como propõe investigações futuras.

2. ANTECEDENTES

As origens da computação quântica remontam a 1981 quando Richard Feynman propôs um modelo básico de um computador quântico que seria capaz de

simular a evolução de sistemas quânticos de forma eficiente, no entanto só na década seguinte em 1994 com o algoritmo de Shor foi dada outra perspetiva à computação quântica (Braun, 2018). O algoritmo Shor permite a factorização de números inteiros elevados de forma exponencialmente mais rápida que os computadores tradicionais, o que já na altura colocava a hipótese de quebrar os sistemas de criptografia que se baseiam em factorização de números inteiros (Braun, 2018).

Em 1996 Lov Grover criou um algoritmo de procura numa base de dados quântica que permitia resolver qualquer problema que envolvesse uma solução aleatória ou por *bruteforce*⁶³ quatro vezes mais rápido, o que suscitou o interesse da comunidade científica, embora tenha sido com a construção do primeiro computador quântico em 1998 a correr o algoritmo Grover⁶⁴ que se iniciou uma nova era na computação (Braun, 2018).

O primeiro computador quântico com potencial comercial foi construído pela empresa *International Business Machines Corporation* (IBM) em 2017 (Braun, 2018) o que contribuiu para o despoletar da procura de desenvolvimento industrial desta tecnologia como é evidenciado pela Figura 1.

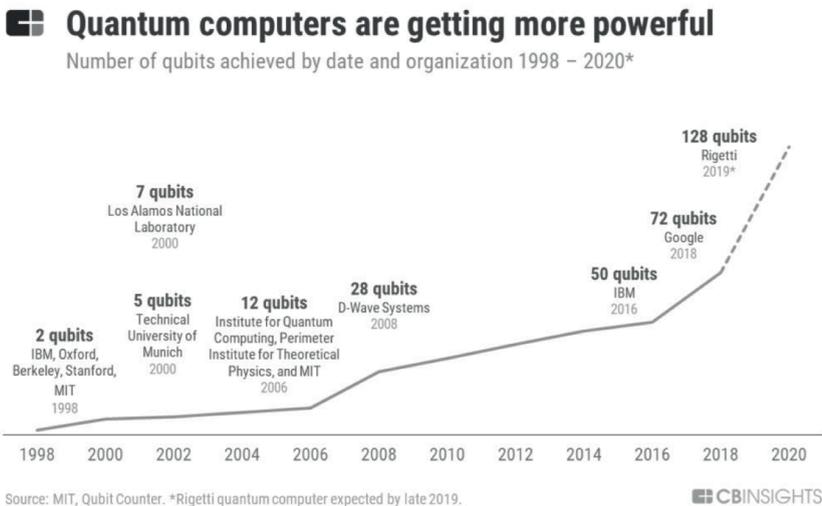


Figura 1 – Evolução dos computadores quânticos

Fonte: Disponível em CB Insights (2019).

⁶³ Técnica que permite descobrir uma solução percorrendo todas as hipóteses por tentativa e erro.

⁶⁴ Algoritmo que permite executar procuras não estruturadas.

3. ESTADO DA ARTE

O estudo da computação quântica aplicado ao contexto militar tem merecido relevância na última década a par com a evolução do potencial desta tecnologia. As capacidades oferecidas pela computação quântica têm colocado aos estados desafios que mereceram a elaboração de estratégia própria sobre este assunto.

O Reino Unido em 2015 estabeleceu a sua estratégia nacional para as tecnologias quânticas criando um conselho estratégico de tecnologias quânticas com o objetivo de coordenar um programa para estas tecnologias de forma sincronizada com os interesses britânicos adotando uma visão coerente entre o governo, indústria e comunidade acadêmica de tecnologia quântica (*Quantum Technologies Strategic Advisory Board [QTSAB]*, 2015).

Em setembro de 2018, foi publicada a Estratégia Geral Nacional sobre a Ciência da Informação Quântica dos Estados Unidos da América (EUA) elaborada pelo Subcomité de Ciência de Informação Quântica do Conselho de Ciência e Tecnologia Nacional (SCQIS, 2018). Esta estratégia preconiza a Ciência da Informação Quântica (QIS⁶⁵) como podendo melhorar a base industrial do país criando empregos e fornecendo benefícios económicos e de segurança nacional (SCQIS, 2018, p. 2). Além da estratégia abordando o tema, o governo americano tem-se mantido atualizado sobre esta matéria, tendo o seu serviço de pesquisa congressional elaborado um documento no final de 2019 referindo as aplicações, os avanços no desenvolvimento e considerações de ordem política sobre a QIS (*Congressional Research Service [CRS]*, 2019).

Também a comunidade científica especializada na área de estudo dos conflitos armados tem identificado a tecnologia quântica como promissora em contexto militar como é exemplo a última publicação anual do Instituto Internacional para os Estudos Estratégicos (IISS⁶⁶) acerca das capacidades militares e economia de defesa de 171 países, que considera a integração de tecnologias quânticas como representando o maior avanço antecipado para as forças armadas (IISS, 2019, p. 18). Outro estudo que prova a prospetiva de capacidades quânticas aplicadas à defesa é a publicação “*Quantum Computing in Aerospace & Defense Market Research Report-Global till 2024*” que apresenta uma projeção até 2024 da evolução da computação quântica por áreas de segmentação, ao nível da Componente (*hardware, software e serviços*), Aplicação (distribuição de chaves quânticas, critptoanálise quântica e sensores quânticos) e por Região do globo (Market Research Future, 2020). A mesma publicação considera que a computação quântica irá melhorar a segurança

⁶⁵ Sigla do inglês *Quantum Information Science*.

⁶⁶ Sigla do inglês *International Institute for Strategic Studies*.

das comunicações no campo de batalha e até que as forças navais poderão navegar sem serem detetadas (Market Research Future, 2020).

As conclusões resultantes desta investigação primam por agregar de forma sucinta e fundamentada as vantagens e ameaças apresentadas pelas tecnologias quânticas, tendo por base uma análise tecnológica transversal e de descrição de orientações políticas dos principais atores na cena internacional. A Figura 2 ilustra a crescente importância do estudo da computação quântica nos últimos anos.

News Coverage

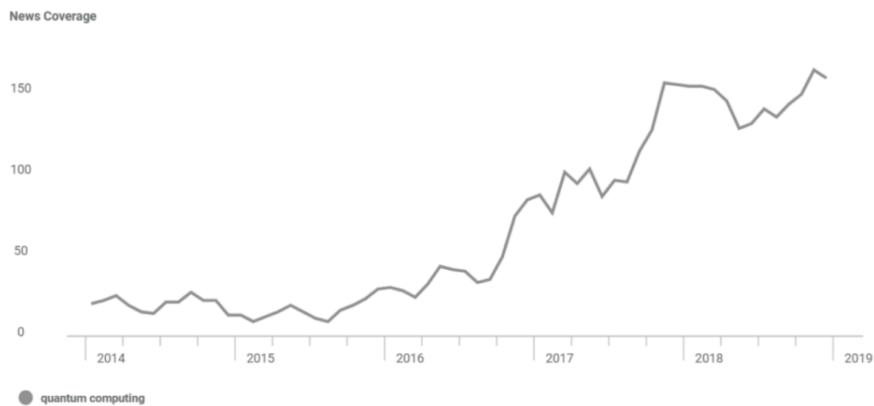


Figura 2 – Evolução das notícias sobre computação quântica

Fonte: CB Insights (2019).

4. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Para a análise do objeto de estudo, é importante compreender os conceitos de base que são referenciados ao longo deste artigo como a *Computação Quântica*, *Criptografia*, *Criptoanálise*, *Deteção Quântica* e *Tecnologias Disruptivas*.

A *Computação Quântica* refere-se à tecnologia computacional baseada em princípios da teoria quântica (que explicam o comportamento da energia e das partículas ao nível atómico e subatómico), diferenciando-se dos computadores tradicionais em que a unidade de informação (o *bit*) ao invés de ter um único valor, ‘1’ ou ‘0’, passa a ter uma unidade de informação (*quantum bit* ou *qubit*) que pode ser também simultaneamente os dois valores, ‘1’ e ‘0’, o que capacita estes computadores de uma capacidade exponencial de processamento a par de um menor consumo de energia face aos computadores convencionais (Frankenfield, 2019).

Na Figura 3 são ilustradas as unidades de informação bit e qubit.

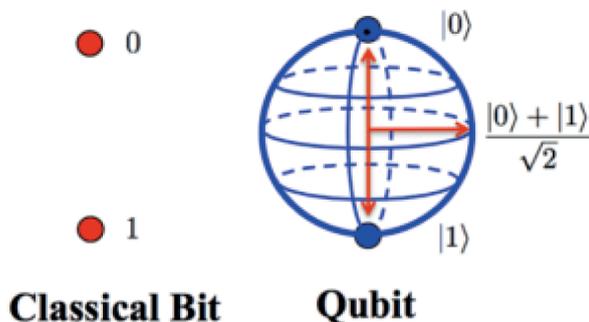


Figura 3 – O bit e o qubit

Fonte: CB Insights (2019).

A *Criptografia* permite que através de uma chave e de um algoritmo de modificação da informação duas ou mais entidades comuniquem entre si sem que terceiros tomem conhecimento do conteúdo da informação mesmo tendo acesso a ela na forma encriptada (Lanese, 2019).

A *Criptoanálise* é o estudo de métodos que permitem entender a informação encriptada sem a necessidade de acesso aos dados secretos que tipicamente são necessários para descriptar essa informação (Simplilearn, 2019).

A *Deteção Quântica* descreve o uso de um sistema, propriedade ou fenómeno quântico para realizar uma medição de uma quantidade física, como por exemplo magnetómetros baseados em dispositivos de interferência quântica supercondutores ou relógios atômicos, sendo que recentemente, a deteção quântica tornou-se num ramo distinto e de rápido crescimento de pesquisa na área da ciência e tecnologia quântica, onde as plataformas mais comuns são os *qubits* giratórios, iões aprisionados e *qubits* de fluxo (Degen, Reinhard, & Capellaro, 2017).

As *Tecnologias Disruptivas* diferem de outras tecnologias, ainda que essas sejam recentes, pelo facto de se constituírem como revolucionárias e não como evolucionárias. Uma não se caracteriza apenas por ser novidade (inovação), mas por alterar completamente um paradigma (disrupção), pois, enquanto a disrupção se pode caracterizar por uma substituição de tecnologia, a inovação apenas está conotada com uma evolução da tecnologia, podendo ser vista como um processo racional controlado, em oposição à imprevisibilidade, irracionalidade e potencial ofensivo da disrupção (Lele, 2019, pp. 23-24). Como exemplo de tecnologia disruptiva, pode-se referir o aparecimento do porta-aviões que moldou o combate ar-mar, deixando o combate naval de ser restrito à linha de vista, enquanto que a propulsão nuclear de porta-aviões constitui-se como tecnologia evolucionária, pois não

alterou o paradigma de combate naval (Bidwell & MacDonald, 2018, p. 13). Assim a Computação Quântica assume-se dogmaticamente como uma tecnologia disruptiva.

5. METODOLOGIA

5.1. RESUMO DA METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta investigação parte de um raciocínio indutivo assentando numa estratégia qualitativa e segue um desenho de pesquisa de estudo multicaso baseado em técnicas de recolha de análise documental associado a um estudo de horizonte temporal transversal. A investigação foi limitada aos atores estatais e supraestatais mais relevantes, bem como ao principal tecido de investigação e desenvolvimento industrial mundial nesta área.

5.2. INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

A técnica de recolha de dados utilizada foi a análise de fontes documentais. Os documentos analisados tiveram origem em entidades estatais de estados considerados com relevância internacional a fim de se responder às questões com um cariz no âmbito das ciências militares, artigos científicos para assegurar uma base técnica que suporte as capacidades identificadas e também o recurso a outras publicações especializadas que se enquadram no objeto de estudo a fim de complementar e confirmar as conclusões retiradas.

5.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS E PERGUNTAS DERIVADAS

Para atingir o OG, foram formulados dois Objetivos Específicos (OE), o OE1: - Descrever as capacidades que a computação quântica pode oferecer em contexto militar e o OE2: - Descrever as ameaças que a computação quântica apresenta no corrente ambiente operacional. Para responder à QC são enunciadas as QD1: Quais as capacidades que a computação quântica pode oferecer em contexto militar? e a QD2: - Quais as ameaças que a computação quântica apresenta no corrente ambiente operacional?.

5.4. MATRIZ DE ANÁLISE

Para permitir uma melhor análise dos dados obtidos, após a fase exploratória foi adotada a matriz de análise apresentada na Tabela 1 que permite definir uma base para a análise dos casos estudados.

Tabela 1 – Matriz de Análise

I. Conceito	II. Dimensões	III. Indicadores
IV. Capacidades de Computação Quântica em Contexto Militar	V. Distribuição de Chaves Quânticas	VI. Encriptação quântica
	VII. Criptoanálise Quântica	VIII. Descriptação quântica
	IX. Detecção Quântica	X. Sensores quânticos

6. INVESTIGAÇÃO

Com o desenvolvimento das tecnologias quânticas, as suas aplicações também vão se ramificando, pois, partindo das potencialidades puramente tecnológicas as suas aplicações vão sendo mais refinadas, como é o exemplo da aplicação ao contexto militar.

6.1. CAPACIDADES TECNOLÓGICAS QUÂNTICAS EM CONTEXTO MILITAR

As aplicações de QIS à defesa podem ser agrupadas em algumas áreas de capacidades: i) distribuição de chaves quânticas; ii) criptoanálise quântica e iii) detecção quântica.

As sessões de comunicações seguras são iniciadas por chaves criptográficas que não garantem a autenticidade da origem, pois a ligação pode ser comprometida no meio do processo, o chamado *man-in-the-middle*. Com a utilização do conceito de distribuição de chaves quânticas através das características dos fótons transmitidos é possível garantir a autenticidade da ligação, pois o processo de tentativa de intercetar esses *qubits* altera-os irreversivelmente (IISS, 2019, p. 18).

Atualmente a cifra utilizada em ambiente militar considerada segura (aquela que não é possível quebrar num tempo aceitável) utiliza por exemplo o algoritmo *Advanced Encryption Standard* de 256 bits que pode requerer teoricamente milhões de anos para ser quebrada por *bruteforce* com a tecnologia de computação digital atual, no entanto com a criptoanálise quântica poderá ser quebrada eventualmente em minutos, pois implementa um mecanismo que considera várias possibilidades ao mesmo tempo (IISS, 2019, p. 18). Esta possibilidade totalmente disruptiva e assim aliciante levou a que alguns países tenham coletado comunicações estrangeiras encriptadas na esperança de que consigam extrair a informação no futuro (IISS, 2019, p. 18). Na Figura 4 é possível observar o aspeto do computador quântico da IBM de 50 qubits, o *IBM Q*.



Figura 4 – Computador quântico da IBM de 50 qubits

Fonte: Summers (2018).

A detecção quântica potencia novas capacidades militares devido à sua precisão de medição. Como exemplo de aplicação deste tipo de sensores é reconhecida a importância potencial de sensores para detecção de submarinos como são os de gravidade quânticos que permitem detetar massas subaquáticas em movimento e aqueles que podem medir ínfimas alterações do campo magnético bem como os que podem ser usados para detecção de aeronaves de baixo perfil observável (Inglesant, Jirotko, & Hartswood, 2016). Também com tecnologia quântica existem desenvolvimentos para a miniaturização de relógios atômicos que podem integrar sistemas de posição, navegação e de temporização, tal como na área da produção de processamento de imagem na aplicação a câmaras capazes de penetrar em água escura, em nevoeiro ou na detecção de gases invisíveis e radiação (Science and Technology Committee, 2018, p. 10).

6.2. PROGRAMAS ESTATAIS

O financiamento do Programa de Tecnologias Quânticas do Reino Unido em 2018 contou com 235 milhões de libras, o que somou um total de 315 milhões de libras como investimento para esse programa nacional (Science and Technology Committee, 2018, p. 3). O paradigma do uso-dual está patente como preocupação nas linhas de desenvolvimento das tecnologias quânticas britânicas, pois, ora se por um lado se procura que o desenvolvimento seja sinérgico entre a defesa e aplicações civis, por outro lado algumas tecnologias poderão estar sujeitas

a restrições de transferência de tecnologia por motivo de não permitir que tecnologias potencialmente agressivas possam ser usadas por outros atores estatais e não estatais (Inglesant, Jirotko, & Hartswood, 2016, p. 9). Também a China com a sua estratégia de Fusão Civil-Militar, inclui a computação quântica que procura explorar a natureza de duplo uso desta tecnologia (United States Department of State, 2020).

A China procurou ser líder em investigação e desenvolvimento quântico, pois em 2016 iniciou um esforço no avanço em tecnologia quântica até 2030, tendo em 2016 lançado o primeiro satélite com capacidades quânticas, o qual em 2018 permitiu ‘teletransportar’ um fóton da terra para esse satélite, que, servindo como distribuição de chave quântica entre o satélite e as estações terrestres em Xinglong na China e Graz na Áustria (*vide* Figura 5), tornou o estabelecimento de uma videoconferência segura (IISS, 2019, p. 19). Também já em setembro de 2017, os chineses estabeleceram a primeira linha de comunicações terrestre quântica entre Pequim e Xangai (a uma distância de mais de 1900 km) (IISS, 2019, p. 19; Parker, 2019). O Laboratório para QIS em Hefei, na província de Anhui, vai conduzir a orientação nacional chinesa para a computação quântica e detecção quântica com um financiamento planeado de 10 mil milhões de dólares (IISS, 2019, p. 19).

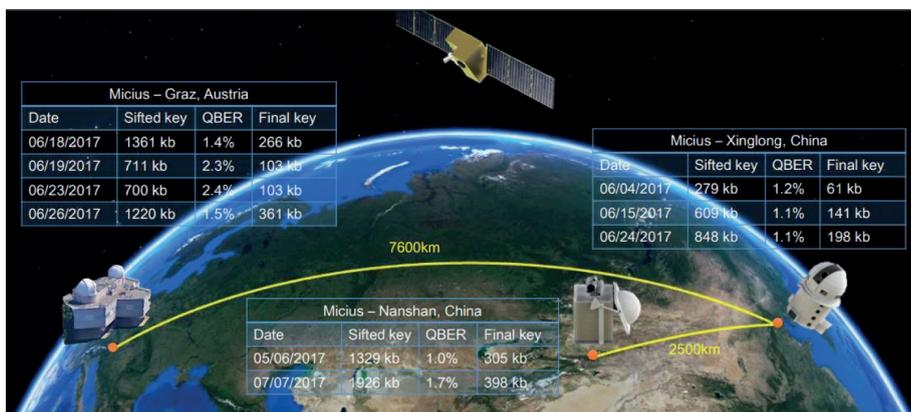


Figura 5 – Distribuição de chaves quânticas através de satélite chinês

Fonte: Emerging Technology from the arXiv (2018).

Os EUA acompanham e coordenam as atividades de investigação e desenvolvimento sobre a QIS através do seu Subcomité para a QIS com o desiderato de garantir a manutenção da liderança e acompanhamento das suas aplicações nesta matéria, pretendendo mesmo a sua expansão ao longo da próxima década (SCQIS, 2018, p. i). Esta pretensão norte americana é corroborada pelo investimento governamental de 200 milhões de dólares desde 2016 em investigação

quântica e pelo investimento adicional em 2018 de 250 milhões de dólares pelo seu Departamento de Energia e Fundação de Ciência Nacional em projetos de 2 a 5 anos nas áreas de detecção, computação quântica e comunicações (IISS, 2019, p. 19).

A Rússia também tem investido em computação quântica através do seu Centro Quântico Russo, embora não tenha atingido o mesmo teto de recursos que outras nações como a China ou EUA, que pode ser justificado por uma correlação parcial da inflexão na investigação científica desde os anos 90 (IISS, 2019, p. 20). Contudo, o presidente russo alegadamente definiu o valor para investigação e desenvolvimento em 1% do seu Produto Interno Bruto (cerca de 3 mil milhões de dólares) em 2018 para investigação e desenvolvimento científico não expressando protagonismo no que concerne à QIS, facto que também é validado pela constatação de que os EUA não reconhecem na Rússia um oponente tecnológico nesta área ora como é evidenciado em relação à China (IISS, 2019, p. 20).

O programa canadiano remonta ao início de 1999 com recurso a investimentos privados que permitiu ao *Perimeter Institute* e à Universidade de Waterloo serem líderes na investigação e desenvolvimento em QIS, preconizando em 2018 um orçamento de cerca de 11,5 milhões de dólares durante três anos para essas instituições (CRS, 2019, p. 10).

O Japão desde 2016 que possui um orçamento anual aproximado de 487 milhões de dólares para os seus institutos nacionais de ciência quântica e radiológica com o intento de promover avanços na tecnologia e ciência quântica (Crane, et al., 2017, p. 68).

Singapura estabeleceu o seu Centro para Tecnologias Quânticas em 2007 com a verba de 125 milhões de dólares disponibilizada nesse ano para permitir inicialmente uma operação até 10 anos, tendo em 2014 recebido o montante adicional de cerca de 30 milhões de dólares (Crane, et al., 2017, p. 68).

O governo federal australiano prevê o investimento de cerca de 19 milhões de dólares num período de 5 anos que iniciou em 2017, no seu Centro para a Computação Quântica e Tecnologia Quântica para suportar o desenvolvimento de computação quântica na Austrália, investimento esse, parte de uma parceria entre o *Commonwealth Bank of Australia* e a *Telstra* com o objetivo de construir o primeiro computador quântico escalável baseado em silício (Crane, et al., 2017, p. 66).

O presidente francês assinou um memorando de entendimento com o primeiro-ministro australiano em maio de 2018 firmando uma estreita colaboração entre os dois países a fim de desenvolver e comercializar um circuito integrado de silício, o que resulta num empreendimento conjunto entre a empresa australiana *Silicon Quantum Computing* e o instituto francês *Commissariat à L'Énergie Atomique*

et aux Énergies Alternatives (High Performance Computing and Quantum Technology [HPCQT] Team, 2020, pp. 19-20).

O orçamento mais recente da Índia destinado às tecnologias quânticas registrou um aumento significativo nos últimos anos, ultrapassando um bilhão de dólares nos próximos cinco anos, na medida em que o país procura impulsionar a investigação e desenvolvimento em computação, comunicações e criptografia (ID Quantique, 2020).

Também a instituição supranacional no espaço europeu verteu a importância da sua política quântica ao pretender colocar a União Europeia (UE) na vanguarda da segunda revolução quântica (considerando que a primeira revolução se refere ao aparecimento de transístores e microprocessadores), trazendo avanços transformacionais à ciência, indústria e sociedade (HPCQT Team, 2020). A UE considera que é imperativo desenvolver uma base industrial que explore a liderança científica, o que já decorre com iniciativas ambiciosas de vários estados-membros com o objetivo de desenvolverem aplicações comerciais, todavia, sem uma coordenação e financiamento adequado, a Europa pode ficar atrás dos seus rivais globais (HPCQT Team, 2020). A UE desde 1998 garantiu um financiamento de cerca de 500 milhões de euros para investigação quântica, tendo exponenciado esse valor num novo programa de financiamento em 2018 (cerca de mil milhões para um período de 10 anos, portanto o dobro para metade do tempo), no qual é previsto até 2021 o investimento de 132 milhões de euros nas áreas de aplicação de simulação, computação, deteção e comunicação quânticas (HPCQT Team, 2020).

Portugal não tem nenhuma estratégia geral ou específica relativamente à computação quântica, no entanto está envolvido em atividades de investigação e desenvolvimento através da investigação universitária (Lusa, 2019) e do Laboratório Ibérico de Nanotecnologia Internacional (INL, s.d.).

6.3. PROGRAMAS PRIVADOS

A indústria privada tem seguido a sua própria agenda de investigação quântica, eventualmente mais relevante que os programas estatais, onde empresas como a Google, IBM, Intel e Microsoft têm conduzido investigações por mais de uma década que através da cooperação com a canadiana *D-Wave Systems*, têm liderado o desenvolvimento de computadores quânticos que poderão servir futuramente a plataformas quânticas militares futuras (IISS, 2019, p. 19).

Atualmente, o processador quântico da Google possui 72 *qubits*, tendo ultrapassado os 50 *qubits* do fabricado pela IBM em 2018. Em outubro de 2019, a *Google AI Quantum Team* da empresa realizou uma experiência com o seu processador quântico *Sycamore* de supercondutores alegando que atingiu a

supremacia quântica após nessa experiência executar um algoritmo em 200 segundos em oposição aos cerca de 10.000 anos num supercomputador clássico atual (Arute, et al., 2019). A Figura 6 ilustra o grau de investimento dos principais projetos privados de computação quântica.

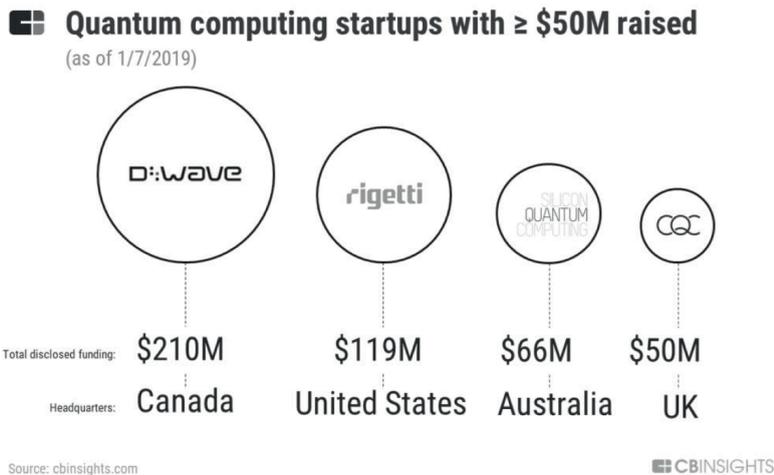


Figura 6 – Projetos privados de computação quântica acima de 50 milhões de dólares
Fonte: Disponível em CB Insights (2019).

6.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Face ao acima exposto, e aplicando a matriz de análise, é possível identificar que os programas nacionais de desenvolvimento de tecnologia quântica dos atores estatais mais relevantes, visam as três dimensões definidas na matriz de análise, pois todas elas revelam conduzir ações de investigação e desenvolvimento sobre capacidades que possuem afinidade com os identificadores associados. Assim, em resposta à QD1, é possível afirmar quais as capacidades que a computação quântica pode oferecer em contexto militar, sendo elas:

Distribuição De Chaves Quânticas: garantem a integridade e autenticidade das chaves de cifra quânticas por motivo que não é possível observar o seu valor sem destruir a sua informação de forma irreversível.

– Criptoanálise Quântica: o facto de que a computação quântica permite processamentos complexos em simultâneo, vai potenciar a quebra em tempo útil de chaves de cifra de sistemas de encriptação que deixarão de poder ser considerados seguros.

– Detecção Quântica: os sensores quânticos apresentam sensibilidades elevadas na medição de valores físicos o que vai fomentar o desenvolvimento

de capacidades no âmbito das ações no âmbito das Informações, Vigilância e Reconhecimento.

7. IMPLICAÇÕES

Apesar do real impacto futuro ser difícil de prever, a integração de tecnologias quânticas atualmente representa um dos avanços mais esperado para as capacidades militares, embora que outras aplicações como as de cariz económico ainda estejam a anos de distância, pois, embora seja esperado alcançar efeitos desmedidos para as forças militares, serviços de informações e forças de segurança, não está claro até que ponto alterará o equilíbrio tradicional de poder entre estados ou entre estados e atores não estatais (IISS, 2019).

7.1. IMPLICAÇÕES TECNOLÓGICAS

A computação quântica provavelmente desenvolverá outras capacidades disruptivas embora seja cedo para prospetivar quais as que irão emergir e em que medida as forças amigas e adversários as potenciarão (IISS, 2019, p. 19). A evolução de uma tecnologia pode ramificar-se em várias aplicações, sejam civis ou militares. Se por um lado, a tecnologia quântica pode desenvolver soluções em tempo útil para problemas complexos como na área da biomédica, os avanços para esses fins ‘bem-intencionados’ por outro lado podem ser explorados em prol de uma capacitação de ordem de poder (como o instrumento militar). Como analogia é possível apontar o desenvolvimento de tecnologia nuclear para geração de energia elétrica em paralelo ao desenvolvimento de armas nucleares.

As potencialidades da computação quântica não irão suplantar inteiramente os meios clássicos de computação baseados em transístores e microchips de silício, ao invés deverá ser considerada como uma alternativa, complementar e até sinérgica, pois sendo capaz de resolver alguns problemas que os computadores atuais não conseguem, por outro lado provavelmente também será comparativamente ineficaz, ou marginalmente melhor, para resolver outros problemas em que os computadores atuais se relevam (IISS, 2019, p. 19).

Para a indústria privada, a tecnologia quântica ainda tem um longo percurso a percorrer, porquanto para a IBM não é só o número de *qubits* que determinam o poder computacional quântico, mas também por exemplo a quantidade de operações lógicas que se consegue executar antes de existirem erros de computação (IISS, 2019, p. 20). Concomitantemente, a Intel adota uma posição em que considera que as tecnologias quânticas são deveras complexas e que irão requerer significativamente um elevado tempo para satisfazerem as aplicações comerciais (IISS, 2019, p. 20).

7.2. IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES INTERESTADOS

O facto da criptoanálise quântica se revelar uma realidade exequível leva a que comunicações seguras militares, correspondência diplomática e outra informação sensível que os estados protegem com base em encriptação possa conduzir a uma situação de divisão de influência, por motivo dessa informação necessitar de circular em difusão (IISS, 2019, p. 18).

Os consumidores de sensores quânticos procuram produtos com uma alta precisão, pois ao invés de companhias comerciais, o mercado alvo será frequentemente da investigação, defesa ou agências de informações, pois, até em caso de falha do Sistema de Posicionamento Global (GPS), as forças militares norte americanas necessitarão de um sistema não dependente do sistema de GPS, o que leva à prospectiva de procura de sistemas de navegação inerciais que podem ascender entre 150 a 250 milhões de dólares anuais (Crane, et al., 2017, p. 84).

O desenvolvimento da tecnologia quântica provavelmente irá impactar na geopolítica e relações internacionais mundiais, seja no sentido da equalização de capacidades dos estados, seja na direção oposta pois existe fundamento em crer que esta tecnologia irá acentuar as diferenças digitais entre as nações e assim a dissemelhança de segurança digital entre elas. Ora, se a criptoanálise poderia teoricamente funcionar como um balanceador de poder, na verdade só as nações com mais recursos terão acesso a essa onerosa tecnologia, o que potenciará que essas nações mais poderosas se afirmem como hegemónicas ao negarem o acesso à sua informação sensível bem como sujeitarem à transparência forçada os seus oponentes não detentores da tecnologia (IISS, 2019, p. 20). Como análise antagónica, a difusão generalizada dessa capacidade poderá ao longo do tempo reduzir a vantagem relativa de algumas outras capacidades, pois se cada ator estatal conquistar a garantia da segurança das suas comunicações e ao processar de forma exacerbada informação de sensores, levando à deteção de meios militares, sejam aéreos ou subaquáticos do adversário, um mecanismo de alavancagem de equilíbrio poderá ser desencadeado (IISS, 2019, p. 20). Como indício aplicável ao referido, o facto de a China ter criado a linha terrestre de comunicações quântica permite-lhe garantir a segurança das suas comunicações face a interesses de atores estrangeiros, pelo menos até uma era pós-quântica de criptoanálise (IISS, 2019, p. 19).

7.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

Tendo em conta o descrito neste capítulo e no capítulo anterior é possível responder à QD2 tendo por base o emprego da matriz de análise conforme aplicado na resposta à QD1. Assim é possível descrever quais as ameaças que a computação

quântica pode oferecer em contexto militar:

- Distribuição De Chaves Quânticas: permitem ao adversário possuir a capacidade de comunicações realmente seguras o que impede a exploração de obtenção de informações por criptoanálise.

- Criptoanálise Quântica: esta capacidade posta-se como anuladora da garantia de comunicações atualmente consideradas seguras que expõe ao adversário o acesso à informação sensível da força amiga.

- Detecção Quântica: na posse do adversário, incrementa a sua capacidade sensorial de informação que expõe assim as capacidades das forças amigas nomeadamente de sistemas de armas e plataformas atualmente consideradas avançadas em termos de assinatura mecânica e eletromagnética.

8. CONCLUSÕES

Esta investigação seguiu um desenho de pesquisa de estudo multicaso, procurando relacionar as capacidades quânticas, alvo de investigação e desenvolvimento por parte dos principais atores na cena internacional, a fim de descrever quais as capacidades quânticas que podem figurar em contexto militar e quais as ameaças que essas capacidades podem representar no mesmo contexto, sendo ambas conclusões elegíveis de impactar nas características e condução de guerras futuras.

Com a resposta anteriormente à QD1 e QD2, é possível responder à QC e assim atingir o OG. Utilizando as dimensões da matriz de análise, responde-se assim à QC:

- Distribuição De Chaves Quânticas: a capacidade de encriptação quântica de forma segura da informação permite ao detentor dessa tecnologia a garantia da não intrusão nos seus sistemas e obtenção ilícita de informações. Já numa perspetiva de ameaça, na posse do adversário nega à força amiga a possibilidade de obtenção de informações.

- Criptoanálise Quântica: Se por um lado a capacidade de quebrar sistemas de cifra classicamente assumidos como seguros é uma vantagem, numa lente de ameaça esta capacidade posta-se como anuladora da garantia de comunicações atualmente consideradas seguras das forças amigas que expõe ao adversário a potencial transparência da informação sensível.

- Detecção Quântica: a capacidade sensorial quântica permite sistemas de deteção evoluídos com efeitos disruptivos que, da mesma forma que expõem as capacidades do adversário, constitui-se como ameaça à clandestinidade das capacidades amigas quando exploradas pelo adversário.

Este artigo permite uma reflexão consolidada das capacidades que a

computação quântica alicia, e como consequência, o que com elas a dialética oposta de vontades entre as partes que as detêm se podem constituir como ameaça.

Com base nas conclusões deste artigo, recomenda-se a elaboração de uma estratégia geral nacional acerca da coordenação e cooperação na investigação e desenvolvimento de tecnologias quânticas, nomeadamente as aplicadas à defesa e segurança.

Decorrente da delimitação desta investigação, como investigação futura aponta-se a avaliação do estado de maturidade das tecnologias quânticas elegíveis em contexto militar que são alvo de investimento pela maioria dos programas nacionais estrangeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arute, F., Arya, K., Babbush, R., Bacon, D., Bardin, J. C., Barends, R., . . . Dunsworth, A. (2019). Quantum supremacy using a programmable superconducting processor. Retirado de <https://www.nature.com/articles/s41586-019-1666-5>
- Bidwell, C. A., & MacDonald, B. (2018). Emerging Disruptive Technologies. Retirado de <https://fas.org/wp-content/uploads/media/FAS-Emerging-Technologies-Report.pdf>
- Braun, M. C. (2018). A Brief History of Quantum Computing. Retirado de: <https://medium.com/@markus.c.braun/a-brief-history-of-quantum-computing-a5babea5d0bd>
- CB Insights. (2019). What Is Quantum Computing? Retirado de <https://www.cbinsights.com/research/report/quantum-computing/>
- Crane, K. W., Joneckis, L. G., Boyd, I. D., Corbin, B. A., Han, X., & Rozansky, R. N. (2017). Assessment of the Future Economic Impact of Quantum Information Science. Retirado de <https://www.ida.org/-/media/feature/publications/a/as/assessment-of-the-future-economic-impact-of-quantum-information-science/p-8567.ashx>
- CRS. (2019). Quantum Information Science: Applications, Global Research and Development, and Policy Considerations. Retirado de <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R45409>
- Degen, C. L., Reinhard, F., & Capellaro, P. (2017). Quantum Sensing. Retirado de <https://journals.aps.org/rmp/abstract/10.1103/RevModPhys.89.035002>
- Emerging Technology from the arXiv. (2018). Chinese satellite uses quantum cryptography for secure videoconference between continents. Retirado de <https://www.technologyreview.com/s/610106/chinese-satellite-uses-quantum-cryptography-for-secure-video-conference-between-continents/>

- Frankenfield, J. (2019). Quantum Computing. Retirado de <https://www.investopedia.com/terms/q/quantum-computing.asp>
- HPCQT Team. (2020). Quantum Technologies Flagship. Retirado de <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/quantum-technologies>
- ID Quantique. (2020). Quantum Computing Industry Review: Q1 2020. Retirado de <https://www.idquantique.com/quantum-computing-industry-review-q1-2020/>
- IISS. (2019). *The Military Balance 2019*. Londres: IISS.
- Inglesant, P., Jirotko, M., & Hartswood, M. (2016). Responsible Innovation in Quantum Technologies applied to Defence and National Security. Retirado de <https://nqit.ox.ac.uk/sites/www.nqit.ox.ac.uk/files/2018-11/Responsible%20Innovation%20in%20Quantum%20Technologies%20applied%20to%20Defence%20and%20National%20Security%20PDFNov18.pdf>
- INL. (s.d.). What is Quantum Portugal Initiative? [Página *online*]. Retirado de <https://quantumportugalinitiative.inl.int/>
- IUM. (2018). NEP / INV 001 (O) - Trabalhos de Investigação. Lisboa, Portugal: IUM.
- Lanese, N. (2019). What Is Cryptography? Retirado de <https://www.livescience.com/65648-cryptography.html>
- Lele, A. (2019). *Disruptive Technologies for the Militaries and Security*. Singapura: Springer.
- Lusa. (2019). Lisbon Leads European Quantum Computing Project. Retirado de <https://www.theportugalnews.com/news/lisbon-leads-european-quantum-computing-project/51447>
- Market Research Future. (2020). Quantum Computing in Aerospace & Defense Market Research Report-Global till 2024. Retirado de <https://www.marketresearchfuture.com/reports/quantum-computing-aerospace-defense-market-7788>
- Parker, L. (2019). Quantum computing in a Defence context. Retirado de <https://www.australiandefence.com.au/defence/cyber-space/quantum-computing-in-a-defence-context>
- QTSAB. (2015). National Strategy for Quantum Technologies. Retirado de https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/414788/Strategy_QuantumTechnology_T15-080_final.pdf
- Science and Technology Committee. (2018). Quantum technologies - Twelfth Report of Session 2017–19. Retirado de <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmsctech/820/820.pdf>
- SCQIS. (2018). National Overview For Quantum Information Science. Retirado de <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2018/09/National-Strategic-Overview-for-Quantum-Information-Science.pdf>

- Simplilearn. (2019). Cryptanalysis in Cryptography - Decrypting the Encrypted Data. Retirado de <https://www.simplilearn.com/cryptography-a-detailed-insight-rar217-article>
- Summers, N. (2018). This is what a 50-qubit quantum computer looks like. Retirado de <https://www.engadget.com/2018/01/09/this-is-what-a-50-qubit-quantum-computer-looks-like/>
- United States Department of State. (2020). Military-Civil Fusion and the People's Republic of China. Retirado de <https://www.state.gov/remarks-and-releases-bureau-of-international-security-and-nonproliferation/mcf-and-the-prc/>

2. AS ARMAS HIPERSÓNICAS E A GUERRA FUTURA

Júlio Alexandre Couto Carilho

Major de Material

Auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/20

Lisboa, Portugal

RESUMO

O objetivo desta investigação é analisar o impacto conferido pelas armas hipersónicas na guerra e na conflitualidade futura, recorrendo a um estudo de caso comparativo entre os programas de desenvolvimento tecnológico destes novos sistemas, por parte dos Estados Unidos da América, da Federação Russa e da China. A presença destas armas nos arsenais das principais potências mundiais terá reflexos, tanto nas relações entre elas, como no desenrolar dos conflitos futuros. Assim, torna-se necessário um entendimento tripartido que, por um lado, regule o desenvolvimento e o emprego desta tecnologia, associada à sua capacidade nuclear, assim como, vede o seu acesso a atores que possam fazer destas armas um uso indesejado. Pese embora o facto de serem necessárias medidas de controlo para o seu emprego, constata-se que esta capacidade, per se, não terá um papel determinante num futuro, que se prevê marcado pela subversão e pela luta pelo domínio da informação.

Palavras-chave: Armas hipersónicas, Estados Unidos da América, Federação Russa, China, Tecnologia, Mísseis.

ABSTRACT

The aim of this essay is to analyse the impact of hypersonic weapons on warfare and future conflict, using a comparative case study concerning the technological development programs of this new systems, by United States of America, Russian Federation and China. The presence of this weapons in the arsenals of the main superpowers will be reflected in the relations between them and in the development of future conflicts. Thus, it becomes imperative to reach a three-party understanding, in order to regulate the development and use of this technology, associated with its nuclear capability, as well as the denial of access to actors that can make these weapons an undesired use. Even though the fact that control measures are necessary, it turns out that this capability itself, won't play a decisive role in the future, which is expected to be marked by subversion and the struggle for the information's domination.

Keywords: Hypersonic Weapons, United States of America, Russian Federation, China, Technology, Missiles.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional é regulado por um mecanismo que estabelece a frequência dos ciclos de guerra e paz. É da competência da política, nomeadamente dos seus decisores, que a distribuição do Poder permaneça estável, uma vez que os conflitos surgem com a tentativa de alterar esta distribuição. Procura-se assim manter um “equilíbrio de poder” recorrendo a um sistema que possibilita o estabelecimento de alianças, garantindo que nenhuma entidade ou grupo de entidades seja dominante. Este equilíbrio torna-se assim a constante estratégica, que pode ser abalada quando uma ou várias entidades se rebelam contra o sistema de equilíbrio ou quando existe um vazio de Poder, motivado pela inexistência de uma autoridade capaz em determinada área ou região do globo, potenciando os efeitos de alastramento e tentativas de anexação (*United States Government [USGov], 1997*). Num mundo cada vez mais difuso, este mecanismo constitui-se como uma das ferramentas de análise para os problemas e dilemas estratégicos.

A última década tem sido marcada por uma mudança na distribuição de Poder, nomeadamente (i) o declínio do Ocidente, (ii) o ressurgimento da Federação Russa (FR) e da sua política expansionista e (iii) a emergência da China e da Índia, refletindo-se nas vontades de cada estado usar do poder económico para fins estratégicos (Ferris, 2013). Reativamente, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – baluarte da representação ocidental, previu na publicação *Framework for Future Alliance Operations* que deveria ser mantido o foco na inovação tecnológica, sob pena de perder preponderância face aos adversários (OTAN, 2018). Esse foco incidiu no desenvolvimento de cinco grandes domínios, atualmente conhecidos por BRINE, tendo ainda identificado a revolução hipersónica como um “avanço a considerar”, pelo seu provável impacto futuro.

O objetivo desta investigação é, assim, analisar o impacto que o desenvolvimento da tecnologia hipersónica para fins militares poderá causar, tanto nas relações internacionais entre potências mundiais, como na natureza e morfologia da conflitualidade futura. Para tal, para além desta introdução, o estudo está organizado em mais seis capítulos. O fio condutor passa pela apresentação do conhecimento atual sobre as matérias da conflitualidade futura e do desenvolvimento das armas hipersónicas (AH), seguida do enquadramento conceptual e metodológico, a caracterização da tecnologia hipersónica e dos programas de desenvolvimento das principais potências, a apresentação das implicações na guerra futura e terminando com a apresentação das conclusões.

2. ESTADO DA ARTE

Para traçar o panorama atual do conhecimento sobre a temática, são apresentadas conclusões de estudos, artigos e relatórios bastante atuais. Assim, abordam-se aspetos e previsões acerca da conflitualidade futura, o papel da tecnologia 5G nas operações militares, culminando com a apresentação de duas perspetivas diacríticas do impacto das AH. Estas visões analisam os riscos da sua proliferação e os aspetos do (des)equilíbrio de Poder, associados à existência destas novas armas.

Embora existam perspetivas divergentes, o futuro reserva a coexistência de guerras regulares e irregulares. As primeiras respeitam o modelo clausewitziano e nas segundas “os Estados podem entrar em guerra contra uma rede terrorista, uma milícia étnica, um movimento independentista, um exército rebelde ou ainda contra organizações criminosas transnacionais” podendo, eventualmente, não envolver nenhum Estado. Em todos os casos, será determinante o acesso e o tratamento da informação. Apesar de incerto, o futuro da guerra continuará a ser marcado pela alteração das relações de Poder, em ambientes cada vez mais subversivos e sem regras ou princípios. As forças empregues, provindas de uma “sociedade de terceira vaga”, travarão “guerras espetáculo”, onde impera a alta tecnologia e a utilização crescente das novas dimensões – espaço e ciberespaço (Garcia, 2018).

O esforço de desenvolvimento de AH, atualmente liderado pelas três principais potências, obriga à coexistência de avanços paralelos, nomeadamente a tecnologia 5G. Para uma melhor compreensão, considerando o regime da trajetória mais rápida, alta e imprevisível destas novas armas (assunto a desenvolver no Capítulo 4), estas serão capazes de anular facilmente os atuais sistemas de defesa antimíssil (SDA), tornando a sua interceção próxima do impossível. O tempo de reação poderá ser inferior a um minuto, pelo que se prevê que o 5G possa assegurar, para além da *intelligence* convencional, melhoradas e excecionais capacidades de processamento de dados acerca de trajetórias e objetivos/alvos (Gambuzzi, 2019).

Recentemente foram publicados relatórios e artigos de opinião, onde, para além de se verificarem divergências nas análises acerca das implicações futuras das AH, também se constata uma perda de relevância destas, como um meio dissuasor de carácter global.

Segundo Gil (2016), o efeito estratégico das AH reside na capacidade de ataque preventivo “violento e preciso”. Porém, independentemente de se utilizarem AH de forma preventiva ou retaliativa, as armas de destruição massiva (ADM) prevaleceriam, pelo que a possibilidade de alterar o equilíbrio estratégico, *per se*, seria ilusória. Segundo esta visão, o emprego de AH restringir-se-ia a conflitos menores, sem consequências nas posições de poder de qualquer superpotência.

Contudo, ao nível da proliferação existem, duas preocupações. Desde logo, as alterações ao ciclo de decisão estratégica, causadas pela redução drástica do tempo disponível para responder a um primeiro ataque, potenciando posturas de *launch-on-warning* e, assim, abalar o equilíbrio estabelecido. A segunda decorre dos riscos de decapitação estratégica, que obrigaria à entrega do C2 nos comandos operacional ou tático, podendo degenerar numa guerra acidental e conseqüente dispersão e desvio de ADM para atores não estatais. Tais cenários sugerem que as AH, pelo efeito que podem causar na decisão estratégica, tornarão o mundo mais inseguro, sendo vital a sua não proliferação tecnológica para Estados em conflito (atual ou latente), através de um acordo tripartido entre os Estados Unidos da América (EUA), FR e China (Lee, Moore, Nacouzi, & Speier, 2017).

Outra abordagem sugere que as AH só afetarão o equilíbrio estratégico, caso surjam compromissos de produção em larga escala, com capacidade para atingir objetivos primários e secundários, independentemente da retórica para as não promover. Assim, o desígnio previsto para esta tecnologia é contribuir para um “dilema de armas combinadas do século XXI”, num emaranhado de outras novas tecnologias, com capacidades tradicionais modernizadas (Cummings, 2019).

Outra abordagem conclui que, devido à existência de desafios estratégicos distintos entre atores, as conseqüências para o Sistema Internacional decorrente da “revolução hipersônica” se reduzirá a “nada”, sendo incoerente colocar os EUA atrás da FR e/ou da China, numa hipotética corrida armamentista. Ou seja, como os SDA surgiram como o “antídoto” para os mísseis balísticos (MB) adversários, as AH representam a inovação para ultrapassar as defesas atualmente detidas pelos EUA, dificultando a análise dos efeitos estratégicos deste avanço. Os EUA assumem que o papel dos SDA não evoluiu desde a sua implementação, i.e., deter ameaças como as do Irão ou da Coreia do Norte, e não, para fazer face a um eventual ataque global da FR ou da China. Assim, a vulnerabilidade dos EUA perante a FR permanece a mesma agora, como antes do anúncio do sucesso do lançamento *Avantguard* russo. Para os defensores de teorias da destabilização, motivadas pelos SDA, o surgimento deste míssil vem aumentar a estabilidade, através do reforço da vulnerabilidade mútua, na qual reside a *deterrence* nuclear, justificando os avanços da FR e da China. Em resumo, a aparente vantagem que estes dois atores demonstram pode ser vista apenas como a resposta ao desequilíbrio que os SDA norte-americanos representam na Europa e no Pacífico (Reddie, 2020).

Para além da evidente atualidade, este tema tem toda uma envolvente de interesse, motivado pela importância que as principais superpotências depositam nos respetivos programas de desenvolvimento, tendo sido recentemente “apimentado” pelo anúncio da entrada ao serviço do primeiro sistema russo.

3. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a base conceitual utilizada e a explicação da metodologia seguida. O corpo de conceitos utilizado nesta análise tem por base a definição de AH, à qual se segue um conjunto de noções doutrinárias dos domínios da estratégia nuclear e convencional.

3.1. BASE CONCEPTUAL

Uma breve pesquisa *online* sobre o termo “hipersónico” remete normalmente para a velocidade “cinco vezes superior ao som” (Priberam, s.d.). Assim, as AH são aquelas que conseguem bater e ultrapassar essa barreira (*Mach* 5), correspondente a 1,715 Km/s. A problemática inerente às mesmas é a inexistência de sistemas comprovados de interceção eficazes, agravada pela combinação de efeitos dual: (i) com carga, convencional ou nuclear ou (ii) sem carga, fazendo-se valer apenas da energia cinética/potencial (Bosbotinis, 2018).

Neste contexto apresentam-se os conceitos inerentes aos pensamentos estratégicos nuclear e contemporâneo. Destaca-se assim, como a “forma punitiva da dissuasão”, cujo objetivo passa por “convencer um adversário a não desencadear uma ação, face a uma ameaça de punição”. Segundo Morgan (1977, cit. por Correia, 2018), a *deterrence* pode ser categorizada em: (i) geral – regulação do equilíbrio de Poder entre adversários, durante um determinado período; (ii) imediata – quando o equilíbrio é afetado e se pondera um ataque ou eventual retaliação. Durante o período da Guerra Fria, a *deterrence* consistiu, essencialmente, na influência da possibilidade de punição no estado de espírito dos contendores, sendo um bom exemplo deste conceito, a resolução do conflito da Coreia, em 1953 (Schelling, 1966). Na atualidade, *deterrence* encerra um pendor mais direcionado para a negação (*denial*) conjugada com os esforços de “não-proliferação”, embora, entre as potências nucleares, se esteja a estender para múltiplos domínios (e.g. a militarização do espaço), tornando-se, por este motivo, um conceito cada vez mais complexo (Correia J. M., *Deterrence no Século XXI. Desafios para a Estratégia Contemporânea*, 2018).

A referida negação está intimamente ligada com o conceito de *Anti Access/Area Denial* (A2/AD), que não é mais do que o(s) efeito(s) causado(s) pela combinação de capacidades que visam, respetivamente, impedir a entrada numa área operacional ou limitar a liberdade de ação dentro desta ao oponente (*United States Joint Chief of Staff [USJCS]*, 2012). No Leste da Europa, este efeito é alcançado através da combinação de sistemas de defesa antiaérea com plataformas de lançamento de MB russos.

Ainda dentro da doutrina nuclear, surge o conceito *Mutual Assured Destruction* (MAD), que tem caracterizado a conduta do emprego deste instrumento entre os EUA e a União Soviética (e mais tarde a FR), a partir do momento em que o segundo ator

atingiu a igualdade nesta capacidade. A ideia subjacente a este pensamento/conceito implica que, reciprocamente, a população de um ator estará melhor protegida, caso permaneça vulnerável à ação do outro – “quem ataca primeiro, morre em segundo” (Gaddis, 1982). Ou seja, o equilíbrio de Poder é mantido através do consentimento da proliferação controlada/regulada desta tecnologia (recorrendo a acordos bilaterais ou multilaterais), aceitando as vantagens do oponente e as desvantagens próprias.

Porém, o século XXI trouxe novos desafios securitários, relacionados com a exploração do espaço e do ciberespaço, bem como todo o desenvolvimento tecnológico associado, condicionando a adequabilidade e a validade da MAD, como garante da estabilidade estratégica. Desta forma, tem-se procurado evoluir deste conceito, assente na possibilidade/receio de ataques preemptivos, para uma *Mutual Assured Stability* (MAS), cuja definição prevê que a estabilidade seja garantida pela capacidade “massivamente destrutiva” de outros meios que não o nuclear, tais como a tecnologia cibernética e armas convencionais e aeronaves mais avançadas. Este equilíbrio poderá ser alcançado através de um (novo) compromisso EUA – FR, que incorpore três grandes domínios: (i) o avanço tecnológico, (ii) os novos desafios de segurança e (iii) as novas realidades geopolíticas, de forma a impossibilitar a existência de vantagens unilaterais e estendendo o interesse a outros atores da Ásia-Pacífico, nomeadamente a China (Wallander, 2013).

O avanço tecnológico, as recentes tomadas de posição dos principais atores (no tocante ao afastamento dos acordos de contenção) e os fortes investimentos na tecnologia hipersónica, poderão ser o indício de uma Revolução em Assuntos Militares (RAM). Este conceito prevê a procura unilateral de proveitos, assente em programas exclusivos de desenvolvimento de capacidades ou sistemas, incitando o(s) contendor(es) à própria RAM, adaptando-se, desta forma, ao novo ambiente de conflitualidade (Stephenson, 2010).

3.2. METODOLOGIA

Partindo do objetivo delineado para este ensaio, define-se como objeto de investigação a tecnologia e os principais programas de desenvolvimento, delimitados no tempo e no conteúdo aos atuais esforços dos EUA, da FR e da China. O *design* consiste num estudo de caso comparativo entre estes atores. Partindo de um raciocínio indutivo e recorrendo à estratégia de investigação qualitativa (Santos & Lima, 2019), são abordados os programas de desenvolvimento individuais de cada ator, com vista a perceber de que forma as AH poderão afetar a conflitualidade futura e as implicações nas relações entre superpotências. Como a temática é atual, inicia-se com uma breve explicação da tecnologia, identificando as tipologias de AH, as suas características e as barreiras técnicas e económicas ao seu desenvolvimento. Segue-se uma descrição dos principais programas de desenvolvimento, com

a apresentação de dados relativos à situação/patamar de desenvolvimento e identificando os principais sistemas/capacidades que concorrem para os objetivos estratégicos. Decorrente destes, estabelece-se um quadro de implicações futuras nas relações entre atores e na conflitualidade, à luz dos conceitos apresentados no subcapítulo anterior. A Figura 1 ilustra o percurso metodológico.



Figura 1 – Percurso metodológico

As principais referências utilizadas consistem de relatórios e artigos de especialistas, donde se destacam:

- Andrew W. Reddie – artigo sobre a corrida armamentista hipersónica;
- RAND Corporation – relatório elaborado por quatro investigadores, que aborda diversos aspetos sobre o desenvolvimento tecnológico e a proliferação de AH, que inclui recomendações para o seu controlo;
- Richard Stone – artigo comparativo entre os diversos programas de desenvolvimento;
- *United Nations Office for Disarmament Affairs* (UNODA) – estudo abrangente sobre as implicações das novas armas para a paz e segurança internacional.

4. A TECNOLOGIA HIPERSÓNICA

Os atuais SDA reagem de acordo com a previsão de intercetar um objeto balístico, sendo a sua eficácia anulada pela introdução da manobrabilidade em objetos animados a velocidades hipersónicas, como as AH. Outro grande atributo que se pretende alcançar com estas armas, é a possibilidade de entrega de carga convencional e nuclear, podendo ainda, como referido anteriormente, ser utilizadas sem qualquer explosivo, alcançado o efeito pretendido apenas com o efeito da energia cinética do próprio movimento, conforme ilustrado na Figura 2.

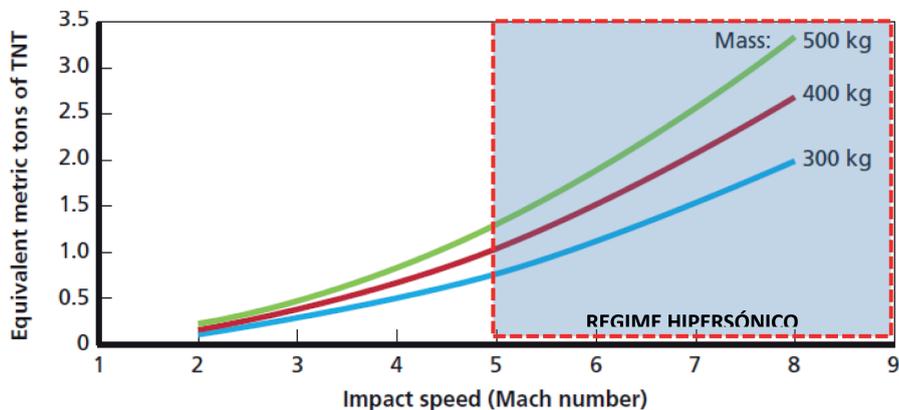


Figura 2 – Poder destrutivo de uma massa ou projétil em função da velocidade
 Fonte: Lee et al. (2017).

4.1. O QUE SÃO ARMAS HIPERSÔNICAS?

A OTAN compara os veículos hipersônicos (VH) aos vaivéns espaciais aquando da reentrada na atmosfera e podem ser empregues, conceptualmente, em ataques de longo alcance contra alvos de elevado valor ou em SDA (OTAN, 2018). Assim as AH aliam a velocidade de um MB à manobrabilidade de um míssil de cruzeiro (MC), dificultando o rastreio e a interceção por SDA, contrastando neste aspeto com os que seguem uma trajetória balística (Missile Defense Advocacy Alliance [MDAA], s.d.), conforme Figura 3.

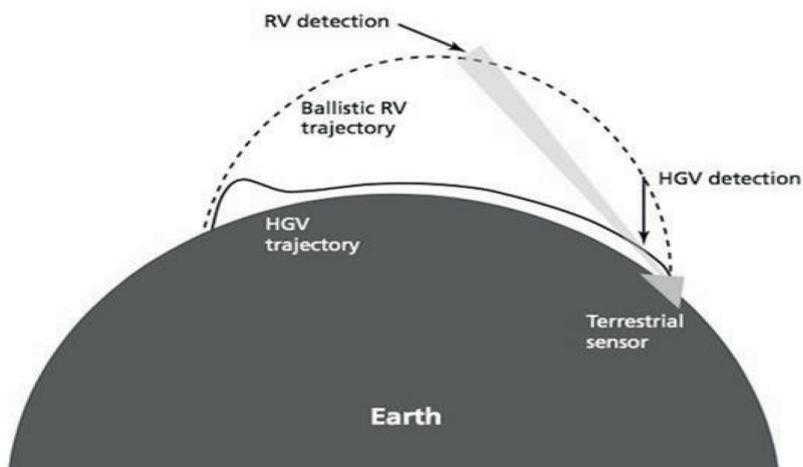


Figura 3 – Diferenças na deteção de MB e VH
 Fonte: Lee et al. (2017).

4.2. QUAIS AS TIPOLOGIAS E CARACTERÍSTICAS?

A competição pela modernização dos mísseis que imperou durante a Guerra Fria parece estar a replicar-se neste século, contudo a corrida não se centra no aperfeiçoamento da carga útil, mas antes na tecnologia de propulsão/projeção, destacando-se duas tipologias: mísseis de cruzeiro hipersónicos (HCM) e planadores hipersónicos (HGV). Existem várias nações com interesse no seu desenvolvimento, embora sejam os EUA, a FR e a China os (ainda) únicos atores com programas credíveis (Brimelow, 2018).

Um HGV é normalmente projetado por sistemas de lançamento espacial (foguete) e largado entre 50-100 km de altitude, planando a velocidade hipersónica ao longo da camada superior da atmosfera até ao alvo. A trajetória errática e a sua deteção tardia (*vide* Figuras 4 e 6), constituem o maior desafio às defesas e à capacidade de retaliação.

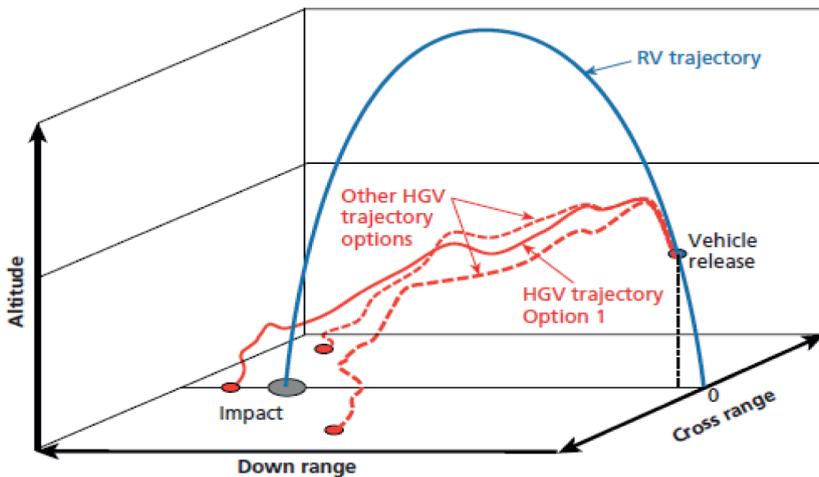


Figura 4 – Reentrada balística versus manobrabilidade do HGV

Fonte: Lee et al. (2017).

Já um HCM pode ser lançado por vetores aéreo, terrestre, naval e submarino, acelerando até *Mach* 3-4, com recurso a propulsor-foguete, velocidade à qual é ativado o mecanismo propulsor hipersónico, designado por *Supersonic Combustion Ramjet* (SCRAMJET). Para operar nas condições devidas, tem de voar a altitudes entre 30-50 km, acima dos atuais SDA terrestres (Lee et al., 2017). A Figura 5 ilustra a configuração genérica dos dois sistemas.



Figura 5 – Configuração genérica e características dos HGV e HCM

Fonte: Lee et al. (2017).

Na Figura 6 é estabelecida uma comparação das trajetórias e regimes de voo pelas camadas da atmosfera até ao alvo, onde fica explícita a distinção do *timing* e do ponto de deteção entre os MB e as AH, sendo este o aspeto que mais coloca em causa a eficácia dos atuais SDA.

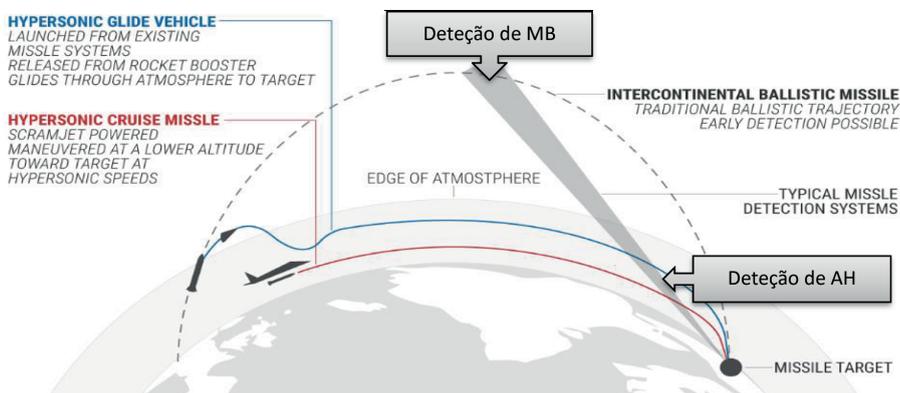


Figura 6 – Comparação das trajetórias HGV e HCM até ao alvo

Fonte: Adaptado a partir de Friedman (2019).

4.3. BARREIRAS TÉCNICAS E ECONÓMICAS

[...] É o tipo mais simples de motor a jato que se pode imaginar [...] apenas um tubo aberto, no qual o ar se mistura com combustível. É, talvez, também o tipo mais complicado que se pode imaginar, devido às condições extremas sob as quais ele opera. (Mark Lewis, s.d., cit. por Stone, 2020)

As considerações tecidas pelo Dr. Mark Lewis⁶⁷ acerca dos propulsores SCRAMJET utilizados em HCM, transmite bem a complexidade sentida no processo de desenvolvimento destes sistemas. Entre outros aspetos, estas dificuldades resultam das velocidades implicadas e dos fenómenos da própria combustão (em que moléculas de ar supersónicas/hipersónicas percorrem o corpo tubular do propulsor em escassos milissegundos), ramificando em complicações ao nível da resistência do corpo do VH às ondas de choque, produzidas pelo próprio movimento (Stone, 2020). A Figura 7 ilustra a configuração teórica de um propulsor SCRAMJET para aplicação em HCM.

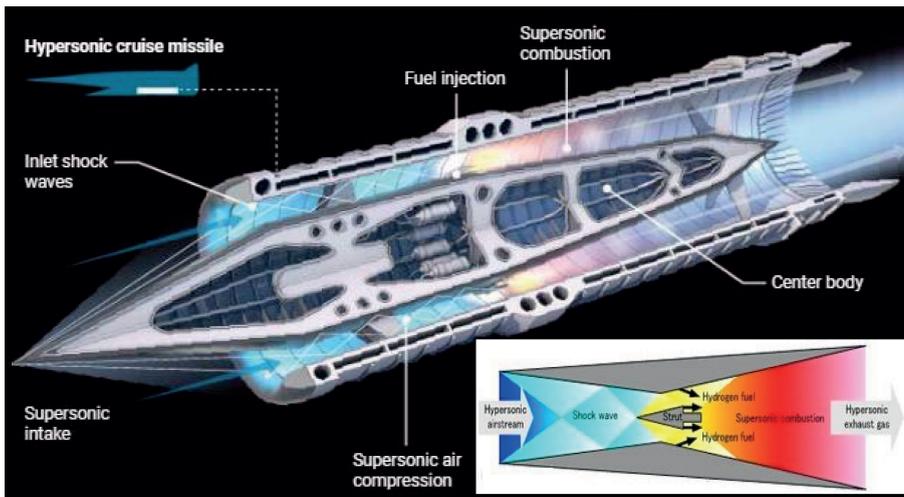


Figura 7 – Modelo teórico de propulsor SCRAMJET para aplicação em HCM

Fonte: Adaptado a partir de MDAA (s.d.) e Stone (2020).

Para além da complexidade inerente ao sistema de propulsão identificado, existe outro fator que é transversal a ambas as tipologias de AH identificadas, associado aos seus regimes de voo – a temperatura. Este tem sido o maior obstáculo ao desenvolvimento da tecnologia e acaba por ser o que distingue as AH dos MB ou do vaivém espacial, que, como referido, também se animam a velocidades hipersónicas. A quantidade de calor total (Q_{total}), transferida para um corpo em voo é regida pela seguinte equação:

$$Q_{total} \propto \int \left(\frac{\rho}{R_n} \right)^{0.5} v^3 dt$$

⁶⁷ Diretor para a Investigação de Defesa e Engenharia para a Modernização – Departamento de Defesa dos EUA.

Em que:

- ρ ~ densidade do ar
- v ~ velocidade
- R_n ~ raio do “nariz” do veículo
- t ~ tempo

Os quatro fatores apresentados são os que mais influenciam Q_{total} . Atendendo aos aspetos atrás referidos, facilmente se conclui que os HGV/HCM, concebidos para voos longos, maioritariamente dentro da atmosfera terrestre (ρ e t maiores) e desenhados com arestas mais evidentes (R_n menor) – vide Figura 5, sentem maior impacto térmico que a generalidade dos veículos espaciais e demais MB (Lee et al., 2017).

Os obstáculos levantados pela (i) resistência térmica dos materiais utilizados, (ii) regime e controlo de voo, (iii) propulsão dos HCM e (iv) simulação, modelação e ensaios em regime hipersónico constituem as principais barreiras técnicas para o desenvolvimento de sistemas de voo hipersónico. A estas juntam-se barreiras económicas, associadas a custos gigantescos com programas de investigação e desenvolvimento (I&D), bem como com a edificação de infraestruturas (e.g. túneis de vento hipersónicos) para a realização de ensaios em terra (Lee et al., 2017).

Este conjunto de barreiras tem contido (até ao momento) a proliferação da tecnologia hipersónica, estando a mesma circunscrita e apenas ao alcance das três grandes superpotências – EUA, FR e China, que com os seus programas lideram, de forma destacada, esta nova corrida armamentista.

5. OS ATORES – POSTURA E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Em termos de capacidades militares, os mísseis estão, atualmente, no centro da discussão política. Tal é devido à possibilidade de afetar o balanço de Poder, através do emprego de ADM de forma rápida e precisa. O facto de existirem visões distintas entre atores, sobre aspetos relacionados com a sua utilização e poder dissuasor, tem impedido a existência de um vínculo regulador, acerca do seu desenvolvimento e proliferação. No entanto, existem acordos multilaterais ao nível da Comunidade Internacional que procuram impedir a proliferação de mísseis e tecnologia afim, destacando-se o *Missile Technology Control Regime* (MTCR) e o *Hague Code of Conduct* (UNODA, s.d.). Desta forma, os instrumentos internacionais que visam a limitação, distribuição generalizada e o estabelecimento de “medidas de confiança” entre os atores, apenas existem na forma de tratados bilaterais (eventualmente regionais) e visam o controlo de mísseis associado a ADM (Mira, 2012).

A problemática das AH “esbarra” com as recentes tomadas de posição dos

signatários do Tratado das Forças Nucleares de Alcance Intermédio (INF)⁶⁸, os EUA e a FR. Após uma suspensão inicial russa de seis meses, ambos abandonaram formalmente o tratado em 2019, após insinuações mútuas de incumprimento dos termos, na sequência dos ambiciosos programas de desenvolvimento de armamento, nos quais se inclui uma cada vez mais capacitada China (BBC, 2019a). Até ao seu abandono, foi sugerida a inclusão deste (novo?) ator no tratado, reivindicada, essencialmente, pelos EUA. Contudo, houve uma série de razões que motivaram a não adesão da China: (i) como os seus MB de alcance intermédio são de dupla capacidade, perderia a capacidade convencional nos seus sistemas; (ii) fruto da sua posição geopolítica e das tensões regionais, não abdicaria de incluir outros estados como o Paquistão, Índia, Coreia do Norte, Irão e Israel, também detentores de sistemas abrangidos pelo INF. Porém, a principal razão da renitência sínica sempre foi a pouco provável (e comprovada) manutenção do acordo entre os outros dois signatários, EUA e FR (Ghoshal, 2016). Assim, propõe-se neste capítulo a descrição genérica dos programas de desenvolvimento de AH destes três atores.

5.1. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os objetivos da estratégia norte-americana englobam sempre duas dimensões: dissuadir os adversários (FR e China) e “tranquilizar” os aliados, principalmente os que são ameaçados pelos segundos, encaixando-se a discussão sobre AH no mesmo patamar. O seu programa, para além dos efeitos que pretende manter no Leste da Europa e na Península Coreana, visa também o desenvolvimento da capacidade de defesa antissatélite, pela sua “dependência desproporcional” deste meio, para efeitos de vigilância, comunicações e navegação de precisão. Não abdica, contudo, de manter uma posição de força, para negociar o melhor acordo num futuro tratado de regulação e controlo da tecnologia, para sua segurança (Cummings, 2019).

Em matéria de mísseis, a postura perante os adversários visa, normalmente, a defesa seguida de uma ação retaliatória. Por esse motivo, a estratégia passará por conceber uma defesa contra AH, através de uma rede de sensores espaciais, para detetar fontes de calor e, assim, dilatar o tempo de resposta a um ataque. Prevê-se uma dupla função para os mesmos, com vista ao posterior guiamento da capacidade ofensiva (retaliativa), aplicáveis num futuro SDA hipersónico (Stone, 2020). A tarefa de desenvolvimento deste sistema está atribuída à *Missile Defense*

⁶⁸ Tratado celebrado em 1987 e versou a eliminação dos MB e MC nucleares, com alcances entre os 500 e os 5.500 Km, não sendo aplicável aos lançados por vetor aéreo ou marítimo (*United States Department of State [USDoS]*, s.d.).

Agency (MDA) e visa explorar a “altitude” do espaço para, ao nível da órbita inferior da terra⁶⁹, implantar a dita camada de sensores (leves e modulares) e garantir o rastreamento contínuo de qualquer tipo de míssil, sem o obstáculo da curvatura da terra e, assim, antecipar o ponto de deteção de uma AH adversária (Fraser, Gorenc, & Shapland, 2020).

Internamente a estratégia não passa pelo reforço da capacidade nuclear, mas sim pelo desenvolvimento de AH convencionais de elevada precisão, podendo ser este último critério o motivo do atraso na implementação (Reddie, 2020).

Os primeiros passos foram dados em 2011⁷⁰, com a chamada *Advanced Hypersonic Weapon*, um HGV projetado para cargas convencionais, tendo mantido nos testes o regime hipersónico e alcançado com sucesso um alvo a 3.700 km. Atualmente decorrem dois projetos⁷¹ de destaque, embora direcionados para o lançamento por vetor aéreo, para finalidades táticas com recurso a cargas convencionais (UNODA, 2019). Um desses contratos foi recentemente entregue à *Lockheed Martin*, para o desenvolvimento de dois sistemas, onde consta o HCM AGM-183 (480 milhões de dólares), ilustrado na Figura 8 em testes de voo acoplado ao bombardeiro estratégico B-52 (Bosbotinis, 2018).

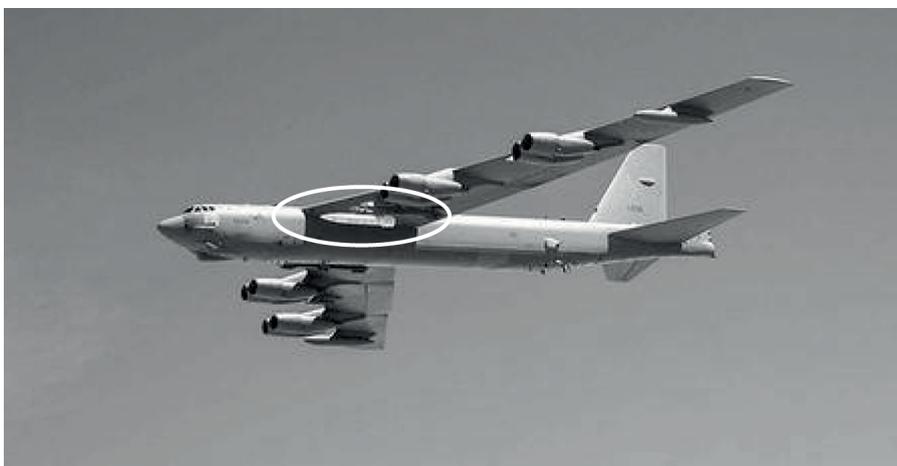


Figura 8 – Teste de voo de B-52 com HCM AGM-183 acoplado

Fonte: Bosbotinis (2018).

⁶⁹ Camada localizada entre 160 - 2.000 Km acima da crosta terrestre, na qual a gravidade não interfere com a queda de um objeto espacial e o período orbital varia entre 88 - 127 minutos (Williams, 2020).

⁷⁰ Integrado no programa *Conventional Prompt Global Strike*, concebido para desenvolver um sistema de lançamento convencional, capaz de atingir em menos de uma hora qualquer ponto do globo (Acton, 2015).

⁷¹ *Tactical Boost Glide Program* e o *Hypersonic Conventional Strike Weapon*.

A atual crise pandêmica de COVID-19 derivada da doença provocada pelo novo coronavírus, cujas consequências globais não podem ser estimadas, à data deste ensaio, terá certamente reflexos nos orçamentos destinados à I&D, com consequências na evolução do processo de edificação da capacidade. Por outro lado, os porta-aviões *USS Theodore Roosevelt* e *USS Ronald Reagan* confirmaram casos de infecção nas suas tripulações, tendo cumprido longos períodos de quarentena nos portos de Guam e Yokosuda (Japão), respetivamente, afetando a projeção de poder e dissuasão norte-americano nas águas do Pacífico Ocidental (Cropsey, 2020).

5.2. FEDERAÇÃO RUSSA

A principal causa para o antagonismo entre este ator e os EUA reside no avançado SDA norte-americano, considerado uma ameaça à sua capacidade de retaliação com MB intercontinentais (ICBM) e um impedimento estratégico. O seu programa tem sido conduzido com vista a colmatar esta limitação, pelo que se tem centrado no desenvolvimento do sistema *Avantguard*, um HGV com capacidade nuclear (*vide* Figura 9). Após anunciados avanços nos testes de lançamento e voo em 2018, a FR comunicou em dezembro de 2019, na voz do seu Presidente, a entrada ao serviço deste sistema (BBC, 2019b).



Figura 9 – Monitorização do teste de lançamento do sistema *Avantguard* (2018) e modelo conceptual

Fonte: BBC (2019b).

Apesar do foco neste HGV, tem também realizados esforços para desenvolver o míssil antinavio *Kinzhal*, um HCM comparado ao sistema de mísseis táticos *Iskander*, mas lançado por vetor aéreo. Previsivelmente terá um alcance de 1.900 km, com possibilidade de contornar SDA a cerca de *Mach* 10, com o objetivo de contribuir para a capacidade A2/AD no Leste europeu (Brown, 2020; Klare, 2019).

5.3. CHINA

À semelhança da FR, este ator pretende desenvolver esta tecnologia para fins de *denial* às águas dos mares do Leste, essenciais à sua segurança (Friedman G. , *Hypersonics and Modern War* [Estudo publicado em blogue], 2019). A doutrina passa por manter afastados os porta-aviões norte-americanos do alcance operacional, encontrando-se a desenvolver, para tal, o HGV *Dongfeng-17*, com características antinavio, assim como o HCV *Lingyun-1* (vide Figura 10). Os primeiros, quando operacionais, contribuirão para a capacidade de dissuasão, sem recurso a operações navais.



Figura 10 – AH desenvolvidas pela China: HGV *Dongfeng-17* e HCM *Lingyun-1*

Fonte: Adaptado a partir de Long (2018) e Stone (2020).

Para manterem a afirmação de potência global, estão também a desenvolver o sistema *Starry Sky-2*, um HCM que poderá atingir *Mach 6*, com capacidade de transporte de carga convencional ou nuclear, estando prevista a sua entrada ao serviço em 2023 (Bosbotinis, 2018).

Só com capacidade hipersónica é possível obter um verdadeiro efeito dissuasor sobre os EUA, contudo, a tecnologia de guiamento antinavio requer uma precisão consideravelmente aprimorada. Sabendo da capacidade antiaérea norte-americana, este guiamento não pode ser assegurado por meios aéreos (tripulados ou não), mas sim com recurso a satélites. Na ocorrência de um conflito, seria expectável que esses fossem os alvos primários, o que remete para o seguinte pensamento: a existência da capacidade hipersónica, *per se*, não constitui uma ameaça ao oponente, se não houver o prévio domínio do espaço (Friedman G. , *Hypersonics and Modern War* [Estudo publicado em blogue], 2019).

6. IMPLICAÇÕES

[...] Precisamos canalizar a sabedoria dos prudentes controladores de armas da Guerra Fria, que entenderam a necessidade urgente de controlar armas com implicações terríveis. O Médio-Oriente poderá ser o pátio para Trump e Putin experimentarem os seus novos brinquedos. O Irão e os amigos e rivais da região são [...] meros figurantes, mas também podem conseguir deitar a mão a estas novas armas, até porque, bem vistas as coisas, o petróleo – tão sujo e tão sem futuro – ainda tudo compra. (Simon, 2020)

Os programas de desenvolvimento de AH descritos e o abandono do INF, remetem o pensamento para o primeiro fator de desequilíbrio do Poder apresentado, em que uma ou mais entidades se rebelam contra o mesmo. Não convirá esquecer, contudo, que o futuro não se resume às tensões entre as duas ou três superpotências que gerem os destinos globais, mas sim, pela predominância das insurgências “sem regras”, como referido no Capítulo 2. Propõe-se assim uma reflexão sobre as implicações estratégicas, tanto ao nível das relações entre os principais atores, como na conflitualidade.

6.1. NAS RELAÇÕES ENTRE POTÊNCIAS

Como apresentado anteriormente, os três principais atores têm agendas e objetivos estratégicos distintos, pelo que os programas de desenvolvimento de AH procuram, naturalmente, contribuir para a prossecução dos mesmos. Torna-se evidente que a falta de interesse da China em fazer parte do atual INF para o controlo destes novos sistemas, foi o catalisador para o abandono mútuo dos EUA e da FR, pelo obstáculo que representava aos respetivos programas de desenvolvimento.

Aquilo que foi veiculado como um forte “abanão” no equilíbrio da MAD e na *deterrence* geral, com o anúncio da entrada ao serviço do (primeiro) míssil hipersónico *Avanguard*, com capacidade nuclear de ação global (BBC, 2019), acaba, pelo contrário, por manter a FR no patamar cimeiro de decisão global, justificado pela dimensão do seu arsenal nuclear. Não acima, mas sim no mesmo “pódio” que os EUA.

Não deixa, contudo, de ser preocupante a possibilidade de posturas *launch-on-warning*, com uma retaliação preemptiva nuclear a um potencial ataque, cuja natureza convencional ou nuclear se desconhece, principalmente se empregues em contexto regional, na defesa de aliados (caso dos EUA). Esta hipótese, associada ao risco de a tecnologia ou mesmo as AH “caírem nas mãos” de atores secundários indesejados ou não-estatais, deverá levar as grandes potências a rever, num futuro próximo, as suas opções e ambições. O objetivo conjunto deverá passar por acordos tripartidos que impossibilitem tais cenários, quer através da negação do acesso à tecnologia e à indústria de componentes (no âmbito do MTCR), como pela regulamentação do emprego de AH nucleares num novo ou revisto INF que inclua, naturalmente, a China.

6.2. NA CONFLITUALIDADE

Um adversário está a construir algo semelhante a uma fábrica de armas? Existe um indivíduo num país hostil que não pode ser preso? E se o ex-comandante da Guarda Revolucionária do Irão, Qasem Soleimani, visitar Bagdade para uma reunião e se souber o local?⁷² As tentações de usar mísseis hipersónicos serão muitas. (Simon, 2020)

Como referido anteriormente, é fundamental vedar o acesso desta tecnologia a atores secundários, pelo menos enquanto não existir um SDA adequado, sob pena de se invertermem os papéis de dissuasão, tal como se conhecem hoje. Decorrente da ideia sugerida no texto acima destacado, dos programas de desenvolvimento e objetivos estratégicos dos principais atores, verifica-se que os EUA, apesar de não terem ainda um “produto para apresentar”, têm uma finalidade mais direcionada para ações convencionais e concretas. Perante isto, surge uma FR focada no incremento do Poder Militar e no carácter subjetivo da dissuasão nuclear e uma China com uma aparente “lacuna” noutros domínios. Neste contexto é provável que sejam os EUA os primeiros a empregar AH, na medida em que são, de forma holística, quem está na vanguarda do desenvolvimento nas áreas BRINE. Tal reflete-se no aumento dos investimentos previstos na *Multi-Domain & Nuclear* e no *Air Domain* (vide Figura 11), com uma aposta sólida na guerra cibernética e no espaço, mas também em sistemas de lançamento aéreo de armas de precisão (Freedberg, 2019).

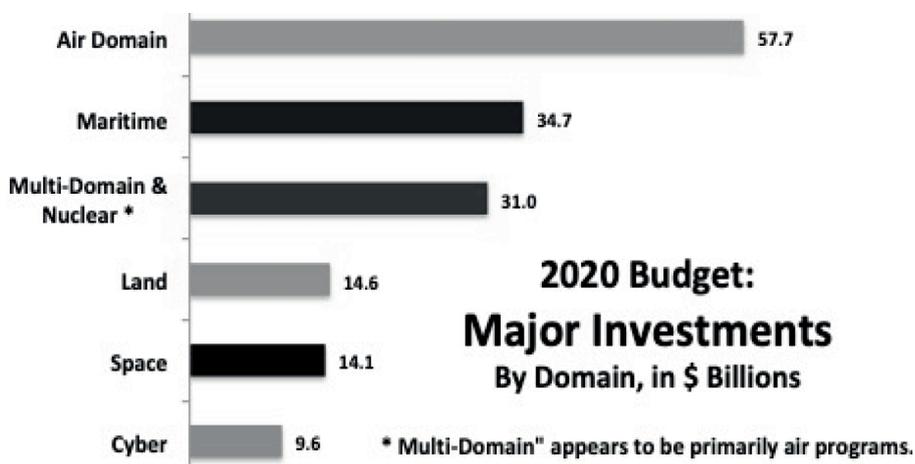


Figura 11 – Mapa de investimentos dos EUA previstos para o setor da Defesa em 2020

Fonte: Freedberg (2019).

⁷² Artigo publicado (premonitoriamente?) na véspera do ataque norte-americano que vitimou, exatamente, o General Qasem Soleimani.

Analisa-se agora o dilema da capacidade antinavio da China. Mesmo que possua os mais avançados HCM ou HGV, estes poderão ser inutilizados se o seu guiamento não for eficaz. Este caso vem reforçar a validade da MAS, na medida em que a revolução hipersónica deve ser considerada (ou inserida) numa RAM tecnológica, mais abrangente e “massivamente destrutiva”, não necessariamente nuclear e extensível aos domínios do espaço e do ciberespaço. Independentemente da natureza dos conflitos futuros, relembrando Garcia (2018), a superioridade no acesso à informação será “determinante”.

7. CONCLUSÕES

Esta investigação, subordinada ao papel das AH na guerra futura, teve por base um estudo comparativo entre os programas de desenvolvimento dos principais atores, com o objetivo de analisar o impacto estratégico no quadro das suas relações e da conflitualidade.

Foi possível concluir que, apesar do aparente desequilíbrio de Poder, motivado por uma corrida armamentista “a três”, que segue em direções opostas de desenvolvimento, as AH acabam por não ser um fator preponderante nas tensões que atualmente existem. Não obstante, deverão ser estabelecidos acordos tripartidos, num futuro próximo, com vista (i) à regulação do emprego associado à capacidade nuclear e (ii) ao controlo tecnológico, através da negação do acesso a atores que possam pôr em causa a estabilidade internacional. Ao nível da conflitualidade, os EUA aparentam ser o único ator a desenvolver a capacidade para fins convencionais concretos, integrando um programa mais abrangente, que considera um futuro marcado pela persistência da subversão e da importância do domínio da informação. Com estes dados, considera-se atingido o objetivo da investigação.

O principal contributo para o conhecimento resume-se a uma simples ideia: as AH não representam, *per se*, o fator mais determinante no estabelecimento do balanço de Poder na ordem mundial nem na conflitualidade. Materializam, antes, um importante elo da cadeia de fatores e capacidades da guerra futura, recomendando-se seguir caminhos de inovação abrangentes em todos os domínios, especialmente nas áreas da BRINE, para explorar seu o potencial.

A principal limitação desta investigação prende-se com a ampla dimensão do objeto de estudo – os programas dos três grandes atores, não permitindo aprofundar a forma como o desenvolvimento de AH se integra, individualmente, na estratégia total e geral (militar) de cada um deles. Face ao exposto, como proposta de investigação futura, propõe-se à comunidade académica desenvolver estudos particulares e aprofundados sobre o desenvolvimento (eventualmente, sobre a capacidade) de AH, integradas na estratégia e no aparelho militar de cada uma das potências que se estejam a munir com este tipo de armamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acton, J. M. (2015). Prompt Global Strike: American and Foreign Developments [Artigo *online*]. Retirado de <https://carnegieendowment.org/2015/12/08/prompt-global-strike-american-and-foreign-developments-pub-62212>
- BBC. (2019a). INF nuclear treaty: US pulls out of Cold War-era pact with Russia [Página *online*]. Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-49198565>
- BBC. (2019b). Russia deploys Avangard hypersonic missile system [Página *online*]. Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-europe-50927648>
- Bosbotinis, J. (2018). Hypersonic Missiles: What are they and can they be stopped? [Artigo *online*]. Retirado de <https://www.defenceiq.com/defence-technology/case-studies/hypersonic-missiles-what-are-they-and-can-they-be-stopped>
- Brimelow, B. (2018). Hypersonic weapons can make virtually all missile defenses useless — and destabilize the world order [Artigo *online*]. Retirado de <https://www.businessinsider.com/hypersonic-weapons-could-nullify-missile-defenses-2018-2>
- Brown, S. (2020). Russia threat: Putin tests terrifying new hypersonic missile for upgraded strategic bomber [Página *online*]. Retirado de [https://www.express-co-uk.cdn.ampproject.org/v/s/www.express.co.uk/news/world/1280768/ussia-news-hypersonic-missile-upgraded-strategic-bomber-vladimir-putin-world-war-3/amp?usqp=mq331AQFKAGwASA%3D&_js_v=0.1#referrer=https://www.google.com&_tf=De%20%251\\$s&ampshare=https://www.express.co.uk/news/world/1280768/ussia-news-hypersonic-missile-upgraded-strategic-bomber-vladimir-putin-world-war-3](https://www.express-co-uk.cdn.ampproject.org/v/s/www.express.co.uk/news/world/1280768/ussia-news-hypersonic-missile-upgraded-strategic-bomber-vladimir-putin-world-war-3/amp?usqp=mq331AQFKAGwASA%3D&_js_v=0.1#referrer=https://www.google.com&_tf=De%20%251$s&ampshare=https://www.express.co.uk/news/world/1280768/ussia-news-hypersonic-missile-upgraded-strategic-bomber-vladimir-putin-world-war-3)
- Correia, J. M. (2018). Deterrence no Século XXI. Desafios para a Estratégia Contemporânea. *Revista Militar*(2599), 647-676. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1340>
- Cropsey, S. (2020). COVID-19 and the Weapons of the Future [Artigo *online*]. Retirado de <https://www.the-american-interest.com/2020/04/09/covid-19-and-the-weapons-of-the-future/>
- Cummings, A. (2019). Hypersonic Weapons: Tactical uses and Strategic Goals [Comentário *online*]. Retirado de <https://warontherocks.com/2019/11/hypersonic-weapons-tactical-uses-and-strategic-goals/>
- Ferris, J. (2013). Conventional Power and Contemporary Warfare. Em: J. Baylis, J. Wirtz, & C. Gray, *Strategy in the contemporary world: an introduction to strategic studies* 4ª ed., 230-246. Oxford: Oxford University Press.
- Fraser, D. M., Gorenc, F., & Shapland, J. S. (2020). Hypersonic Defense Requires Getting Space Sensor System Right [Artigo *online*]. Retirado de https://www.realcleardefense.com/articles/2020/05/13/hypersonic_defense_requires_getting_space_sensor_system_right.html

- Freedberg, S. J. (2019). 2020 Budget: Airpower Wins Big; 'Multi-Domain' Emerges [Página *online*]. Retirado de <https://breakingdefense.com/2019/03/2020-budget-airpower-wins-big-multi-domain-a-buzzword/>
- Friedman, G. (2019). Hypersonics and Modern War [Estudo publicado em blogue]. Retirado de <http://strategicstudyindia.blogspot.com/2019/05/hypersonics-and-modern-war.html?m=1>
- Gaddis, J. L. (1982). Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security [Página *online*]. Retirado de <http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear-weapons/history/cold-war/strategy/strategy-mutual-assured-destruction.htm>
- Gambuzzi, A. (2019). 5G: Implications on the Battlefield [Artigo *online*]. Retirado de <https://finabel.org/5g-implications-on-the-battlefield/>
- Garcia, F. P. (2018). A nova conflitualidade e as forças de transformação [Artigo *online*]. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/324008049_A_NOVA_CONFLITUALIDADE_E_AS_FORCAS_DA_TRANSFORMACAO
- Ghoshal, D. (2016). China and the INF Treaty. *Comparative Strategy*, 5(35), 363-370. Retirado de <https://doi:10.1080/01495933.2016.1240982>
- Gil, L. V. (2016). Armas Hipersónicas. *Revista General de Marina (Madrid)*(271), 105-113.
- Klare, M. T. (2019, junho). An 'Arms Race in Speed': Hypersonic Weapons and the Changing Calculus of Battle [Artigo *online*]. Retirado de <https://www.armscontrol.org/act/2019-06/features/arms-race-speed-hypersonic-weapons-changing-calculus-battle#endnote07>
- Lee, C. A., Moore, R. M., Nacouzi, G., & Speier, R. H. (2017). *Hypersonic Missile Nonproliferation - Hindering the Spread of a New Class of Weapons* (Relatório). Santa Monica, California: RAND Corporation.
- Long, D. (2018). China reveals Lingyun-1 hypersonic missile at National Science and Technology expo [Artigo *online*]. Retirado de <https://thedefensepost.com/2018/05/21/china-lingyun-1-hypersonic-missile-revealed/>
- MDAA. (2018). Hypersonic Weapon Basics [Página *online*]. Retirado de <https://missiledefenseadvocacy.org/missile-threat-and-proliferation/missile-basics/hypersonic-missiles/>
- Mira, J. C. (2012). Mísseis Balísticos: Tecnologias, Programas de Desenvolvimento e Contramedidas. *Revista Militar*(2530), 1045 - 1076. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/771>
- OTAN. (2018). *Framework for future alliance operations*. Nortfolk: Allied Command Transformation.
- Priberam. (s.d.). Definição de "Hipersónico" - Dicionário Português da Língua Portuguesa [Página *online*]. Retirado de <https://dicionario.priberam.org/hipers%C3%B3nico>

- Reddie, A. W. (2020). Hypersonic missiles: Why the new “arms race” is going nowhere fast [Artigo *online*]. Retirado de <https://thebulletin.org/2020/01/hypersonic-missiles-new-arms-race-going-nowhere-fast/#>
- Santos, L., & Lima, J. (Coord.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. (2.^a ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Schelling, T. (1966). *Arms and Influence*. New Haven, Connecticut: Yale university Press.
- Simon, S. (2020). Hypersonic Missiles Are a Game Changer. *New York Times* (Edição *online*). Retirado de <https://www.nytimes.com/2020/01/02/opinion/hypersonic-missiles.html>
- Stephenson, S. (2010). A Revolução em Assuntos Militares - 12 Observações sobre uma ideia fora de moda. *Military Review*(julho - agosto 2010), 78-88. Retirado de https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20100831_art012POR.pdf
- Stone, R. (2020, janeiro). ‘National pride is at stake.’ Russia, China, United States race to build hypersonic weapons [Artigo *online*]. Retirado de <https://www.sciencemag.org/news/2020/01/national-pride-stake-russia-china-united-states-race-build-hypersonic-weapons>
- USGov. (1997). *Strategy*. Washington: Department of the Navy.
- UNODA. (2019). *Hypersonic Weapons - A Challenge and Opportunity for Strategic Arms Control* (Estudo solicitado pelo Gabinete Consultivo para os Assuntos do Desarmamento da ONU). Nova Iorque: Autor.
- UNODA. (s.d.). United Nations Office for Disarmament Affairs - Missiles [Página *online*]. Retirado de <https://www.un.org/disarmament/wmd/Missiles>
- USDoS. (s.d.). Treaty Between The United States Of America And The Union Of Soviet Socialist Republics On The Elimination Of Their Intermediate-Range And Shorter-Range Missiles (INF Treaty) [Página *online*]. Retirado de <https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/102360.htm>
- USJCS. (2012). *Joint Operational Access Concept*,. Joint Chiefs of Staff United States.
- Wallander, C. (2013). *Strategic Analysis - Mutually Assured Stability: Establishing US-Russia Security Relations for a New Century*. The Atlantic Council, Washington DC. Retirado de <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/mutually-assured-stability-establishing-us-russia-security-relations-for-a-new-century/>
- Williams, M. (2017). What is Low Earth Orbit? [Página *online*]. Retirado de <https://www.universetoday.com/85322/what-is-low-earth-orbit/>

POSFÁCIO DE COORDENADORES

Luís Eduardo Marquês Saraiva é Coronel de Cavalaria (Ref.) do Exército Português. É Professor Auxiliar na Universidade Lusíada de Lisboa, docente e investigador do Instituto Universitário Militar (IUM) e investigador no Centro Lusíada de Investigação em Política Internacional. É doutorado e mestre em Relações Internacionais. Licenciou-se em Ciências Militares, especialidade de Cavalaria em 1985. Auditor do Curso de Defesa Nacional 2012-2013, Instituto da Defesa Nacional (IDN). Graduado do *Executive Program in Advanced Security Studies*, Marshall Center, Garmisch-Partenkirchen, Alemanha, 2010. É Coordenador do Mestrado em Segurança e Justiça, Universidade Lusíada de Lisboa. Foi investigador e coordenador do Projeto de Investigação “Novas Guerras e Intervenção Humanitária”, do Centro de Investigação do IUM. Foi Observador Eleitoral da CPLP, Guiné-Bissau, 2009. Foi assessor e investigador do IDN (2008-2010). Conselheiro Militar do Embaixador Representante Permanente de Portugal junto da UE, Bruxelas, 2005-2008. Serviu no NATO HQ CINCIBERLANT (CINCSOUTHLANT), de 1990 a 1993 e de 1997 a 2001. Observador Militar da ONU em 1993-1994 (na ex-Jugoslávia). Para além dessas atividades, serviu o Exército Português, desde 1977 e até 2005, tendo como últimas funções Comandante do Grupo de Polícia do Exército e de 2.º Comandante do Regimento de Lanceiros n.º 2, em Lisboa. Tem obra publicada, em livros e artigos, sobre temáticas de segurança e defesa, nexos segurança-desenvolvimento, globalização e Política Comum de Segurança e Defesa da Europa.

Marco António Ferreira da Cruz é Tenente-coronel de Infantaria da Guarda Nacional Republicana e desempenha as funções de docente na Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados do Instituto Universitário Militar (IUM), lecionando nas áreas da Geopolítica, das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança. É mestre em Direito e Segurança pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (UNL) (2013). Licenciado em Ciências Militares, pela Academia Militar, no ramo da Guarda Nacional Republicana, em 2001. Pós-graduado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL) (2014). É o Coordenador do Núcleo de Estudos Militares Europeus do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM.

Pedro Miguel da Silva Costa é Tenente-coronel Engenheiro Eletrotécnico da Força Aérea Portuguesa e desempenha funções de docente na Área de Estudo das Crises e Conflitos Armados do Instituto Universitário Militar (IUM), onde assume docências nas Unidades Curriculares de Guerra e Paz, Estratégia, Poder Aéreo e Planeamento Estratégico. É licenciado em Engenharia Eletrotécnica pela Academia da Força Aérea, mestre em Segurança e Defesa pelo IUM e doutorando em Relações Internacionais, na área de especialização em História e Teorias das Relações Internacionais (tese em elaboração: O Poder Espacial e as Relações Internacionais: a União Europeia e a integração da tecnologia espacial no seu Domínio da Segurança e Defesa), na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Para além dos cursos

curriculares de carreira, está habilitado com o Curso de Estado-Maior Conjunto. Desempenhou funções de 2002 a 2017, na Direção de Infraestruturas da Força Aérea Portuguesa. É autor e coautor de publicações nas áreas da Liderança, do Poder Espacial e da Inteligência Artificial. É Investigador Integrado do Centro de Investigação do IUM, e neste centro é Diretor do Projeto de Investigação “O Poder Espacial: novo domínio estruturante de Poder”.

João Pedro dos Reis Bento é Major de Engenharia do Exército Português. É mestre em Ciências Militares, na Especialidade de Engenharia, pela Academia Militar. Exerceu funções de mentoria, Comando e Estado-Maior em diversas Unidades de Engenharia Militar, bem como na *United Nations Interim Force* no Líbano em 2008, e na *International Security Assistance Force* no Afeganistão, entre 2012 e 2013. Desde julho de 2019 é docente no Instituto Universitário Militar, na área de Ensino do Estudo das Crises e dos Conflitos Armados, onde leciona nas Unidades Curriculares de Estudos Estratégicos e Planeamento Estratégico, entre outras. É investigador associado do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM. Possui vários artigos publicados.



Editorial: cidium@ium.pt
Telefone: (+351) 213 002 100; Fax: (+351) 213 002 162
Morada: Rua de Pedrouços - 1449-027 Lisboa



Capa
Composição gráfica
Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo
Sobre aguarela de
Tenente-general Vitor Manuel Amaral Vieira